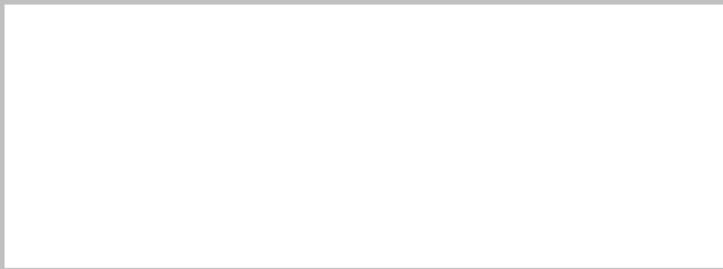




RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2010

DGAE - Direcção-Geral dos Assuntos Europeus
Ministério dos Negócios Estrangeiros



ÍNDICE

Algumas Siglas e Acrónimos	5
A – Introdução	7
A.1 – Quem somos e o que fazemos	9
A.2 – Estratégia e Objectivos	15
A.3 – Organização Interna	19
B – Questões Horizontais	21
C – Actividades na Área Institucional e na Área das Políticas da UE	27
C.1 – Assuntos Institucionais e Relações Bilaterais	29
C.2 – Alargamento e Espaço Europeu	47
C.3 – Questões da Agricultura e Pescas	57
C.4 – Justiça e Assuntos Internos	69
C.5 – Assuntos Jurídicos	77
C.6 – Questões Económicas e Financeiras	81
C.7 – Relações Externas	87
C.8 – Mercado Interno	95
D – Centro de Informação Europeia Jacques Delors	107
D.1 – Informação, Formação e Animação Pedagógica	109
D.2 – Parceria de Gestão	129
E – Auto-avaliação	131



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ALGUMAS SIGLAS E ACRÓNIMOS	
ACL	Acordo de Comércio Livre
AEE	Direcção de Serviços do Alargamento e Espaço Europeu
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
ASEM	<i>Asian-Europe Meeting</i>
CAG	Conselho de Assuntos Gerais
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
CNE	Conselho de Negócios Estrangeiros
COREP ER	Comité dos Representantes Permanentes
DAP	Direcção de Serviços da Agricultura e Pescas
DGAE	Direcção Geral dos Assuntos Europeus
DS	Direcção (Direcções) de Serviço/Director(a) de Serviço
EM	Estados-membros (da UE)
ICCAT	<i>International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas</i>
IHMI	Instituto para a Harmonização no Mercado Interno
INS	Direcção de Serviços dos Assuntos Institucionais e Relações Bilaterais
IUE	Instituto Universitário Europeu
JAI	Direcção de Serviços das Questões da Justiça e Assuntos Internos
JUR	Direcção de Serviços dos Assuntos Jurídicos
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NAFO	<i>North Atlantic Fisheries Organisation</i>
NEAFC	<i>North East Atlantic Fisheries Commission</i>
PEV	Política Europeia de Vizinhança
QEF	Direcção de Serviços das Questões Económicas e Financeiras
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente
REX	Direcção de Serviços das Relações Externas
RUP	Regiões Ultraperiféricas
SEAE	Serviço Europeu para a Acção Externa
SMI	Direcção de Serviços do Mercado Interno
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da UE
UE	União Europeia



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A – INTRODUÇÃO



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A.1 QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS

A **Direcção Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)** é um serviço central do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) que se rege pelo Decreto-Lei n.º 207/2007, de 29 de Maio.

A.1.1 – Missão

A DGAE tem por **missão**

orientar a acção portuguesa nas instituições próprias da União Europeia, as relações bilaterais com os seus Estados-membros e outros Estados admitidos como candidatos, bem como acompanhar e coordenar a definição das posições nacionais sobre as políticas da União, em conjunto com todos os ministérios sectoriais competentes e com os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

A.1.2 – Centro de Informação Europeia Jacques Delors

A DGAE integra o **Centro de Informação Europeia Jacques Delors**, entidade criada com a **missão específica de**

promover a informação, comunicação, formação e animação pedagógica, a nível nacional, junto de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

diferentes públicos sobre a construção europeia.

A.1.3 – Comissões

Junto da DGAE funcionam:

- i. A **Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus**, que é o órgão com funções de coordenação dos diversos ministérios e órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, com vista ao estabelecimento de orientações concertadas e à definição das posições portuguesas, a nível técnico, junto das diferentes instituições da União Europeia;
- ii. A **Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça**, que é o órgão intergovernamental responsável pela supervisão e avaliação da aplicação da Convenção de Valência e pelo impulso ao seu desenvolvimento.

A.1.4 – Principais Atribuições

A missão da DGAE comporta no essencial quatro grandes eixos de actuação:

i. Coordenação Interministerial

Acompanhar o desenvolvimento de todas as políticas da União Europeia, assegurando a coordenação interministerial necessária à coerência e unidade da acção externa do Estado no tratamento das questões relativas aos assuntos europeus, nomeadamente

- coordenar a preparação da participação portuguesa nas reuniões do Conselho Europeu e nas sessões das várias formações do Conselho da União Europeia, em particular dos Conselhos de Assuntos Gerais, Negócios Estrangeiros e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Competitividade (Mercado Interno, Indústria, Investigação e Espaço);

- coordenar a definição da posição nacional nas questões relacionadas com o processo de decisão e o sistema institucional da União Europeia, incluindo os processos de revisão dos Tratados e os processos de alargamento, bem como em matéria de justiça e assuntos internos, relações externas, política comercial comum e no que diz respeito às questões financeiras da União Europeia;
- acompanhar as negociações dos actos legislativos e não-legislativos da UE em todas as matérias que enquadram a realização e funcionamento do mercado interno, promovendo a necessária coordenação.

ii. Representação do Estado Português

Preparar e assegurar a representação do Estado Português, nomeadamente

- em reuniões bilaterais ou multilaterais relativas às atribuições que prossegue;
- no Comité de Política Comercial;
- junto do Tribunal de Justiça da União Europeia e coordenar as acções para a definição da posição portuguesa em todos os casos de pré-contencioso e contencioso da União.

iii. Relações Bilaterais

Assegurar o acompanhamento das relações bilaterais com os Estados-membros da União Europeia e os países candidatos, nomeadamente

- a coordenação e articulação da delegação nacional da Comissão Luso-Espanhola para a Cooperação Transfronteiriça, incluindo a necessária preparação das



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

reuniões, bem como acompanhar e tratar a totalidade das matérias que se enquadram no âmbito desta Comissão.

iv. Promoção do conhecimento dos temas ligados à UE

Promover o conhecimento dos temas ligados à UE, através da divulgação de informação, da realização de acções de formação e de animação pedagógica e de outras iniciativas de sensibilização que contribuam para uma maior participação das cidadãs e dos cidadãos na vida e construção europeias.

Para além das actividades que estes quatro grandes eixos pressupõem, a DGAE

- estuda, recolhe e analisa informação com vista à elaboração de pareceres e à apresentação de propostas de actuação sobre todos os assuntos atinentes às atribuições que prossegue, bem como a assegurar o apoio ao exercício das funções de coordenação político-diplomática;
- presta apoio técnico em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objectivos do MNE, apoia a definição das principais opções em matéria orçamental, assegura a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental e de reporte e acompanha e avalia a execução das políticas e programas do MNE.
- detém a responsabilidade da representação do MNE no Conselho Económico e Social, na Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar e na Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico a qual continuou a garantir durante o ano de 2010 esta coordenação nacional na perspectiva da nova Estratégia Europa 2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- assegura o funcionamento do Centro SOLVIT-Portugal (vd. adiante Cap. C.8) estrutura nacional da rede europeia SOLVIT que visa dar uma resposta pragmática às dificuldades decorrentes de uma aplicação incorrecta da legislação do mercado interno pelas autoridades públicas
- e integra a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MNE encarregue da execução das medidas transversais e específicas dos Planos Nacionais para a Igualdade e da concepção e execução do I Plano Sectorial para a Igualdade do MNE.

A.1.5 – Para quem actua e com quem se relaciona a DGAE

No quadro das atribuições atrás concisamente enunciadas, os principais destinatários directos ou finais da acção desenvolvida pela DGAE são os seguintes:

- i. A Assembleia da República, destinatária final do balanço anual sobre a participação de Portugal no processo de construção europeia, coordenado e elaborado pela DGAE;
- ii. O Primeiro-Ministro; o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros; o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, bem como os restantes Secretários de Estado do MNE;
- iii. A Representação Permanente junto da UE (REPER); os serviços internos e externos (Embaixadas e Missões) do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- iv. Os Ministérios sectoriais, os Gabinetes dos Ministros da Presidência e dos Assuntos Parlamentares e os Governos das Regiões Autónomas, no âmbito da rede da Comissão



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE);

v. As(Os) Eurodeputadas(os) portuguesas(es);

vi. As organizações da sociedade civil e as cidadãs e os cidadãos em geral, nomeadamente no que respeita

- ao acesso à informação relativa à UE e à participação de Portugal no processo de construção europeia,
- à resolução de litígios decorrentes da má aplicação das regras comunitárias
- e à promoção - através da prestação de formação - de candidaturas ao funcionalismo e a estágios nas instituições da UE e ainda ao apoio à atribuição de bolsas de estudo no Colégio da Europa e no Instituto Universitário de Florença.



A.2 ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS

A.2.1 – Referências para a Prossecução pela DGAE das suas Atribuições

Como serviço central do MNE, à DGAE cumpre reger a sua actividade pelos instrumentos que definem as prioridades e as políticas que devem ser prosseguidas e executadas pela Administração Central do Estado.

Assim, ao longo de 2010, a acção da DGAE foi orientada designadamente pelos seguintes instrumentos:

- **Programa do XVIII Governo Constitucional** designadamente por quanto se encontra estabelecido no n.º 2 do seu capítulo VIII – Defesa Nacional, Política Externa, Integração Europeia e Comunidades Portuguesas – sob o título “Portugal na construção europeia”;
 - **Grandes Opções do Plano para o triénio 2010-2013** designadamente por quanto se encontra estabelecido na sua 6.ª Opção – Valorizar o Posicionamento Externo de Portugal – sob o título “Portugal na Construção Europeia”;
 - **Programa Orçamental PO04, “Acção Externa do Estado”**, no que respeita a objectivos e metas nele definidas para o ano em análise;
 - **Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2010 (QUAR)**;
 - **III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)**, no que respeita às medidas nele



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

preconizadas de carácter transversal e as concernentes a atribuições específicas da DGAE.

Neste contexto e em termos funcionais mais específicos, a acção da DGAE orientou-se no sentido da prossecução dos objectivos estratégicos (mais adiante recordados) e da concretização das metas estabelecidas para os indicadores a eles associados, tal como contratualizados e aprovados no seu **Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2010 (QUAR)** que constitui parte integrante deste relatório (vd. Parte E, Cap. E.2).

A.2.2 – Objectivos estratégicos

Os objectivos estratégicos prosseguidos pela DGAE em 2010 foram os seguintes:

- i. Garantir a participação portuguesa nas instâncias da UE, de acordo com os objectivos estabelecidos pelo Governo;
- ii. Assegurar a eficácia na coordenação das posições nacionais sobre as políticas da UE;
- iii. Fomentar a participação na construção europeia, contribuindo para uma maior informação e interesse das cidadãs e dos cidadãos nacionais;
- iv. Assegurar a eficiência e a eficácia operacional dos recursos atribuídos (financeiros e patrimoniais) e a gestão estratégica das pessoas.

Tal como previsto, os objectivos acima enunciados foram desenvolvidos pelos funcionários afectos a cada uma das Direcções de Serviço da DGAE, sendo o terceiro objectivo desenvolvido em



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

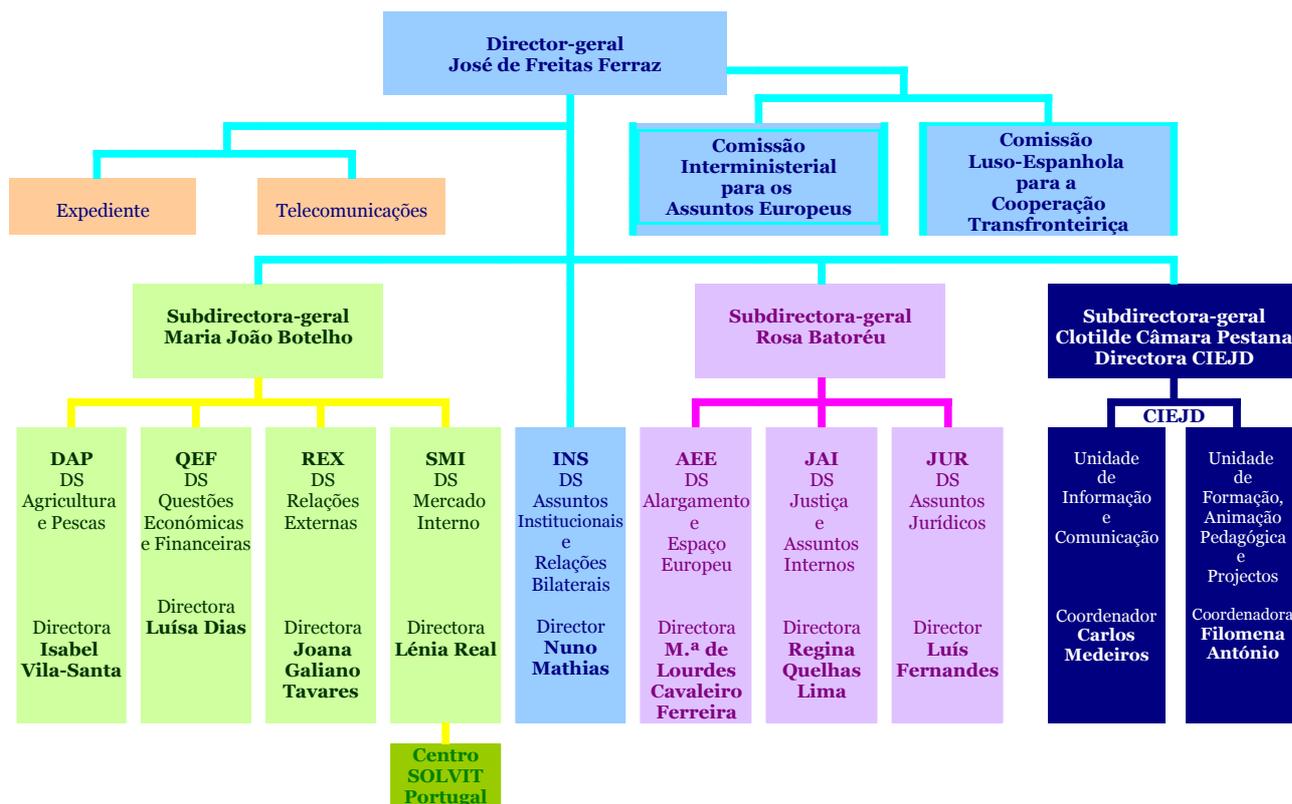
especial pelos funcionários afectos ao CIEJD.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A.3 ORGANIZAÇÃO INTERNA

A DGAE encontrava-se estruturada conforme se indica no organograma abaixo:





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A DGAE dispõe ainda de **vinte unidades orgânicas flexíveis** integradas nas Direcções de Serviço, referidas no organograma atrás apresentado, como segue:

Direcções de Serviço	Divisões
INS – Assuntos Institucionais e Relações Bilaterais	<ul style="list-style-type: none">Assuntos InstitucionaisRelações Bilaterais com os Estados-Membros da UE
AEE – Alargamento e Espaço Europeu	<ul style="list-style-type: none">Alargamento e Espaço Europeu
DAP – Agricultura e Pescas	<ul style="list-style-type: none">AgriculturaPescas
JAI – Justiça e Assuntos Internos	<ul style="list-style-type: none">JustiçaAssuntos Internos
JUR – Assuntos Jurídicos	<ul style="list-style-type: none">ContenciosoPré-contencioso
QEF – Questões Económicas e Financeiras	<ul style="list-style-type: none">Auxílios de Estado e FiscalidadePolítica de Coesão Económica e Social e Política SocialPolítica Económica e Financeira e Estratégia de Lisboa
REX – Relações Externas	<ul style="list-style-type: none">Relações Externas com o MediterrâneoRelações Externas com América Latina e América do NorteRelações Externas com África,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

	Ásia e Oceânia	
	▪ Comercial	Política
SMI – Mercado Interno	▪ Interno, Competitividade e Ambiente	Mercado
	▪ tes, Telecomunicações e Sociedade de Informação	Transportes, Telecomunicações e Sociedade de Informação
	▪ Questões Atómicas	Energia e
	▪ vimento Sustentável e Outras Políticas Sectoriais	Desenvolvimento Sustentável e Outras Políticas Sectoriais



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

B – QUESTÕES HORIZONTAIS



B QUESTÕES HORIZONTAIS

Para além das actividades adiante explicativamente inventariadas para cada uma das suas áreas funcionais, a DGAE desenvolveu ao longo de 2010 diversas outras **actividades de carácter horizontal que igualmente merecem menção, seja pelas responsabilidades que lhes estão associadas, seja pela afectação significativa de recursos humanos que implicaram.**

Assim, das actividades em causa destacam-se:

B.1 – “Portugal na União Europeia”

Coordenação do exercício visando a elaboração do relatório **“Portugal na União Europeia”** que, por força do disposto no n.º 3 do art. 5.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto,¹ o Governo remete anualmente à Assembleia da República.

Trata-se de um circunstanciado relato dos desenvolvimentos registados em 2009 no processo de integração europeia e do papel desempenhado pelo nosso País neste contexto, cuja realização é da responsabilidade desta Direcção Geral desde 1987 **e que aqui se dá por reproduzido.**

¹ E desde 1987 por força sucessivamente do art.º 6.º da Lei 28/87, de 29 de Junho; do art.º 6.º da Lei 111/88, de 15 de Dezembro; do n.º 3 do art.º 2.º da Lei 20/94, de 15 de Junho.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

A elaboração deste relatório implicou todas as unidades funcionais da DGAE e uma vasta acção de coordenação interministerial e com os Governos Regionais.

B.2 – Informação e Formação sobre a União Europeia

A organização de **acções** – complementares às desenvolvidas pelo CIEJD (vd. adiante Parte D) - e a participação em **iniciativas de sensibilização, informação e formação** sobre questões europeias visando públicos muito específicos quer nacionais quer estrangeiros.

B.3 – Processo de Reorganização de Arquivos

O processo de **Revisão da Portaria Regulamentadora** de Prazos de Conservação (nº 1469/2004, de 20 de Dezembro) iniciado em Abril de 2009, em colaboração com a Direcção Geral dos Arquivos (DGARQ - Ministério da Cultura) e que se insere na tarefa mais ampla de **Reorganização de Arquivos** (em curso desde 2000) continuou a ser desenvolvido pelo Grupo de Trabalho para esse efeito designado pelo Despacho nº 3/2009 do DGAE, de 20 de Maio de 2009 (representantes do AEE, DAP e CIEJD com coordenação a cargo da Direcção de Serviços dos Assuntos Institucionais e Relações Bilaterais - DSINS).

Este processo sofreu algum atraso durante o ano de 2010, por motivos completamente alheios ao Grupo de Trabalho da DGAE,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

tendo amiúde sido solicitado à DGARQ a definição de um calendário de trabalhos e a identificação das acções a emprender no âmbito das fases subsequentes deste processo, tendo o reinício da colaboração activa das duas Direcções-Gerais ocorrido na primeira semana de Janeiro de 2011.

Ainda em matéria de arquivos, tem igualmente a INS/BLT sido incumbida da coordenação, organização e distribuição dos espaços das salas afectas aos arquivos intermédios e definitivo, bem como das remessas de documentação das DS para essas salas.

B.4 – Extranet do MNE

A actualização dos conteúdos relativos às páginas da DGAE alojadas na *Extranet* do MNE não conheceu os avanços a que se propunha esta Direcção-Geral, porquanto continua por concretizar a prevista ligação por cabo de fibra óptica entre o edifício da DGAE e o Palácio das Necessidades que permitiria rendibilizar e gerir em moldes mais eficientes este instrumento de comunicação interna.

B.5 – Planos Nacionais e Sectorial para a Igualdade

A participação nas tarefas e iniciativas decorrentes da actividade da Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MNE, das quais se destaca

- a execução e avaliação final da execução do **III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010)** e a análise e parecer relativas ao projecto do **IV Plano Nacional para a Igualdade – Género,**



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Cidadania e Não Discriminação² no que respeita às medidas transversais à Administração Central e às medidas específicas do MNE;

- a concepção e elaboração do **I Plano Sectorial para a Igualdade do MNE**;
- a integração no Curso de Adidos de Embaixada de 2010 de um módulo sobre instrumentos e mecanismos para a igualdade dos principais organismos internacionais de que Portugal é Parte.

B.6 – Novos Instrumento de Gestão na Administração Pública

O cumprimento das múltiplas **obrigações legais em matéria de instrumentos de gestão na Administração Pública** continua a ser levado a cabo sem o apoio de qualquer unidade de suporte funcional ou de recursos humanos com formação e experiência neste domínio. Regista-se igualmente a persistente falta de meios informáticos adequados ao registo de documentação e ao seu levantamento estatístico.

²De acordo com a descrição constante do Portal do Governo, trata-se, tal como o anterior III PNI, de um instrumento de políticas públicas de promoção da igualdade e enquadra-se nos compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais e europeias, com destaque para a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a União Europeia. Vd. http://www.pcm.gov.pt/pt/GC18/Governo/Ministerios/PCM/MP/Notas/Pages/20101215_MP_Com_PNI.aspx

**C – ACTIVIDADES
NA ÁREA INSTITUCIONAL
E NA ÁREA DAS POLÍTICAS DA UE**



C.1 No domínio dos **ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E RELAÇÕES BILATERAIS**

C.1.1 – Assuntos Institucionais

C.1.1.1 - Questões de Carácter Horizontal

- **O Futuro da Europa**

Tal como previsto, esta Direcção de Serviços dos Assuntos Institucionais e Relações Bilaterais (DSINS) assegurou o acompanhamento dos trabalhos no âmbito do **Grupo de Reflexão sobre o futuro da Europa no horizonte 2020-2030**.

Após dois anos de debates, o Grupo de Reflexão concluiu os seus trabalhos, apresentando o respectivo relatório final ao Conselho Europeu de Junho. Neste documento, partindo da identificação das actuais dificuldades e dos desafios futuros, são delineadas algumas pistas de acção da União que passam pelo reforço da governação económica e a reforma das instituições financeiras, juntamente com o reforço do mercado interno e das políticas europeias.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

▪ **Tratado de Lisboa**

— Serviço Europeu para a Acção Externa

Esta Direcção de Serviços acompanhou as negociações conducentes à adopção da Decisão que criou o Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE), bem como à aprovação das alterações necessárias para a respectiva entrada em funcionamento nos restantes três instrumentos jurídicos de enquadramento – Estatuto dos Funcionários, Regulamento Financeiro e Orçamento.

Estas negociações implicaram para além da elaboração de instruções a transmitir à REPER, intensos contactos bilaterais entre os diversos Estados-membros para os quais foi necessário preparar diversas notas.

Foi igualmente acompanhado o processo de recrutamento do pessoal para o SEAE. Neste âmbito e a fim de garantir uma representação nacional adequada no SEAE, esta DSINS, em cooperação com o Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e o Instituto Diplomático, organizou dois cursos de formação com o intuito de melhor habilitar as(os) funcionárias(os) deste MNE às especificidades do exercício de funções no SEAE.

— **Iniciativa de Cidadania Europeia**

Esta Direcção de Serviços acompanhou o processo negocial entre a Comissão, o Conselho e o PE que



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

se seguiu à apresentação de uma Proposta de Regulamento relativo à Iniciativa de Cidadania Europeia pela Comissão, a 31 de Março de 2010.

No decorrer do processo negocial, foi assegurada a coordenação interministerial necessária à definição da posição nacional sobre a matéria e pugnou pela defesa da mesma em Bruxelas.

A fase final das negociações, que culminou com a obtenção de acordo em primeira leitura com o PE e com a aprovação do *Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à Iniciativa de Cidadania Europeia* na sessão plenária de 15 de Dezembro de 2010, mereceu também particular atenção por parte desta Direcção de Serviços.

- Foi também conferida particular atenção à negociação do regulamento que estabelece as regras e os princípios gerais relativos aos mecanismos de controlo pelos Estados-membros do exercício das competências de execução pela Comissão (artigo 291.º TFUE) e do entendimento comum sobre actos delegados (artigo 290.º TFUE).

- **Regime Linguístico**
As questões relacionadas com o regime linguístico, em particular a revisão intercalar de 2010, mereceram uma atenção especial.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal continuou a defender a necessidade de assegurar o respeito pela diversidade linguística que caracteriza a UE e a manifestar a sua oposição ao recurso a arranjos linguísticos, nomeadamente nas reuniões ministeriais informais, que não observem o princípio de igualdade entre idiomas.

C.1.1.2 - Instituições e Órgãos da UE

▪ **Parlamento Europeu (PE)**

Foi assegurado:

- o acompanhamento das Sessões Plenárias, bem como das reuniões das Comissões Parlamentares, e a circulação oportuna de informação e documentação relevante, tais como ordens do dia e documentos aprovados;
- o apoio às(aos) deputadas(os) nacionais ao PE, nomeadamente através da coordenação e transmissão de elementos de informação sobre os temas em debate nas Sessões Plenárias e nas Comissões Parlamentares;
- a coordenação e transmissão à REPER dos comentários dos diversos serviços do MNE relativamente aos projectos de resposta do Conselho às perguntas orais e escritas formuladas pelos deputados europeus;
- o acompanhamento das relações institucionais entre o Parlamento Europeu e o Conselho, tendo em particular atenção os poderes acrescidos que o Tratado de Lisboa atribuiu ao Parlamento.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

▪ **Conselho Europeu**

As reuniões do Conselho Europeu foram, como habitualmente, objecto de particular atenção.

Durante o ano de 2010 realizaram-se 5 reuniões ordinárias – em Março, Junho, Setembro, Outubro e Dezembro – e 2 reuniões extraordinárias – Fevereiro e Maio (apenas para Estados-membros da área do Euro) – tendo sido desenvolvidas todas as acções de coordenação, pesquisa e selecção de informação e elaboração de documentos com vista à organização de pastas de apoio destinadas à delegação nacional a estas reuniões.

Foi igualmente assegurada a subsequente difusão selectiva da informação pertinente.

▪ **Conselho**

Cabendo a esta DS o acompanhamento dos trabalhos do **Conselho dos Assuntos Gerais**³, que em 2010 reuniu, como é habitual, todos os meses excepto em Agosto, foram realizadas as acções conducentes à organização das pastas de apoio à delegação nacional a estas reuniões que designadamente contemplam iniciativas de coordenação, pesquisa e selecção de informação e elaboração de documentos.

Previamente a cada uma das onze sessões do CAG que tiveram lugar em 2010, foram organizados e realizados *briefings* às Embaixadas dos Estados-membros da UE, em Lisboa.

³ Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a formação do Conselho “Assuntos Gerais e Relações Externas” passou a ser dividida entre o Conselho dos Assuntos Gerais (CAG) e o Conselho dos Negócios Estrangeiros (CNE), sendo o acompanhamento deste último competência da PESC/DGPE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Foi igualmente efectuada a subsequente difusão selectiva da informação pertinente relativa a cada reunião.

- Dentre os assuntos institucionais abordados nas sessões do CAG, destaca-se a definição da posição do Conselho quanto à sua participação num registo comum de *grupos de pressão e influência (lobistas)* para as três principais instituições (Comissão, Parlamento e Conselho) que foi objecto de acompanhamento por esta DSINS.
- Foi assegurado o acompanhamento dos trabalhos do **Grupo Informação**, em particular a negociação da proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, e feita a devida coordenação interministerial relativa aos pedidos de acesso a documentos UE.

▪ **Comissão Europeia**

Foi assegurado o acompanhamento das questões funcionais, bem como de temas atinentes aos seus poderes de execução, em particular do Programa Legislativo e de Trabalho para 2011.

▪ **Comité das Regiões**

Foram acompanhadas as sessões plenárias realizadas em Bruxelas, bem como as reuniões das suas seis Comissões permanentes; foi efectuada a recolha e transmissão de elementos de apoio e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

informação aos membros portugueses do Comité das Regiões.

- **Comité Económico e Social Europeu (CESE)**

Foram assegurados o acompanhamento e a divulgação dos trabalhos realizados pelo CESE.

- **Agências Europeias**

- **Grupo de Trabalho Interinstitucional**

Foi acompanhado o Grupo de Trabalho Interinstitucional a nível técnico estabelecido para acordar uma abordagem comum sobre o funcionamento das agências europeias de regulação.

-

- **Candidaturas ao Acolhimento de Agências da UE por parte de outros Estados-membros**

A coordenação, efectuada por esta DS, das posições nacionais relativamente a candidaturas a agências da União Europeia resultou na concessão do apoio de Portugal à candidatura da Letónia a albergar a sede do Gabinete de apoio ao Organismo dos Reguladores Europeus de Comunicações Electrónicas (ORECE).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**C.1.1.3 - Funcionários Portugueses
nas Instituições Comunitárias**

Foi prosseguido o objectivo traçado no sentido do acompanhamento das matérias relativas aos funcionários e agentes de nacionalidade portuguesa, bem como dos nacionais portugueses candidatos ao funcionalismo nas Instituições comunitárias.

Salienta-se, neste contexto:

- A mais ampla divulgação possível de todas as oportunidades de emprego nas Instituições Comunitárias;
- Realização de uma acção de formação para preparar os candidatos portugueses aos concursos de ingresso nas Instituições Comunitárias, nas áreas de Administração Pública Europeia, Direito, Auditoria, Economia e Tecnologias de Informação e Comunicação.

C.1.1.4 - Instituições Académicas Europeias:

■ **Instituto Universitário Europeu
e Colégio da Europa**

A DGAE continuou a assegurar a participação nacional e a gestão de bolsas no Instituto Universitário Europeu de Florença e no Colégio da Europa.

Neste âmbito procedeu-se à promoção dos concursos, ao acompanhamento e selecção das candidaturas e realizaram-se todos os actos de gestão



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

inerentes à atribuição de bolsas como a elaboração de estimativa de encargos.

Mereceu especial atenção em 2010 a preparação e coordenação da posição portuguesa no exercício de revisão da chave de repartição das contribuições dos Estados contratantes do IUE.

No ano académico de 2010/2011 foram atribuídas 2 bolsas para o 1º ano perfazendo um total de 15 investigadores nacionais a preparar o doutoramento no IUE. No que diz respeito ao Colégio da Europa foram seleccionados 8 candidatos (4 para Bruges e 4 para a extensão do Colégio em Natolin) para a realização de pós-graduação em estudos europeus.

C.1.2 – Relações Bilaterais

C.1.2.1 - Relacionamento bilateral com os Estados-membros da UE no quadro multilateral

Promoveu-se o acompanhamento das relações bilaterais com os Estados-membros da UE por forma a contribuir para o continuado aprofundamento do relacionamento de Portugal com os países seus parceiros na União, designadamente seguindo atenta e estreitamente a sua evolução político-económica, cruzando-a com as questões mais relevantes da agenda europeia e nacional, com vista a alargar e reforçar as parcerias bilaterais, identificando e promovendo os interesses nacionais em jogo bem como os interesses comuns no contexto da UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Ainda neste contexto foram geridos os processos de promoção de candidaturas nacionais a cargos em agências europeias e feita a coordenação interministerial dos apoios concedidos por Portugal às candidaturas de outros Estados-membros a diversos organismos da União Europeia. Deste exercício resultaram

- a eleição, a 12 de Abril, do Dr. António Campinos para o cargo de Presidente do Instituto para a Harmonização no Mercado Interno – IHMI,
- a eleição, a 28 de Junho, do Eng.º Manuel Barreto Dias para membro do Conselho de Administração da Agência Europeia para a Segurança dos Alimentos – AESA
- e a concessão de apoio à candidatura belga à Vice-Presidência do IHMI e às candidaturas espanhola, grega e italiana às Câmaras de Recursos daquele mesmo Instituto.

C.1.2.2 - Reforço e desenvolvimento da cooperação bilateral com os Estados-membros da UE

Foi assegurado o acompanhamento da situação política e as relações bilaterais com os Estados-membros da UE, incluindo a negociação, renegociação e tramitação de convenções, acordos e protocolos bilaterais; a preparação de encontros e visitas de trabalho, oficiais e de Estado; a elaboração de notas de enquadramento, tópicos de intervenção e outros contributos julgados necessários; a facilitação de contactos entre as Embaixadas acreditadas em Lisboa e instituições e entidades portuguesas públicas e privadas; o acompanhamento de pedidos de partilha de informação ou esclarecimentos colocados pelas Embaixadas de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

países membros da UE acreditadas em Lisboa ou recebidos através da rede diplomática portuguesa nesses mesmos países.

Em 2010 coube à Direcção de Serviços dos Assuntos Institucionais e Relações Bilaterais apoiar e/ou coordenar a organização e preparar os correspondentes documentos de apoio, para as seguintes visitas e encontros:

- Deslocação de S. E. o Primeiro-Ministro a França – 7 de Janeiro;
- Visita a Portugal do Presidente da Câmara dos Deputados do Luxemburgo – 10 a 13 de Janeiro;
- Consultas políticas entre os Directores-Gerais dos Assuntos Europeus de Portugal e do Reino Unido, em Lisboa – 29 de Janeiro;
- Visitas a Portugal dos Presidentes dos governos autonómicos da Galiza, Extremadura Andaluza, Aragão e Canárias – 29 Janeiro, 13 de Abril, 6 de Maio, 24/25 de Maio e 2 de Junho, respectivamente;
- Visita de S. Exa. o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas a Berlim – 3 a 5 de Fevereiro;
- Visita de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus a Berlim – 7 a 9 de Fevereiro;
- 1º Encontro de Secretários-Gerais dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de Portugal e Itália no âmbito do *Protocolo de Cooperação Reforçada entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros*, em Lisboa – 1 de Março;
- Visita de Sua Excelência o Presidente da República à Catalunha – 4 e 5 de Março;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Encontro em Lisboa de S. Exa. o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros com o seu homólogo britânico – 5 de Março;
- Deslocação a Berlim de S. Exa. Secretário de Estado do Turismo – 10 a 14 de Março;
- Consultas políticas entre os Directores-Gerais dos Assuntos Europeus de Portugal e da Polónia, em Lisboa – 15 de Março;
- Consultas políticas entre os Directores-Gerais dos Assuntos Europeus de Portugal e da Espanha, em Lisboa – 16 de Março;
- Visita à Alemanha de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna – 21 a 23 de Março;
- Visita a Portugal do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Estónia – 26 de Março;
- Visita a Portugal da Presidente da Assembleia Nacional da Bulgária – 11 e 13 de Abril;
- Visita de Sua Excelência o Presidente da República à República Checa – 15-16 de Abril;
- Consultas políticas entre os Directores-Gerais dos Assuntos Europeus de Portugal e da Áustria, em Lisboa – 15 de Abril;
- Consultas políticas entre os Directores-Gerais dos Assuntos Europeus de Portugal e da Alemanha, em Lisboa – 16 de Abril;
- Visita a Lisboa do Vice Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças da Bulgária – 19 de Abril;
- Visita de S. E. o Presidente da Assembleia da República a Espanha – 19 a 21 de Abril;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Encontro de trabalho de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus com o seu homólogo belga, em Bruxelas – 26 de Abril;
- Visita de S.E. o Presidente da Assembleia da República a França – 26 a 28 de Abril;
- Visita a Portugal do Ministro Federal da Economia da Alemanha – 30 de Abril;
- IV Encontro de Alto Nível entre Portugal e França (a nível de Chefes de Governo e com a participação de diversos membros dos Governos dos dois países), em Paris – 7 de Maio
- Visita a Lisboa do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros austríaco – 7 de Maio;
- Encontro de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus com o seu homólogo dinamarquês, em Lisboa – 20 de Maio;
- Participação de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus na *Reunião Ministerial Informal da Parceria Oriental*, em Sopot, Polónia – 24 de Maio;
- Visita da Ministra da Justiça da Bulgária a Lisboa – 27 e 28 de Maio;
- Encontro de S. Exa. o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros com o seu homólogo finlandês, em Helsínquia – 2 de Junho;
- Visita a Portugal do Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros da Alemanha – 21 e 22 de Junho;
- Visita a Portugal do Director-Geral de Política Externa da Lituânia – 29 de Junho;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Deslocação de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus à Roménia – 30 de Agosto;
- Visita de Estado a Portugal do Grão-Duque do Luxemburgo – 7 a 9 de Setembro;
- Visita de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus à Áustria – 29 de Setembro de 2010;
- Consultas políticas entre os Directores-Gerais dos Assuntos Europeus de Portugal e da Bulgária em Lisboa – 29 de Setembro;
- Visita de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus à Eslováquia – 29 e 30 de Setembro;
- Visita de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus ao Reino Unido – 11 e 12 de Outubro;
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Roménia a Lisboa – 18 de Outubro;
- Consultas políticas entre os Directores-Gerais dos Assuntos Europeus de Portugal e da Polónia, em Varsóvia – 18 de Outubro;
- Deslocação a Berlim do Director-Geral dos Assuntos Europeus para consultas políticas com o seu homólogo e com o Conselheiro para os Assuntos Europeus na Chancelaria Federal – 19 de Outubro;
- Deslocação a Malta de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus – 8 de Novembro;
- Visita a Portugal do Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros cipriota – 15 de Novembro;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Visita a Portugal da Ministra dos Assuntos Exteriores e Cooperação espanhola – 17 de Novembro;
- Encontro bilateral de S. Exa. o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros com o seu homólogo belga, em Lisboa – 19 de Novembro;
- Deslocação do Presidente da República da Polónia a Portugal, na qualidade de Chefe da Delegação Polaca à Cimeira da OTAN – 19-20 Novembro;
- Encontro entre S. E. o Primeiro-Ministro e o seu homólogo húngaro à margem da Cimeira da OTAN, em Lisboa – 20 de Novembro;
- Encontro entre S. E. o Primeiro-Ministro e o seu homólogo britânico, à margem da cimeira da NATO, em Lisboa – 20 de Novembro;
- Encontros de S. Exa. o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros com o seu homólogo alemão, à margem da Cimeira da OTAN, em Lisboa – 19 e 20 de Novembro;
- Encontros de S. Exa. o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus com o seu homólogo alemão em Lisboa, à margem da Cimeira da OTAN – 19 e 20 de Novembro.

Ainda no domínio das relações bilaterais com os Estados-membros da União Europeia cabe também destacar:

- As actividades desenvolvidas no âmbito da cooperação transfronteiriça com Espanha, designadamente na preparação e participação na *V Reunião da Comissão Luso-espanhola para a*



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Cooperação Transfronteiriça*, que teve lugar em Salamanca a 18 de Novembro;
- A preparação da Cimeira Luso-Espanhola, prevista para 2010, mas que acabou por ser adiada.

C.1.3 – Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus

Ao longo de 2010, a CIAE reuniu cinco vezes em formato plenário, tendo sido assegurada a preparação, acompanhamento e seguimento dos respectivos trabalhos, o que envolveu designadamente a elaboração dos projectos de ordem do dia das reuniões, a elaboração e difusão das respectivas convocatórias, a pesquisa, selecção e difusão de documentação, a elaboração de notas e a organização de pastas de apoio à coordenação das reuniões, a elaboração e difusão das actas das reuniões.

A ordem do dia destas reuniões plenárias da CIAE centrou-se sobretudo no acompanhamento do exercício das Presidências Espanhola (1.º semestre) e Belga (2.º semestre) do Conselho da UE, na preparação e seguimento das reuniões do Conselho Europeu e das sessões das diversas formações do Conselho da UE e na partilha de informações sobre reuniões informais de ministros e conferências ministeriais.

Destaca-se ainda da ordem do dia destas reuniões:

- a apresentação das prioridades da Presidência Belga pelo Embaixador da Bélgica em Portugal, Jean-Michel Veranneman de Watervliet;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- a preparação da Cimeira Luso-Espanhola e da Reunião dos Chefes de Governo de Portugal e França;
- a continuação do acompanhamento da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, com particular incidência nas questões relativas à criação do Serviço Europeu para a Acção Externa e às alterações introduzidas no domínio da *Comitologia*

Para além das reuniões de coordenação *ad-hoc* com composição variável consoante as matérias, a CIAE reuniu ainda no formato da Subcomissão Especializada para a coordenação das questões relacionadas com o Mercado Interno (*vd. adiante C.8.1 – Mercado Interno*) que, para este efeito, havia sido criada em 2009.

De assinalar o recurso, pela primeira vez numa reunião plenária desta Comissão Interministerial, ao sistema de videoconferência através do qual a representação do Governo da Região Autónoma dos Açores participou em duas das reuniões realizadas.

Ainda no que respeita ao funcionamento da CIAE, esta Direcção de Serviços assegurou a difusão atempada das sínteses das sessões do Conselho da UE e das reuniões do COREPER e, bem assim, de informação relativa aos Conselhos Europeus e ao exercício das Presidências, para além de informação pontualmente considerada relevante em função da participação nacional no quotidiano da UE.

Foi igualmente assegurada a actualização permanente dos dados relativos às/aos representantes na CIAE e respectivos gabinetes e respectiva difusão e procedeu-se à actualização do manual de procedimentos relativo à organização de reuniões.

C.1.4 – Outras Questões de Carácter Horizontal



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Tal como em anos anteriores, esta Direcção de Serviços foi chamada pela Direcção a desenvolver várias actividades de carácter horizontal, destas destacam-se:

- o processo de reorganização dos arquivos (vd. Parte B – Questões Horizontais);
- a colaboração prestada na coordenação e elaboração do Relatório de Actividades de 2009 e dos Planos de Actividade para 2010 e 2011;
- a representação da DGAE na Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género e a participação nas respectivas actividades designadamente as relacionadas com os III e IV Planos Nacionais para a Igualdade e com o I Plano Sectorial para a Igualdade do MNE.



C.2 No domínio do **ALARGAMENTO E ESPAÇO EUROPEU**

C.2.1 – Alargamento – Aspectos Gerais

A Comissão apresentou, em Novembro, a sua Comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a **Estratégia do Alargamento 2010-2011 e os Relatórios de Progressos dos Países Candidatos e potenciais candidatos.**

O Conselho de Dezembro de 2010 reafirmou o consenso renovado da UE em torno do Alargamento alcançado no Conselho Europeu de Dezembro de 2006 e seguintes. As Conclusões endossaram, na generalidade, as recomendações contidas na Comunicação da Comissão.

No quadro das negociações de adesão em curso, prosseguiu o exame analítico do acervo pela Comissão, bem como a abertura e o encerramento provisório de capítulos negociais.

No âmbito destas matérias, o AEE procedeu à elaboração de notas, pareceres, instruções, participação em reuniões e seminários, tendo para esse efeito realizado as necessárias acções de coordenação.

Durante 2010, o AEE participou, como titular, nas 6 reuniões do COELA Capitais, realizadas em Bruxelas, tendo ainda assegurado a participação portuguesa na reunião do Grupo de Amigos do Alargamento (Grupo de Tallin), que teve lugar em Abril, em Praga.



C.2.2 – Alargamento **- Balcãs Ocidentais, Turquia e Islândia**

▪ **Países que iniciaram as negociações de adesão**

No que respeita à **Croácia**, durante 2010 registou-se a abertura de 6 e o encerramento provisório de 11 capítulos, tendo Portugal participado activamente na respectiva negociação, através do envio de instruções regulares (2 a 3 vezes por semana para as reuniões do COELA Bruxelas) bem como da participação nas reuniões do COELA Capitais.

Quanto à **Turquia**, apenas um capítulo foi aberto, durante a Presidência Espanhola, tendo Portugal participado activamente na respectiva negociação, através do envio de instruções regulares.

O Conselho Europeu, de Junho de 2010 conferiu o estatuto de candidato à **Islândia**, e em Novembro iniciou-se o exame analítico do acervo, com o objectivo de planear as negociações de adesão e de avaliar o seu estado de preparação.

▪ **Potenciais candidatos dos Balcãs Ocidentais (BO)**

Em relação aos potenciais países dos BO, a Comissão, na sua Estratégia de Alargamento, destacou as áreas que necessitam de maior atenção tendo em vista uma futura adesão. O AEE, em estreita colaboração e coordenação com outros serviços responsáveis nesta área, participou activamente no envio regular de instruções e pareceres para o grupo Balcãs Ocidentais (COWEB), nomeadamente no âmbito do Programa de Estabilização e Associação (PEA), que engloba a Albânia,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Antiga República Jugoslava da Macedónia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Montenegro e Sérvia.

O AEE colaborou ainda activamente com outros serviços, através do envio de pareceres, com vista à coordenação da posição nacional sobre a decisão de isentar de vistos Schengen os nacionais da Bósnia-Herzegovina e da Albânia.

Em ligação com a Embaixada em Belgrado, o AEE coordenou a vinda a Portugal de dois jovens funcionários públicos de países dos Balcãs Ocidentais (1 da Croácia e outro da A.R.J. Macedónia) que realizaram estágios de formação em Portugal, junto de organismos públicos, financiados pelo “European Fund for the Balkans” (EFB).

O AEE elaborou trimestralmente fichas sobre as questões do Alargamento e dos BO para serem distribuídas às nossas Embaixadas e outros serviços dentro do MNE.

C.2.3 – Alargamento **- Relações bilaterais com os países candidatos**

▪ **Relações com a Croácia**

O AEE é o serviço responsável pelo acompanhamento da situação política e económica da República da Croácia. Neste âmbito, o AEE continuou a acompanhar a negociação do Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa e do Acordo sobre Cooperação Policial que se procuram celebrar com a República da Croácia. Foi ainda concluída a negociação do Acordo para Evitar a Dupla Tributação entre Portugal e Croácia, faltando apenas proceder à respectiva assinatura.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

▪ **Relações com a Turquia**

O AEE é o serviço responsável pelo acompanhamento da situação política e económica da República da Turquia.

Em 2010, durante o mês de Janeiro, a Ministra da Cultura efectuou uma visita à Turquia tendo o programa integrado consultas bilaterais no domínio da cultura. O AEE elaborou os contributos relacionados com a temática da UE e sobre as relações bilaterais políticas.

No mês de Fevereiro, o MDN deslocou-se à Turquia a convite do seu homólogo, tendo o programa da visita incidido em matérias de cooperação militar bilateral e na participação das Forças Armadas dos dois países em Organizações Internacionais de Defesa e Segurança. O AEE elaborou os contributos para a visita sobre a situação política interna turca, relações bilaterais entre Portugal e a Turquia e relações da Turquia com a UE.

Em Julho, o MNE da Turquia efectuou uma visita de Estado a Portugal tendo o programa integrado consultas políticas de índole bilateral e relacionadas com o processo de adesão da Turquia à UE. Na ocasião, foi assinado o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Turquia sobre Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes de Serviço e Especiais. O AEE elaborou os contributos relacionados com a temática da UE e com as relações bilaterais políticas e coordenou a compilação dos restantes contributos sectoriais.

A AEE continuou a acompanhar activamente a negociação do Acordo de Cooperação Militar Bilateral, bem como a finalização e a assinatura do Acordo entre a República



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Portuguesa e a República da Turquia sobre Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes de Serviço e Especiais.

C.2.4 – Relações da UE com os Países da Europa de Leste, do Cáucaso e da Ásia Central

As relações UE-Rússia têm a maior importância para a UE e assumem também grande relevo para Portugal, razão pela qual o AEE lhe dedica especial atenção. Durante o ano de 2010, destaca-se a realização, no quadro do Acordo de Parceria e Cooperação em vigor, de duas Cimeiras e de duas reuniões ministeriais do Conselho Permanente de Parceria. Acompanhou-se o relacionamento UE-Rússia no quadro dos 4 Espaços Comuns, e o processo de criação da Parceria para a Modernização, iniciado na Cimeira de Estocolmo, em Novembro de 2009. Participou-se ainda activamente na preparação das cinco rondas de negociação do Novo Acordo, que decorreram em 2010.

As relações com a Ucrânia são também muito importantes, quer para a UE, quer para Portugal. Em 2010 foram dominadas pelas negociações do Acordo de Associação, de que decorreram mais três rondas. Destaca-se ainda a realização em Novembro da Cimeira anual UE – Ucrânia, em que foi assinado o protocolo de adesão da Ucrânia a programas da UE.

As relações da UE com os restantes países desta área geográfica, se bem que menos relevantes para Portugal, não deixaram de requerer alguma atenção por parte do AEE, designadamente, no tocante à preparação das rondas negociais dos Acordos de Associação com a Moldova e com os países do Cáucaso, cujas negociações tiveram início durante o ano de 2010.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O acompanhamento destas questões em sede de COEST, envolve o envio regular de instruções, para os quais o AEE se concerta e coordena com diferentes serviços do MNE, e leva em consideração relevantes fontes de informação, nomeadamente proveniente das Embaixadas portuguesas. Inversamente, são elaboradas fichas, cujas actualizações são enviadas para diferentes postos, com regularidade.

O acompanhamento de todas estas questões faz-se ainda dialogando regularmente com as Embaixadas em Lisboa.

C.2.5 - Política Europeia de Vizinhança e Parceria Oriental

No que respeita à **Política Europeia de Vizinhança (PEV)**, que abrange a Leste, a Ucrânia, a Moldova, a Bielorrússia e os três países do Cáucaso do Sul, foi conferida uma particular atenção por parte do AEE ao exercício de reflexão sobre o seu futuro, desencadeado pela Alta Representante e pelo Comissário Füle, na sequência das Conclusões do Conselho aprovadas no CNE de Julho.

Para além do acompanhamento dos assuntos da PEV, em sede de COEST, enviando regularmente instruções, o AEE participa nas reuniões do Comité ENPI, na qualidade de co-titular, no que diz respeito aos países de Leste.

Ainda no quadro da **Política Europeia de Vizinhança**, mas no contexto da **Parceria Oriental (PO)**, iniciativa dirigida aos Estados do Leste Europeu vizinhos da UE, lançada em Maio de 2009, a atenção do AEE esteve particularmente focada, na



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

preparação das duas reuniões ministeriais com representantes de todos os Estados participantes na Parceria Oriental (formato 27+6), realizadas em 2010: uma, informal, em Maio, promovida conjuntamente pela PRES espanhola e pela Polónia, e a outra, formalmente a segunda reunião ministerial da Parceria Oriental, que teve lugar à margem do CAGRE de Dezembro.

O acompanhamento destas questões em sede de COEST, envolve o envio regular de instruções, para os quais o AEE se concerta e coordena com diferentes serviços do MNE, e leva em consideração relevantes fontes de informação, nomeadamente proveniente das Embaixadas portuguesas. Inversamente, são elaboradas fichas, cujas actualizações são enviadas para diferentes postos, com regularidade.

O acompanhamento de todas estas questões faz-se ainda dialogando regularmente com as Embaixadas em Lisboa.

C.2.6 – Relações com os países EFTA membros do EEE **Relações com a Suíça** **Relações com os Micro Estados**

O acompanhamento das relações com os Estados da EFTA membros do EEE (Islândia, o Liechtenstein e a Noruega) foi seguido com interesse por parte do AEE, nomeadamente no que respeita ao correcto funcionamento do Acordo do EEE.

Neste âmbito, elaboraram-se com regularidade as fichas temáticas e realizaram-se reuniões de coordenação com os serviços internos e com os Ministérios sectoriais envolvidos, foram elaboradas notas e pareceres e transmitidas instruções



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

para as reuniões do respectivo Grupo de Trabalho do Conselho (GT EFTA).

▪ **Relações com a Suíça**

Dado a Suíça não fazer parte do EEE, o seu relacionamento com a UE tem por base uma abordagem sectorial, pelo que o AEE continuou a acompanhar a negociação de novos acordos bem como a correcta implementação dos acordos existentes.

Seguimos também, com particular interesse, a reavaliação que a UE fez das relações actualmente estabelecidas com a Suíça, por considerar que o actual sistema extremamente complexo de múltiplos acordos sectoriais, em que assenta este relacionamento, está esgotado.

A este título, foram actualizadas com regularidade as fichas temáticas e foi assegurada a coordenação e transmissão de posições nacionais para o competente Grupo de Trabalho do Conselho (GT EFTA).

▪ **Relações com os Micro Estados**

O AEE acompanhou o relacionamento da UE com Andorra, Mónaco e São Marinho, nas várias vertentes que o mesmo reveste.

Neste âmbito, foi assegurada a coordenação e transmissão de posições nacionais para o competente Grupo de Trabalho do Conselho (GT EFTA).



C.2.7 – IPA – Instrumento de pré-adesão TAIEX (Technical Assistance and Information Exchange Instrument) e *twinning*

- **IPA – Instrumento de pré-adesão**
Foi feito o acompanhamento de toda a programação IPA: anual, plurianual, por país, multi-beneficiários, regional e transfronteiriça. O AEE, como titular, participou em 5 reuniões do Comité IPA.

- **TAIEX e *Twinning***
O AEE, como Ponto Nacional de Contacto, procedeu à divulgação dos pedidos do TAIEX, e coordenou a mobilização de cerca de 114 peritos nacionais em eventos do TAIEX.

Acompanhou igualmente a divulgação de cerca de 150 projectos de geminação, tendo coordenado a apresentação de quatro candidaturas nacionais.

Neste âmbito, o Ponto Nacional de Contacto participou na reunião anual de pontos de contacto em Bruxelas.



C.3 No domínio das **QUESTÕES DA AGRICULTURA E PESCAS**

C.3.1 – Questões da Agricultura

C.3.1.1 – Questões de Carácter Horizontal

■ Tal como previsto, o ano de 2010, foi marcado pelos trabalhos preparatórios da **Reforma da Política Agrícola Comum (PAC) após 2013**, que culminaram na apresentação pela Comissão da Comunicação «A PAC no horizonte 2020: responder aos desafios do futuro em matéria de alimentação, recursos naturais e territoriais», que explorará as principais linhas da futura PAC, antes da preparação das propostas legislativas.

Foi assegurado um estreito acompanhamento deste debate tanto no seio do Conselho como no Parlamento Europeu.

O lançamento oficial das negociações ocorreu em Novembro com a apresentação pela Comissão, ao Conselho, desta Comunicação.

- A área do **desenvolvimento rural** mereceu um acompanhamento atento dos trabalhos comunitários sobre a proposta de regulamento que altera o Regulamento (CE) nº 1698/2005 relativo ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). Para além do alinhamento pelo TFUE,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

esta proposta tem em vista a simplificação e a resolução de algumas dificuldades pontuais. As principais alterações referem-se à redução do número de relatórios exigidos, bem como à simplificação do seu conteúdo; à extensão a todos os EM da actual disposição de apoio à criação e ao funcionamento dos agrupamentos de produtores; as medidas de simplificação da condicionalidade das ajudas; a uma utilização mais facilitada dos serviços de aconselhamento agrícola. Portugal defendeu uma maior simplificação das propostas.

- No que diz respeito aos desenvolvimentos que se esperavam na sequência da aprovação de Conclusões relativas à Comunicação “Orientar melhor as ajudas aos agricultores das **zonas com desvantagens naturais**” no sentido de implicar os EM no reexame de delimitação das zonas com desvantagens naturais, foi decidido que este dossier seria tratado no âmbito da Reforma da PAC.
- Em relação às **Regiões Ultraperiféricas (RUP)** foi apresentado, tal com previsto, o Relatório sobre a análise do impacto das medidas específicas no domínio agrícola do POSEI, assim como a proposta de alteração deste regime já de acordo com as novas regras do Tratado de Lisboa. Ainda no que se refere às RUP, e em estreita articulação com as RAs, foram desenvolvidos esforços que conduziram à integração na legislação actual de alterações importantes para os interesses destas Regiões.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

C.3.1.2 – Qualidade dos Produtos Agrícolas

e Competitividade da Indústria Agro-alimentar

Na sequência da Comunicação sobre a **política de qualidade dos produtos agrícolas** que estabelece as orientações estratégicas para a futura política de qualidade destes produtos, procedeu-se a um estreito acompanhamento dos trabalhos, quer no Conselho quer no Parlamento Europeu, que conduziram à apresentação pela Comissão, no final do ano, das propostas legislativas sobre os sistemas de qualidade e sobre a normalização dos produtos agrícolas.

Quanto aos sistemas de qualidade foi apresentada uma proposta de regulamento visando conferir coerência e clareza aos sistemas da União Europeia, reforçando as denominações de origem protegidas (DOP), as indicações geográficas protegidas (IGP) e aperfeiçoando o sistema de especialidades tradicionais garantidas (ETG). Esta proposta estabelece, ainda, um novo quadro para a elaboração de menções de qualidade facultativas, destinadas a prestar informações aos consumidores. PT, com fortes interesses neste “dossier”, advogou o reforço destes regimes de protecção, concordando com a sua harmonização mas mantendo-se as necessárias especificidades.

No que se refere normalização dos produtos agrícolas, a proposta apresentada visa simplificar a adopção de normas de comercialização, incluindo a possibilidade de rotular com indicação do local de produção. PT defendeu a simplificação bem como a flexibilidade



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

destas normas e, no tocante à rotulagem com indicação do local de produção, a necessidade de grande clareza de forma a não colidir com as IGP.

Foi dada uma especial atenção ao “dossier” da **Competitividade da Indústria Agro-Alimentar** que se traduziu também num estreito acompanhamento dos debates sobre a Comunicação sobre **“Melhor funcionamento da cadeia de abastecimento alimentar na Europa”** tendo em vista a adaptação de medidas que poderão reduzir distorções do mercado, tanto ao nível do mercado europeu como dos Países Terceiros, criando condições para que os produtos nacionais se tornem mais competitivos.

Estes debates culminaram com a aprovação de Conclusões, no Conselho de Março, apoiadas pela maioria dos Estados-membros entre os quais se incluiu Portugal.

Ao longo do ano, foi dada uma particular atenção ao **sector do leite** e produtos lácteos. Neste contexto, foi apresentado, em Junho, o **Relatório do Grupo Alto Nível** de peritos do sector leiteiro, criado pela Comissão, em Outubro de 2009, com o objectivo de **debater medidas a tomar no curto e longo prazo**, atendendo ao **termo do regime de quotas leiteiras** em 1 de Abril de 2015. Este relatório continha uma série de recomendações que foram analisadas no Conselho de Setembro, tendo sido adoptadas Conclusões da Presidência nesse mês.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Em resultado, foram apresentadas, pouco antes do final do ano, medidas e propostas para cumprir alguns dos objectivos pretendidos, nomeadamente o reforço das relações contratuais e do poder de negociação dos produtores e das organizações interprofissionais. As restantes propostas a apresentar serão englobadas na reforma da PAC e no Pacote da Qualidade atrás referido.

C.3.1.3 – Segurança Alimentar

- Neste âmbito, prosseguiu o acompanhamento regular dos debates comunitários sobre a proposta de regulamento relativa à **rotulagem dos géneros alimentícios**, No Conselho de Dezembro, foi alcançado um acordo político, em 1ª leitura, quase três anos após o início dos debates sobre este *dossier* de grande complexidade.
- No que respeita aos **novos alimentos**, e apesar do intenso trabalho desenvolvido ao longo do ano com o PE para alcançar um compromisso sobre as duas questões mais sensíveis, a clonagem e a nanotecnologia, o *dossier* transitou para 2011, já em fase de conciliação.

C.3.1.4 – Florestas

- Nesta área, e no sentido de assegurar o **combate ao abate ilegal de madeira e comércio associado**, foi acompanhado todo o processo negocial que conduziu à adopção do regulamento que cria certas condições e exigências aos operadores aquando da colocação de madeira no mercado. Portugal absteve-se quando da aprovação do regulamento, por considerar desproporcionadas as obrigações impostas aos operadores, especialmente por se tratar de um sector assente em numerosas PME. PT advogou, assim, que deveria ser proposto um regime simplificado para estas empresas.
- Ainda neste âmbito, e tal como previsto, a Comissão apresentou o **Livro Verde sobre as Florestas** com o objectivo de lançar um debate público sobre a protecção das florestas europeias contra as alterações climáticas. Também aqui foi seguido de perto o debate sobre a aprovação de Conclusões do Conselho, das quais se destacam o apelo ao reforço da cooperação e coordenação em matéria de gestão florestal sustentável, tanto a nível da UE como internacional, bem como a necessidade de melhor integrar esta questão nas políticas pertinentes.

C.3.1.5 – Saúde e Bem-estar Animal



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Neste domínio foram acompanhados os trabalhos que conduziram ao prolongamento, até final de 2011, do regime especial no que respeita aos movimentos dos **animais de companhia**.

No âmbito dos debates comunitários que conduziram à aprovação da directiva relativa à **protecção dos animais utilizados para fins científicos** tornou-se necessária uma coordenação intensa com vista à articulação dos interesses de 3 Ministérios. Desta coordenação resultou a apresentação às instâncias comunitárias de um documento consensual sobre a posição nacional o que conduziu a que nesta directiva ficassem salvaguardadas as principais preocupações portuguesas.

C.3.1.6 – Fitossanidade

- Neste âmbito, acompanhou-se a situação do **nemátodo da madeira do pinheiro** (NMP) em Portugal. De referir o desbloqueamento, por parte da Comissão no final de 2010, de cerca de 7,3 milhões de euros para co-financiar os programas de luta contra a introdução na Comunidade de organismos prejudiciais, com destaque para o controlo do NMP, sendo de 5,6 milhões de euros a verba afectada a Portugal.

C.3.1.7 – Relações Externas no domínio da Agricultura

Em resultado da situação económica mundial e das diferentes agendas políticas dos principais parceiros



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

comerciais, não se registaram, em 2010, avanços significativos ao nível da Agenda de Doha.

Na sequência da rubrica dos Acordos sobre o comércio de banana com os países Latino-Americanos e com os EUA, procedeu-se ao acompanhamento dos procedimentos internos da UE com vista à sua assinatura. Este acompanhamento abrangeu igualmente o processo de aprovação das propostas de alteração da regulamentação europeia nesta matéria, através da articulação e coordenação da definição do posicionamento nacional para o Comité de Política Comercial.

Em Março de 2010, a União Europeia alcançou um outro acordo sobre o comércio de bananas, com a Colômbia e o Peru, o qual prevê uma descida mais acentuada dos direitos de importação. Atendendo às implicações deste acordo para o rendimento dos produtores de banana das Regiões Ultraperiféricas foram desencadeadas diligências ao mais alto nível junto da Comissão Europeia visando o reforço das verbas do POSEI/Agricultura de modo a ser tido em conta o previsível impacto aumento das importações, decorrente da redução pautal.



C.3.2 – Questões das Pescas

C.3.2.1 – Questões de Carácter Horizontal

Dando continuidade à Consulta Pública, que decorreu em 2009, sobre a **Reforma da Política Comum das Pescas**, os Ministros da Agricultura e Pesca dos EM tiveram oportunidade de se pronunciarem sobre as linhas gerais que pretendem ver consagradas na futura reforma desta política.

Foi assegurado um estreito acompanhamento deste debate tanto no seio do Conselho como no Parlamento Europeu.

Portugal, nas diversas Instituições, defendeu que a Reforma deverá efectuar-se no quadro da sustentabilidade dos recursos, respeitando o equilíbrio entre os aspectos ambientais, económicos e sociais. Neste contexto, as principais preocupações referidas por Portugal foram a salvaguarda da especificidade das pescarias artesanais e multi-específicas e da viabilidade económica de um sector, mais organizado através do reforço do papel das Organizações de Produtores, que aposte na inovação e valorização dos produtos da pesca, no desenvolvimento sustentável da aquicultura e numa melhor informação aos consumidores.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

C.3.2.2 – Recursos Internos

Continuou a ser assegurado um estreito acompanhamento do debate sobre a adopção de **medidas técnicas de conservação transitórias**, cuja proposta não foi ainda passível de aprovação pelo Conselho e Parlamento dada a oposição, face às graves consequências para a actividade do sector pesqueiro, de um grupo de Países no qual se incluiu Portugal.

Foi dado um acompanhamento atento ao longo do debate que levou à adopção de medidas relativas às **espécies de peixes de profundidade** para o biénio, **2011/2012**, dadas as consequências que a proposta inicial da Comissão acarretava para a frota nacional.

As principais dificuldades centraram-se na definição dos totais admissíveis de captura (TAC) e na supressão da pesca dirigida aos tubarões de profundidade. A maioria dos EM, entre os quais Portugal, recusou os níveis de contenção da pesca, propostos sem base científica sólida, tendo acabado por ser aprovado o *status quo* para a maioria das espécies, tal como Portugal defendeu relativamente às espécies presentes nas águas portuguesas.

C. 3.2.3 – Mercados

Foi acompanhado o debate sobre a necessidade de uma **Revisão da Organização Comum de Mercados (OCM)** dos produtos da pesca, no âmbito geral da Reforma da PCP, pois a Comissão, que



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

antevira apresentar em 2010 uma proposta de revisão da OCM, adiou a sua apresentação para 2011, a enquadrar no pacote legislativo da Reforma.

C.3.2.4 – Relações Externas no domínio das Pescas

Quanto às **relações bilaterais** da Comunidade **com Países Terceiros**, foram acompanhadas as negociações dos novos Protocolos de pesca, anexos aos Acordos de Parceria com as Ilhas Comores, Seicheles, Micronésia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Foram ainda acompanhadas, com especial atenção, as diversas consultas com a **Noruega** tendo em vista o estabelecimento das possibilidades de pesca para a frota comunitária. Neste âmbito, Portugal beneficia de uma quota de bacalhau de grande importância para o sector nacional.

Sublinha-se o reforço do apoio às Embaixadas nacionais, em articulação com o Ministério sectorial, tendo em vista a resolução de questões decorrentes da aplicação dos Acordos em matéria de Pesca, particularmente, no respeito à Noruega.

O atraso no início do processo de negociação para a celebração de um novo **Protocolo** de Pesca com **Marrocos** suscitou um conjunto de acções de coordenação e de sensibilização, em articulação com o Ministério sectorial, junto de diversas Embaixadas, REPER e Comissão, tendo em vista ultrapassar o impasse e possibilitar a continuidade da actividade da frota naquelas águas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Prosseguiu o acompanhamento dos trabalhos das **Organizações Regionais da Pesca**, muito em particular da NEAFC, NAFO e ICCAT, destacando-se os resultados obtidos na Sessão anual da **NAFO**, onde foi consolidada a reabertura da pesca dirigida ao bacalhau, da qual a frota nacional é beneficiária, bem como a aprovação, ao nível comunitário, de um regulamento que estabelece um regime de controlo e coerção a aplicar na área da **NEAFC**.

Prosseguiu igualmente o acompanhamento das negociações sobre as regras a aplicar aos **subsídios da pesca**, no âmbito da **OMC**, com vista à coordenação e definição da posição nacional, no seguimento de coordenações anteriores já levadas a cabo na matéria.



C.4 No domínio da **JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS**

C.4.1 – Questões de Carácter Horizontal

- O ano de 2010 foi o primeiro ano de **implementação do Programa de Estocolmo**, tendo a Comissão tomado a dianteira dos trabalhos com a adopção do respectivo **Plano de Acção** contendo uma selecção de medidas a adoptar e o respectivo calendário.
- O ano ficou igualmente marcado pela adopção do mandato negocial com vista à **adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)**, dossiê que assumiu carácter prioritário desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e cuja relevância política Portugal sempre reconheceu.
- A **entrada em vigor do Tratado de Lisboa** representou também um importante avanço na consolidação do princípio da cidadania europeia, o que fundamentou a prioridade atribuída a esta temática ao longo do ano.



C.4.2 – Espaço Schengen

O ano de 2010 testemunhou o arranque dos procedimentos de **avaliação** da correcta implementação do acervo de Schengen **em Portugal**, a segunda do género a ocorrer no nosso país. Por outro lado, o projecto SIS II conheceu uma nova calendarização, que agora aponta para a sua entrada em funcionamento no primeiro trimestre de 2013.

C.4.3 – Imigração e Asilo

O desenvolvimento de uma política europeia em matéria de migração continuou a ser um objectivo político essencial da União Europeia ao longo de 2010. A apresentação do **primeiro relatório anual do Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo** constituiu um marco importante, no qual foram definidas prioridades para o futuro.

A par da promoção do diálogo com os países terceiros, destaque-se, ainda o início da negociação de duas **Directivas em matéria de migração legal** (trabalhadores sazonais e trabalhadores transferidos dentro de empresas) e a adopção de Conclusões relativas a um conjunto de vinte e nove medidas para reforçar a protecção das fronteiras externas e combater a imigração ilegal.

Registaram-se progressos significativos na discussão das propostas de alterações das Directivas Qualificação e Residentes Longa Duração e dos Regulamentos Dublin II e EURODAC, avançando assim para o objectivo de alcançar um **Sistema**



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Europeu Comum de Asilo até 2012.

Saliente-se, ainda, a entrada e funcionamento do **Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo** com a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração e a nomeação do Director Executivo, estando assim reunidas as condições para que este Gabinete possa contribuir de forma significativa no apoio às dificuldades com que os Estados-membros se deparam nesta área. A DGAE promoveu a coordenação do apoio nacional às candidaturas aos cargos desta nova agência da EU.

Portugal participou activamente nos trabalhos na área das migrações, destacando-se, em particular, a elaboração do primeiro relatório nacional de execução do Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo. Este relatório, coordenado pela DGAE, sustentou as referências elogiosas ao nosso país no relatório final apresentado pela Comissão Europeia, tanto no que se refere às boas práticas em matéria de integração de migrantes como à participação nacional na Parceria para a Mobilidade entre a UE e Cabo Verde.

A este respeito, cabe sublinhar a inauguração oficial, no dia 17 de Maio, do **Centro Comum de Vistos na Cidade da Praia**, iniciativa portuguesa que conta com a participação da Bélgica e Luxemburgo.

No plano operacional, merece igualmente referência positiva a participação do nosso país na **primeira equipa de reacção rápida da FRONTEX (RABIT)**, mediante o destacamento de peritos nacionais para a fronteira terrestre greco-turca, em virtude da anormal pressão migratória ali sentida.

A área das **migrações** requereu uma maior intervenção da DGAE



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ao longo do ano, salientando-se, a este título, a preparação do processo de negociação das duas propostas de directiva sobre migração legal atrás referidas, a coordenação da posição nacional sobre o novo Plano de Acção (2011-2013) da Parceria “ Migração, Mobilidade, e Emprego ” da Estratégia UE-África e o seguimento da implementação prática da Parceria para a Mobilidade entre a UE e Cabo Verde, em particular a coordenação com vista ao desenvolvimento de um novo projecto, liderado por Portugal, sobre o “ Reforço das capacidades de Cabo Verde na gestão dos fluxos migratórios ”.

C.4.4 – Cooperação Policial e Luta Contra o Terrorismo

Neste capítulo, destaca-se a criação do **COSI – o Comité Permanente para a Cooperação Operacional em matéria de Segurança Interna**, previsto no artigo 71.º do TFUE – bem como a adopção de um conjunto de iniciativas em matéria de segurança interna, de que é exemplo a **Estratégia de Segurança Interna**.

O ano registou, também, a adopção de medidas não legislativas dignas de menção como é o caso das Conclusões do Conselho relativas à criação e à entrada em vigor de um ciclo político da UE de luta contra a grande criminalidade e a criminalidade organizada internacionais, das Conclusões sobre os bandos itinerantes e das Conclusões sobre a prevenção e luta contra a fraude de identidade. O Conselho também adoptou um Plano de Acção europeu de combate ao tráfico ilegal de armas de fogo pesadas.

Por outro lado, a Comissão apresentou duas importantes Comunicações, uma sobre os princípios gerais que deverão nortear



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

a celebração de todos os acordos sobre transferência de dados relativos aos passageiros (PNR - *Passenger Name Record*) entre a UE e países terceiros e outra relativa à gestão da informação no domínio da liberdade, segurança e justiça.

Portugal acolheu favoravelmente a Estratégia de Segurança Interna, em cuja definição participou activamente. O início da actividade do COSI revelou-se essencial no desenvolvimento de toda esta temática ao longo do ano, tendo Portugal designado o Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna como representante nacional no citado Comité, exercício que a DGAE coordenou. A DGAE desenvolveu a sua actividade de coordenação particularmente no que respeita aos acordos com os EUA em matéria de transferência de dados PNR e de protecção de dados, tendo, para o efeito, realizado 4 reuniões de coordenação interministerial.

No domínio do **contra-terrorismo** (CT), continuaram em debate, ao longo de 2010, as iniciativas relativas à luta contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo, a par de outras actividades, designadamente nas áreas da segurança de explosivos, reforço da protecção contra a ameaça nuclear, biológica, radiológica e química, troca de informação sobre os níveis de ameaça terrorista e segurança aérea. Também nesta área a DGAE desenvolveu a sua actividade, em particular através da coordenação de contributos nacionais de resposta a questionários e da participação nas reuniões mais relevantes do Grupo de Trabalho Terrorismo (GTT).



C.4.5 – Cooperação Judiciária

Na área da **cooperação judiciária em matéria civil**, o ano ficou marcado pela adopção do Regulamento que aplica uma **cooperação reforçada no domínio da lei aplicável em matéria de divórcio e separação judicial**. Trata-se da primeira cooperação reforçada na história da EU, na qual participam 14 Estados-membros, entre os quais Portugal.

Também na área da justiça electrónica o ano foi pioneiro, com a entrada em funcionamento, em Julho, do **portal e-Justice**.

No domínio da **cooperação judiciária em matéria penal**, registaram-se progressos dignos de nota, especialmente no segundo semestre. Assim, foi adoptada a Directiva 2010/64/UE, destinada a garantir aos arguidos em processo penal o direito à tradução e à interpretação das acusações que lhes são imputadas, instrumento que faz parte de um pacote mais amplo de iniciativas que visam reforçar os direitos processuais dos arguidos em processo penal, denominado **Roteiro para reforçar a protecção de suspeitos e arguidos em processo penal**. Esse pacote também integra a proposta de Directiva relativa ao direito à informação dos arguidos no âmbito dos procedimentos criminais, que conheceu uma abordagem geral ainda em 2010.

Importante foi também o acordo alcançado no âmbito da proposta de Directiva relativa à prevenção e luta contra o **tráfico de seres humanos e protecção das vítimas**, bem como a abordagem geral no contexto da proposta de Directiva contra o **abuso e exploração sexual de crianças e a pornografia infantil**.



C.4.6 – Relações Externas no domínio JAI

A dimensão externa da política da UE no domínio da liberdade, segurança e justiça (LSJ) tem vindo a ganhar progressiva importância, reclamando uma maior articulação com a política externa geral da UE.

O Programa de Estocolmo confirmou este entendimento, tendo consagrado um capítulo autónomo à dimensão externa do ELSJ, definindo princípios comuns e elegendo prioridades temáticas: migração e asilo, segurança, intercâmbio de informações, justiça e protecção civil/gestão de catástrofes.

Em 2010, prosseguiram as negociações com os principais parceiros da UE, tendo-se registado progressos dignos de nota, particularmente no relacionamento com a **Rússia** e com os países que integram a **Parceria Oriental**, bem como com os **EUA**.

Neste ano verificaram-se, igualmente, evoluções positivas no diálogo em matéria de migrações com **África**, mercê da realização da II Cimeira UE-África, e entre a UE e os países da América Latina e Caraíbas.

Por último, cabe sublinhar a conclusão e entrada em vigor, após longas negociações, de um acordo de readmissão com o **Paquistão**.

Portugal acompanhou os desenvolvimentos da agenda externa do ELSJ ao longo do ano, com particular destaque para a **agenda migratória**. Assim, apoiou a criação de **estruturas de diálogo** sobre estas matérias com a **Rússia** e os **EUA**, empenhou-se na preparação do novo Plano de Acção da Parceria “Migrações, Mobilidade e Emprego” no quadro da Estratégia UE - África e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

participou activamente nas acções do diálogo migratório UE - América Latina e Caraíbas.

A área externa ocupou, como vem sendo uma constante, um lugar de destaque nas actividades da DGAE.

A este título, foi assegurada a coordenação e transmissão de posições nacionais para os competentes Grupos de trabalho do Conselho e assegurada a participação em 7 reuniões do GANAM (Grupo de Alto -Nível Asilo e Migrações), em 7 reuniões do grupo de relações externas na área JAI (JAIEX) e em 2 reuniões de implementação da Estratégia UE-África/Parceria sobre Migrações, Mobilidade e Emprego.

Ainda neste capítulo, a DGAE promoveu a realização de 14 reuniões de coordenação inter-ministerial, bem como a realização de diligências junto das nossas Embaixadas em diversas capitais, tendo acolhido, igualmente, inúmeras diligências de Embaixadas acreditadas em Lisboa.



C.5 No domínio dos ASSUNTOS JURÍDICOS

C.5.1 – Questões de Carácter Horizontal

▪ No que respeita ao **Controlo da Aplicação do Direito Comunitário**, salienta-se o desenvolvimento do “projecto-piloto” que envolve a Comissão e 23 EM’s entre os quais Portugal: na sequência de queixas ou officiosamente, a Comissão solicita informação sobre aspectos da aplicação do direito da União, sendo os processos inscritos numa base de dados da Comissão.

No final do período em referência, tinham sido inseridos 51 processos, dos quais 18 foram arquivados, 15 estavam em análise e 11 pendentes de resposta dentro do prazo. As respostas submetidas foram em geral aceites pela Comissão e 7 processos deverão ser resolvidos noutra sede.

- Durante 2010 acompanhou-se o conjunto de matérias directamente relacionadas com o funcionamento do **Tribunal de Justiça da União Europeia, do Tribunal Geral e do Tribunal da Função Pública Europeia**.

Foi assegurada a participação na revisão dos Regulamentos de Processo em vigor, no âmbito dos trabalhos do “Grupo Tribunal de Justiça” do Conselho.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Acompanhou-se o debate sobre o **acesso electrónico à informação jurídica** e sobre os desenvolvimentos da **sociedade de informação na área jurídica**. Neste domínio, foi igualmente relevante a disponibilização de informação relativa às medidas nacionais de transposição de directivas comunitárias.
 - Merece destaque o trabalho de organização muito importante realizado na preparação dos **processos de aprovação e ratificação** das Convenções, Tratados e Acordos celebrados no âmbito da União Europeia e na publicação no Diário da República dos avisos relativos à gestão de cada um desses instrumentos de direito internacional. No total foram elaborados 7 processos de aprovação e ratificação e publicados 7 Avisos.
 - Por último, salienta-se o trabalho desenvolvido na elaboração de cerca de 47 **Pareceres, Notas ou Informações** sobre a **compatibilidade com o ordenamento comunitário dos projectos de diplomas** agendados para Conselho de Ministros ou para reuniões de Secretários de Estado.

Neste âmbito, considera-se de realçar a análise, atentas as competências desta DS, dos diplomas relativos a exercícios de transposição já objecto de processo contencioso ou pré-contencioso a fim de se averiguar se se encontravam redigidos de molde a por termo ao respectivo processo.



C.5.2 – Transposição de Directivas

Ao longo de 2010, esta DS continuou a dinamizar o processo de adopção de medidas legislativas internas no sentido de reduzir o défice de transposição de directivas.

Mantiveram-se permanentemente actualizadas as listas de directivas da competência de cada ministério com o respectivo ponto da situação processual. Estas listas foram divulgadas pelos serviços dos ministérios.

Continuaram os trabalhos regulares de notificação electrónica das medidas nacionais de transposição de directivas comunitárias, tendo sido notificados diplomas relativos a 118 directivas.

Simultaneamente, procedeu-se de forma sistemática ao carregamento da base de dados SCAN com as novas directivas publicadas.

C.5.3 – Pré-contencioso e Contencioso da União

▪ **Pré-contencioso**

Continuou-se a gerir, em estreita colaboração com os ministérios e com a Comissão Europeia, o conjunto de cerca de uma centena de processos, aos quais foi dispensada atenção acrescida através, designadamente, de reuniões pontuais por conjuntos de matérias, com a Comissão Europeia e os ministérios interessados.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Efectuaram-se reuniões sectoriais designadamente nas matérias de Ambiente e de Concursos Públicos de Aquisições. Todo este trabalho permitiu o arquivamento dezenas de processos e a desistência pela Comissão em acções por incumprimento.

A fase pré-contenciosa dos processos foi pois muito importante, porque permitiu resolver a maior parte das dificuldades dos processos e evitar, assim, acções em Tribunal.

▪ **Contencioso**

Prosseguiram os trabalhos de coordenação com os ministérios sectoriais no que respeita à elaboração e apresentação no Tribunal de Justiça da União Europeia de peças processuais escritas e de alegações orais em audiências em que houve interesses a defender ou posições nacionais a apresentar.

Manteve-se, por outro lado, a prática de apresentar sistematicamente observações escritas e em alguns casos de participar nas audiências nos pedidos de decisão prejudicial submetidos ao Tribunal de Justiça por órgãos jurisdicionais portugueses.

Em relação aos pedidos de decisão prejudicial submetidos por órgãos jurisdicionais de outros Estados-membros, apresentaram-se também observações segundo os interesses em presença, em coordenação com os ministérios interessados.

Houve 88 intervenções nos processos do Tribunal de Justiça.



C.6 No domínio das **QUESTÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS**

C.6.1 – Questões de Carácter Horizontal

- **Reforma do orçamento comunitário**

Em 2010, prosseguiu a reflexão, no âmbito do Grupo interministerial coordenado pela DGAE, sobre o futuro das políticas comunitárias e do papel do orçamento no quadro da reapreciação completa e abrangente do orçamento comunitário. Um documento de reflexão apresentado pela Comissão Europeia em Outubro contribuiu para alimentar as discussões.

A DGAE manteve neste âmbito contactos com diferentes Estados-membros, debatendo e apresentando os pontos centrais da posição nacional sobre esta matéria. De salientar especialmente os contactos com um grupo de países da Europa Central e do Leste, dinamizado pela Polónia, tendo em vista preparar as condições para uma articulação de estratégias no domínio das principais políticas.

- **Estratégia de Lisboa / Estratégia Europa 2020**

A DGAE continuou a acompanhar o processo comunitário de avaliação da Estratégia de Lisboa e participou activamente no processo que conduziu à adopção da nova Estratégia Europa



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

2020, que veio dar continuidade à anterior Estratégia para o crescimento e o emprego.

Em articulação com a estrutura nacional de coordenação da Estratégia, a DGAE participou na elaboração das linhas gerais do Programa Nacional de Reformas apresentado à Comissão Europeia em Novembro.

A DGAE continuou a participar nos trabalhos da Rede de Coordenação da Estratégia enquanto “*focal point*” do MNE.

C.6.2 – Coesão e Desenvolvimento

- **Futuro da Política de Coesão**

Ainda no âmbito do Grupo interministerial sobre a reforma do orçamento, que a DGAE coordena, foi iniciada a análise do 5º relatório sobre a coesão económica, social e territorial publicado pela Comissão Europeia em Novembro, tendo em vista a participação nacional na consulta pública sobre o futuro da Política de Coesão lançada com a publicação do relatório.

A DGAE acompanhou o desenvolvimento das Estratégias macro regionais na dupla perspectiva das implicações que poderão ter para a configuração futura da Política de Coesão e de uma eventual participação de Portugal em projectos concretos que se venham a desenrolar nesses espaços.

A DGAE participou nas reuniões relevantes do Grupo Acções Estruturais.

▪ **Implementação do QREN e dos programas Operacionais**

O destaque neste âmbito vai para o acompanhamento da implementação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e dos Programas Operacionais que o integram num ano que foi marcado pelo forte aumento dos níveis de execução, bem como pelo encerramento definitivo da grande maioria dos programas co-financiados pelos Fundos Estruturais do período de programação 2000-2006.

▪ **Regiões Ultraperiféricas**

A DGAE manteve o acompanhamento próximo das questões ligadas à ultraperiferia. Em particular, a DGAE participou nos trabalhos que culminaram na adopção do Memorando da Espanha, de França, de Portugal e das Regiões Ultraperiféricas “Uma visão renovada da estratégia europeia para a Ultraperiferia”, apresentado, em Maio, às instâncias europeias.

C.6.3 – Emprego e Assuntos Sociais

A DGAE acompanhou a evolução dos principais *dossiers* neste âmbito.

Foi dada especial atenção às medidas de relançamento económico que contribuem para dar resposta aos impactos sociais da crise.

A DGAE procedeu à coordenação interministerial nos *dossiers* relevantes para definição da posição nacional, nomeadamente quanto a proposta de directiva sobre igualdade de tratamento entre pessoas, e ainda nos domínios da igualdade de género e da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

integração das comunidades ciganas. A DGAE participou igualmente na coordenação da participação nacional na consulta pública sobre o Livro Verde das Pensões que lançou um debate à escala europeia sobre os principais desafios que se colocam neste domínio.

C.6.4 – Questões Económico-Financeiras

Nesta matéria manteve-se o acompanhamento dos trabalhos em curso, designadamente no que respeita à implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento e aos progressos na realização do Mercado Interno.

A actividade neste domínio continuou marcada pelo impacto da crise económica e financeira tendo a DGAE acompanhado e participado na preparação de um conjunto de iniciativas a diversos níveis tendo em vista a coordenação das respostas da UE e dos EM à crise, em particular à crise da dívida soberana. Neste âmbito, a DGAE acompanhou activamente os trabalhos sobre a nova governação económica na UE e o reforço do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

C.6.5 – Questões da Concorrência

A DGAE prosseguiu a actividade de gestão dos processos de notificação e autorização dos Auxílios de Estado apresentados por Portugal à Comissão Europeia e o acompanhamento da elaboração dos textos regulamentares de enquadramento desta política comunitária.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Esta actividade manteve-se intensa em resultado da crise económica e financeira. Especial atenção foi dada à prorrogação do Quadro Comunitário Temporário relativo às medidas de auxílio estatal durante a actual crise financeira e económica.

A DGAE efectuou a coordenação interministerial de todos os *dossiers* e participou nas reuniões relevantes a nível da UE.



C.7 No domínio das **RELAÇÕES EXTERNAS**

C.7.1 – Questões de Carácter Horizontal

- No quadro da **Política Comercial**, foram transmitidas semanalmente à REPER orientações para as reuniões do **Comité da Política Comercial**, nas suas diferentes formações, designadamente: Suplentes e Serviços. Estas orientações resultaram de uma coordenação sistemática com todos Ministérios.

Relativamente ao Comité da Política Comercial na formação de Titulares, cuja representação nacional é assegurada por uma Subdirectora-geral dos Assuntos Europeus, foi preparada a posição portuguesa a assumir nas reuniões mensais, quer formais quer informais.

A Direcção de Serviços das Relações Externas (DSREX) coordenou a resposta nacional à consulta pública, lançada pela Comissão Europeia, sobre o futuro da Política Comercial Comum. No seguimento desta consulta a Comissão apresentou uma Comunicação “Comércio, Crescimento e Questões Mundiais: Política Comercial” sobre a qual o Conselho adoptou Conclusões.

Com o Tratado de Lisboa, o Investimento Directo Estrangeiro passou para o âmbito de competência da Comissão. A DSREX



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

passou a acompanhar e coordenar esta matéria. Neste quadro, coordenou a posição nacional no respeitante às Conclusões que foram adoptadas pelo Conselho sobre o futuro da Política de Investimento da União e as discussões do Regulamento que irá reger os Acordos Bilaterais de Investimento dos Estados-membros com países terceiros, no decurso de um período transitório.

Prosseguiu a coordenação, definição e veiculação dos interesses portugueses nas negociações sobre serviços a nível multilateral e bilateral, através de uma participação activa no Comité da Política Comercial – Serviços.

Foram, igualmente, remetidas regularmente informações às nossas Embaixadas em países terceiros e recebidos contributos das mesmas.

- A DSREX continuou a acompanhar e coordenar as negociações relativas aos **Acordos de Comércio Livre (ACL)** e de **Associação** entre a UE e diferentes países e/ou agrupamentos regionais, tendo sido concluídas as negociações relativas aos acordos multipartidos com o Peru e com a Colômbia e ainda as relativas ao acordo de associação com os países da América Central. Foram não só retomadas as negociações do acordo de associação UE/Mercosul que se encontravam suspensas desde 2004 como lançadas as negociações relativas a acordos de comércio livre com Singapura e com a Malásia.
- Foram iniciados e assinados os processos de ratificação respectivamente do Acordo de Comércio Livre e do Acordo Quadro celebrados entre a UE e a Coreia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Em todo o processo de negociações é de salientar a intensa coordenação realizada com os Ministérios sectoriais visando promover os interesses ofensivos nacionais e acautelar as questões mais sensíveis.

- Prosseguiu a implementação da **Estratégia de Acesso ao Mercado** incidindo na complementaridade da abordagem bilateral/comunitária/multilateral utilizando o mecanismo de “early warning”, i.e, transmitindo à Comissão qualquer informação importante neste âmbito em estreita colaboração com as Embaixadas e Ministérios sectoriais; e, por outro, a eliminação e prevenção de barreiras através do encaminhamento de informação recebida em Portugal e através das Embaixadas, para os Comités e Grupos adequados, em Bruxelas, no quadro da Política Comercial Comum, em colaboração com os Ministérios.
- Ainda no âmbito das Relações Externas da União e no respeitante aos grupos Regionais do Conselho – Magrebe/Mashreque, COASI, AMLAT, Médio Oriente, COTRA e SPG – cuja responsabilidade é desta Direcção-Geral, foram transmitidas orientações regularmente à REPER.

A DSREX participou activamente, através dos Grupos do Conselho respectivos, na preparação das Cimeiras da UE com o Brasil, México, Chile, Comunidade Andina, América Central, Canadá, Marrocos, EUA, Japão, Índia, China, República da Coreia e Paquistão. Teve também uma participação activa no respeitante às Cimeiras da UE com a América Latina e Caraíbas e com a Ásia (ASEM) não só através dos grupos do Conselho respectivos como pela participação nas reuniões de Altos Funcionários.



C.7.2 – Mediterrâneo

- No que se refere às relações com o Mediterrâneo, tendo presente a constituição da **União para o Mediterrâneo** (UpM), a DSREX continuou a participar activamente tendo sido implementado o Secretariado, nomeado o Secretário-Geral, aprovado o Orçamento para 2011 bem como o acordo sede.

Neste quadro, Portugal participou nas reuniões de Altos Funcionários da UpM bem como nas reuniões de Governadores da **Fundação Anna Lindh**.

- No que respeita à **Política Europeia de Vizinhança**, que abrange a Sul os parceiros mediterrânicos, foi realizado um exercício de revisão desta política para o qual a DSREX contribuiu. Foi, igualmente, dada uma particular atenção à prossecução dos objectivos dos Planos de Acção, bem como a avaliação das propostas para a implementação do reforço das relações (*upgrade*) com **Marrocos, Tunísia, Egipto e Jordânia**, tendo sido concluídas as negociações com este último país sobre o Estatuto Avançado. Com Marrocos foi concluído um acordo quadro sobre a participação deste país em programas da União.

Foram concluídas as negociações relativas aos Protocolos de Origem, no quadro dos Acordos de Associação, com a Tunísia, Egipto e Marrocos. Foram também concluídas as negociações sobre novas concessões agrícolas com a Palestina.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Relativamente ao Acordo de Associação com a **Síria** não foi possível proceder, em 2010, à respectiva assinatura.
- A DSREX assegurou a participação nacional nas reuniões do **Comité ENPI e do NIF**.

C.7.3 – América Latina e Caraíbas

- A DSREX participou activamente na preparação da Cimeira UE/América Latina, em Madrid em Maio de 2010. Participou igualmente nas reuniões de Altos Funcionários destinadas a preparar esta Cimeira.
- Ficaram concluídas ainda em Maio as negociações relativas ao Acordo de Associação UE/**América Central**.
- Foram também concluídas as negociações relativas aos Acordos multipartidos entre a UE/**Colômbia e UE/ Peru**.
- Foram retomadas as negociações com o **Mercosul** visando o estabelecimento de um Acordo de Associação entre as duas regiões, negociações que se encontravam suspensas desde 2004.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

C.7.4 – América do Norte

- A DSREX participou nos trabalhos, nas instâncias próprias do Conselho, no respeitante às negociações de um **Acordo Económico e Comercial Integrado (CETA) com o Canadá**.
- Quanto aos **EUA**, acompanhou os trabalhos de reforço das relações económicas com este país, nomeadamente no quadro do Conselho Económico Transatlântico.

C.7.5 – Ásia

- Quanto ao continente asiático, a DSREX participou na preparação da Cimeira ASEM, realizada em Bruxelas em Outubro, tendo para este efeito participado nas reuniões preparatórias de Altos Funcionários (SOM).
- Continuou a acompanhar as relações com a **China**, nomeadamente, as referentes à negociação do Acordo de Parceria e Cooperação e o desenvolvimento dos diálogos sectoriais com este mesmo país. Para tal participou numa reunião de “peritos China” da Comissão com os Estados-membros.
- Participou igualmente na reunião de “peritos Japão” e acompanhou o Diálogo da Reforma Regulamentar **UE-Japão**



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Foram assinados o Acordo Quadro UE/Coreia, em Maio, e o Acordo de Comércio Livre **UE-Coreia Sul**, em Outubro, e iniciados os respectivos processos de ratificação.
- Relativamente aos países **ASEAN**, a DSREX participou na preparação da Reunião Ministerial UE/ASEAN realizada em Madrid em Maio, tendo para o efeito participado na reunião Altos Funcionários (SOM) preparatória. Foram lançadas as negociações com **Singapura** e com **Malásia** visando o estabelecimento de Acordos de Comércio Livre e rubricados os Acordos de Parceria e Cooperação (PCA) com as **Filipinas** e com o **Vietname**.
- Foi, também, rubricado o Acordo de Parceria e Cooperação UE/**Mongólia** cujas negociações se tinham iniciado em Janeiro.

C.7.6 – ACP

No que respeita aos Acordos de Parceria Económica entre a UE e os Países ACP, em 2010 prosseguiram as negociações com vista a converter os APE intermédios (APEi) já rubricados em APE completos.

Atendendo aos progressos limitados, e visando ultrapassar o impasse em que se encontram as negociações, o Conselho iniciou em Setembro uma reflexão para dar um novo *input* político a este processo.



C.8 No domínio do **MERCADO INTERNO**

C.8.1 – Mercado Interno

- **Mercado Interno**

O tema do relançamento do mercado interno foi objecto de um intenso processo de reflexão e debate, tendo ocupado um lugar de destaque nas sessões ministeriais formais e informais realizadas no âmbito da UE. Como titular desta matéria, a DGAE participou activamente na definição da posição nacional e apostou na ampla divulgação da consulta pública, que se iniciou no final do ano, sobre a Comunicação “Um Acto para o Mercado Único” contendo 50 propostas. Relativamente à Recomendação da Comissão de 2009, com medidas concretas para melhorar o funcionamento do mercado interno, foi apresentado à Comissão um ponto de situação, preparado por esta DGAE, onde se constata que as autoridades portuguesas já estão a dar cumprimento a grande parte das medidas. No seio da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, a Subcomissão especialmente criada para a execução desta Recomendação continuou a reunir-se para debater os indicadores propostos para efeitos de avaliação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

▪ **Consumidores**

A DGAE prosseguiu o seu trabalho de coordenação com os sete ministérios envolvidos no que respeita à negociação da proposta de directiva relativa aos direitos dos consumidores, negociação essa que se viu intensificada, uma vez desbloqueado o impasse negocial com a passagem deste dossier para a Vice-Presidente Reding.

▪ **Propriedade Intelectual – Patente**

Não havendo perspectivas de desbloqueamento do *dossier* da patente, por falta de consenso quanto ao seu regime linguístico, este não foi mencionado no Plano de Actividades deste ano. Mas, surpreendentemente, no decurso do 2º semestre, um novo impulso foi dado em virtude do reconhecimento, em todos os documentos estratégicos de relançamento do mercado único, do enorme contributo que a criação de um título unitário de patente daria ao reforço da competitividade da UE. Surgiu então uma nova proposta da Comissão seguida de um intenso trabalho negocial que culminou com a decisão de avançar para a criação de uma patente unitária pela via da cooperação reforçada. O papel da DGAE nesta matéria foi essencial, visto que historicamente é assunto por nós coordenado há longos anos.

▪ **Contratos Públicos**

A DGAE teve um papel de relevo na elaboração da resposta nacional à consulta pública promovida pela Comissão Europeia relativamente a uma possível iniciativa legislativa sobre concessões de serviços, bem como na preparação de todas as



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

reuniões do Comité Consultivo dos Contratos Públicos, o que permitiu um acompanhamento muito de perto do desenvolvimento dos trabalhos da Comissão no que diz respeito à iniciativa de alterar o actual quadro legislativo comunitário na área dos contratos públicos.

Refira-se também a participação, no decurso de todo o 2º semestre de 2010, de uma funcionária da DGAE no Grupo de Trabalho interministerial encarregue de elaborar a proposta de diploma que procede à transposição da Directiva 2009/81/CE, relativa aos contratos públicos na área da defesa e da segurança.

▪ Direito das Sociedades

Apesar da manutenção da minoria de bloqueio no Conselho (que inclui PT) sobre a proposta de Directiva “microentidades”, foi necessário prosseguir as acções de coordenação destinadas a analisar quer as soluções negociais alternativas quer o novo enquadramento jurídico nacional face às Directivas contabilísticas.

Foi ainda efectuada concertação em matéria de interconexão de registos das empresas tendo em vista a adopção de Conclusões no Conselho Competitividade de 26 de Maio.

Ao contrário do previsto, não houve desenvolvimentos em relação à proposta de Regulamento relativo ao Estatuto da Sociedade Privada Europeia (SPE), registando-se apenas contactos informais nomeadamente no sentido de retirar da proposta a matéria relativa à participação dos trabalhadores.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

▪ **Melhor regulamentação**

Em 2010, confirmou-se a evolução da noção de “melhor regulamentação” para um conceito mais amplo de “regulamentação inteligente” que engloba todo o ciclo político, desde a concepção de um acto legislativo até à sua transposição, aplicação, avaliação e revisão. O ano foi de reflexão tendo incluído uma consulta pública a todas as partes interessadas que terminou em Junho e para a qual a DGAE coordenou a resposta das autoridades portuguesas.

▪ **Inovação**

A Inovação mereceu grande destaque no âmbito da Estratégia UE 2020, sendo uma das suas iniciativas emblemáticas. Esta DGAE acompanhou os vários e aprofundados debates que a “União da Inovação” suscitou e que culminaram com a adopção de um roteiro de acções a desenvolver em 2010-2011, entre as quais se pode destacar um projecto-piloto na área do envelhecimento activo para testar o conceito de Parceria Europeia de Inovação.

▪ **Política Empresarial e PME**

A DGAE prosseguiu o seu trabalho de coordenação no âmbito das iniciativas que decorrem da implementação do “Small Business Act”, em especial quanto à negociação da Directiva que estabelece medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transacções comerciais, instrumento essencial para que as PME possam ver encurtados os prazos, o que deverá ter repercussões positivas sobre a sua liquidez, mas acarreta também encargos financeiros acrescidos para a Administração Pública.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

▪ **Política Industrial**

A promoção da competitividade da indústria no contexto dos desafios colocados pela globalização acabou por ser um tema que ganhou destaque durante o ano, tendo-se salientado também a definição de uma estratégia europeia para veículos não poluentes, temas que a DGAE acompanhou atentamente.

▪ **Turismo**

No seguimento do novo enquadramento jurídico estabelecido pelo Tratado de Lisboa que consagrou o Turismo como sector-chave para a economia europeia, a DGAE acompanhou o debate sobre a Comunicação da Comissão “Europa, primeiro destino turístico do mundo – novo quadro político para o turismo europeu”, destinada a favorecer uma abordagem coordenada das iniciativas ligadas ao turismo europeu e a definir um novo quadro de acção, em articulação com a Estratégia UE 2020.

▪ **“SOLVIT”**

O centro SOLVIT Portugal, sediado na DGAE, cumpriu os seus objectivos, no âmbito da resolução célere e informal de problemas à livre circulação de pessoas, produtos e serviços, tendo sido destacado pela Comissão Europeia, a par da Suécia e da Bulgária, como um dos Estados-membros com a percentagem mais elevada de casos resolvidos (+ de 91%), e com melhor desempenho, a par da França, da Grécia e da Roménia, quanto à média do número de dias necessários para resolver um problema (cerca de 53 dias para PT, sendo a média europeia de 66 dias). Portugal introduziu 54 casos na Base de Dados SOLVIT que envolviam organismos públicos de outros



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

países do EEE e recebeu 34 casos dirigidos a organismos públicos portugueses.

C.8.2 – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- **Ambiente**

O Ambiente é um *dossier* cujas matérias envolvem grande trabalho de coordenação interministerial. Mais uma vez assim se verificou, tendo esta DGAE realizado coordenação relativamente a propostas na área das emissões de CO₂ dos veículos, dos resíduos eléctricos e electrónicos, sobre o pacote “OGM” relativo à possibilidade de cada EM restringir ou proibir o cultivo no seu território. As “alterações climáticas” foram novamente objecto de destaque neste domínio com os trabalhos inerentes à preparação da Conferência de Cancun (Dezembro 2010).

- **Desenvolvimento Sustentável**

A DGAE acompanhou igualmente os desenvolvimentos da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável no seu novo ciclo de 2009-2011.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

C.8.3 – Energia

A DGAE acompanhou as acções desenvolvidas em torno dos três pilares da política energética da União Europeia: segurança do abastecimento, competitividade e sustentabilidade ambiental. Durante o ano, foram apresentadas pela Comissão várias propostas de especial relevância para o futuro energético da UE, relativamente às quais a DGAE teve uma acção particularmente activa no que diz respeito à participação nacional na concepção da proposta relativa às infra-estruturas, de forma a ver contemplados, nas prioridades para esta área, os projectos portugueses de gás e electricidade.

C.8.4 – Investigação

Tal com previsto, foi dada especial atenção, em 2010, ao desenvolvimento e consolidação do Espaço Europeu de Investigação (EEI) que mereceu uma estreita articulação da DGAE com os organismos que tutelam este dossier, o qual engloba as áreas dos recursos humanos (carreiras e mobilidade), infra-estruturas de investigação, programação conjunta, transferência do conhecimento e cooperação internacional.

A DGAE acompanhou também a participação portuguesa no 7º PQ e o debate sobre o projecto ITER.



C.8.5 – Telecomunicações e Sociedade da Informação

A DGAE procedeu ao acompanhamento e coordenação de dossiers integrantes da Agenda Digital Europeia e que foram objecto de desenvolvimentos ao longo de 2010, nomeadamente o Primeiro Programa da Política de Espectro Radioelétrico (PPER) e a Estratégia Europeia de Banda Larga. Acompanhou, igualmente, outros domínios, tais como as discussões sobre o futuro da Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação (ENISA); a revisão do âmbito do Serviço Universal; o *Roaming* e a Governação Electrónica, especialmente no que respeita ao acompanhamento das discussões decorrentes do Plano de Acção para o *eGovernment* 2011-2015, tendo ainda seguido os trabalhos da 8.^a Parceria UE – África sobre Ciência, Sociedade da Informação e Espaço, na vertente da Sociedade de Informação.

C.8.6 – Transportes

- **Dossier Galileo**

No âmbito do desenvolvimento dos trabalhos dos Programas Europeus de Navegação por Satélite (GNSS), nomeadamente o programa Galileo, foram realizadas várias acções da coordenação para consolidar a posição nacional tendo em vista a adopção do Regulamento n.º 912/2010, relativo ao regime de gestão e de financiamento do Galileo; a adopção de “Conclusões” sobre o Plano de Acção da Comissão “Aplicações do Sistema de Navegação Global por Satélites”; o início da negociação da proposta de decisão relativa às modalidades de acesso ao serviço Público Regulado (PRS) oferecido pelo



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

sistema mundial de radionavegação por satélites resultante do programa Galileo, bem como para aferir o posicionamento nacional no que diz respeito ao diferendo que opõe a UE à China, relativamente à ocupação de frequências, e sobre a iniciativa da Comissão Europeia de colocar antenas terrestres Galileo nas Embaixadas dos EMs em território de países terceiros.

Foram, também, realizadas acções de coordenação para assegurar o interesse nacional de ver instalado uma antena PRS em território nacional e para o acompanhamento dos trabalhos conducentes à assinatura do Acordo de Cooperação sobre Navegação por Satélite entre a UE, os seus EMs, e o Reino da Noruega.

▪ **Aviação**

Continuaram as acções de coordenação tendo em vista a negociação da proposta de regulamento referente à “Investigação de Acidentes e Incidentes na Aviação Civil”. Foram acompanhados os trabalhos que culminaram com a assinatura dos acordos sobre transporte aéreo celebrados entre a UE, os seus EMs e os EUA (Open Sky II), a UE, os seus EM e a Jordânia, e a UE, os seus EMs e a Geórgia.

▪ **Terrestres**

Foram realizadas várias acções de coordenação tendo em vista concertar a posição nacional na negociação da proposta de directiva relativa à cooperação transfronteiriça no domínio da segurança rodoviária e foi acompanhado, muito de perto, o desenvolvimento da negociação da proposta de directiva que vem alterar a Directiva “Eurovinheta”.



C.8.7 – Política Marítima Integrada

A DGAE empenhou-se numa participação activa e coerente de Portugal nas instâncias europeias, nomeadamente na definição de uma Estratégia para o Atlântico, tema de particular interesse para o nosso país, que, em conjunto com a França, Espanha e Irlanda, elaborou um documento intitulado “Uma Estratégia da União Europeia para a área do Atlântico”.

C.8.8 – Educação e Juventude e Desporto

A relevância atribuída no novo quadro cooperação europeia para esta área e reafirmada nos grandes objectivos da Estratégia UE 2020 veio lançar novas iniciativas comunitárias e exigir um atento acompanhamento. Destaca-se, neste âmbito, o trabalho de coordenação relativo à iniciativa emblemática Juventude em Movimento, que se destinou à aprovação de Conclusões no Conselho de Novembro.

Prosseguiu igualmente o trabalho de coordenação das iniciativas comunitárias no âmbito da formação profissional, com destaque para a definição das prioridades da cooperação europeia em matéria de ensino e formação profissionais (2011-2020) e no que diz respeito, nomeadamente, à internacionalização do ensino superior com a aprovação de conclusões. Mereceu igualmente atenção a implementação do novo quadro de cooperação estratégica (2010-2020).

A DGAE acompanhou os trabalhos que conduziram à adopção de uma Resolução relativa à criação de uma plataforma informal de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

diálogo estruturado sobre o desporto e à adopção de conclusões sobre o papel da UE na luta internacional contra a *dopagem* e sobre o desporto como fonte e motor de uma inclusão social activa.

C.8.9 – Cultura e Audiovisual

- **Cultura**

A DGAE coordenou a apresentação do contributo nacional relativo à ampla consulta pública nos Estados-membros referente ao Livro Verde sobre as Indústrias Culturais e Criativas – Libertar o Potencial das Indústrias Culturais e Criativas. Foram acompanhadas activamente as negociações relativas à criação de uma Marca do Património Europeu, bem como os trabalhos referentes à aprovação de documentos com relevância, nomeadamente o Plano de Trabalho para a Cultura 2011-2014, as Conclusões do Conselho sobre o papel da Cultura na luta contra a Pobreza e a Exclusão social, no contexto do respectivo Ano Europeu 2010, e, ainda, as Conclusões sobre o contributo da Cultura para o Desenvolvimento Regional e Local.

- **Audiovisual**

Relativamente ao Audiovisual, acompanhámos atentamente a aprovação de Conclusões sobre o seguimento a dar à Biblioteca Digital Europeia (Europeana) e, em matéria do cinema europeu, a preservação do património cinematográfico na era digital e digitalização das salas de cinema. No que se refere ao 1º Programa Europeu da Política do Espectro Radioelétrico, a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

DGAE coordenou o contributo nacional para o parecer técnico, ao nível do Conselho, como contributo para o debate europeu.

C.8.10 – Saúde Pública

Assumi especial relevância o acompanhamento da negociação, que culminou com a obtenção de acordo político, da Directiva relativa aos direitos dos doentes aos cuidados de saúde transfronteiriços. A forte contestação de Portugal a esta proposta, justificada pelos efeitos negativos no Serviço Nacional de Saúde, exigiu uma especial atenção ao nível da coordenação com o objectivo final de minimizar os efeitos negativos para Portugal.

A negociação da proposta de directiva sobre qualidade e segurança dos órgãos humanos destinados à transplantação e do Pacote Farmacêutico mereceu, do mesmo modo, um acompanhamento constante por parte desta DGAE.

S. R.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



Centro de Informação
Europeia Jacques Delors
DGAE/Ministério dos Negócios Estrangeiros



D – CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS



D.1 No domínio da **Informação, Formação e Animação Pedagógica**

O **Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD)** promoveu o conhecimento sobre a UE junto dos diferentes públicos, através da realização de acções de informação, de formação e de animação pedagógica.

Na sua actividade destaca-se, em particular, a gestão e monitorização pelo Centro, enquanto **Organismo Intermediário**, das acções desenvolvidas através do Plano de Comunicação sobre a União Europeia, no quadro da Parceria de Gestão, celebrada pela Comissão Europeia com o Governo português.

A celebração dos 25 anos da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias foi um tema transversal de motivação para toda a actividade do CIEJD, através de realização de várias iniciativas.

Os **temas prioritários de comunicação** centraram-se em torno da Recuperação Económica e Coesão Social, na Afirmação da UE no Mundo e no Ambiente e Biodiversidade, para além de outros, como Cidadania Europeia e Tratado de Lisboa.

A aposta do CIEJD passou pela **renovação da sua oferta formativa**, largamente difundida junto da comunidade escolar, o que elevou de forma acentuada o número de acções de formação, a que o Centro deu resposta, em todo o país.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Cumprе salientar que o CIEJD iniciou o processo de pedido de renovação da sua acreditação como entidade formadora, tendo remetido, este ano, à DGERT do Ministério do Trabalho e Segurança Social o processo para parecer técnico. Desta forma pretende assegurar a certificação em termos técnicos do trabalho desenvolvido em matéria formativa.

No domínio da Informação e Comunicação, e na linha da modernização administrativa, é de salientar a melhoria da qualidade dos serviços prestados, em particular, através da possibilidade de utilização do **Cartão de Cidadão**, como cartão de utilizador da Biblioteca, permitindo a desmaterialização de procedimentos e oferta de novos serviços à distância.

O CIEJD investiu, em 2010, no desenvolvimento de vários **melhoramentos na sua estrutura aplicacional e de comunicações** que tiveram impacto muito positivo em toda a sua actividade, a nível da produtividade dos serviços, redução de custos e na modernização administrativa.

Para potenciar a ligação e interacção com o cidadão, iniciou o ano com presença institucional nas redes sociais, através do **Facebook**, com resultados muito positivos reunindo num ano, uma comunidade de mais de 5.200 membros interessada nos temas europeus.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

D.1.1 – Informação

A **Biblioteca do CIEJD**, reconhecida como uma referência em assuntos europeus, apostou na modernização dos seus serviços, no enriquecimento do seu acervo documental, no tratamento da documentação histórica sobre o Arquivo de Integração Europeia e na melhoria tecnológica.

A Biblioteca registou uma média de 570 utilizadores por dia, na sua vertente digital, e serviu mais de 1.000 utilizadores presenciais, efectuou cerca de 1.700 empréstimos domiciliários e locais, inseriu 2.679 novos registos bibliográficos. Foram introduzidas melhorias em registos existentes e implementados novos serviços e catálogos.

Lançou, em Maio, um novo serviço de utilização do **Cartão de Cidadão no acesso à Biblioteca**. Este projecto constituiu uma iniciativa pioneira na linha da modernização administrativa e na maior ligação aos cidadãos, tendo sido possível melhorar a qualidade da oferta dos serviços e alcançar uma redução de custos. Por outro lado, foram internamente efectuados melhoramentos à Biblioteca digital, de forma a que esta cumprisse as directrizes definidas na Resolução de Conselho de Ministros nº 155/2007, de 27 de Setembro⁴, relativa à acessibilidade do conteúdo da *Web* para os cidadãos com necessidades especiais. Utilizando um novo mecanismo de certificação criado pelo Programa Acesso⁵, foi em Abril/Maio, atribuída a certificação de nível AAA (nível máximo) à

⁴ RCM nº 155/2007 – Acessibilidade pelos cidadãos com necessidades especiais aos sítios da Internet do Governo e dos serviços e organismos públicos da administração central.
<http://dre.pt/pdfsip/2007/10/19000/0705807058.PDF>

⁵ Programa ACESSO da UMIC - Acessibilidade para Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação. <http://www.acesso.unic.pt/>



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Biblioteca do CIEJD, tornando-se a primeira biblioteca, em Portugal, com serviços *on-line*, com a certificação nível AAA.

No contexto da celebração dos 25 anos de integração europeia de Portugal, é de destacar a criação de um novo Catálogo, o **Arquivo de Integração Europeia**, o qual através de tratamento arquivístico, contém o registo dos documentos preparatórios do processo de negociação para a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, no período de 1978 a 1985.

O CIEJD colocou também à disposição dos cidadãos um Catálogo de **Conteúdos Pedagógicos**, reunindo um extenso conjunto de conteúdos sobre a União Europeia (**apresentações, brochuras, fichas, jogos, material multimédia**).

No que se refere à Base de Dados, foi realizada a autonomização na base dos Programas e Candidaturas relativos aos programas nacionais e comunitários, indo ao encontro das necessidades de pesquisa mais rápida desta informação especializada por parte dos cidadãos, a qual tem vindo a crescer. Para tal muito tem contribuído a *newsletter* sobre Programas e Candidaturas que o CIEJD edita mensalmente desde 2009.

No que respeita a **difusão da informação** (*newsletters* gerais e específicas) difusões selectivas de informação e serviço de referência à distância) ultrapassou-se 1,1 milhão de envios para uma comunidade electrónica de mais de 34.000 membros.

Foram elaboradas e enviadas 31 *newsletters* para cerca de 15.000 subscritores activos, procedeu-se à difusão electrónica de dois boletins diários de actualidade europeia, de um boletim semanal e do *Clipping Mediamonitor* para um universo de 100 técnicos, foi efectuada a pesquisa diária no Diário da República e difundida a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

legislação pelos técnicos e realizada a divulgação sobre projectos, acções ou actividades e eventos do CIEJD.

O **Serviço de Referência à distância**, em resposta aos pedidos de informação dos cidadãos, atendeu 1.295 pedidos.

O CIEJD assegurou também a informação sobre assuntos europeus, através do **universo internet**, tendo conseguido atingir mais de 760.000 cidadãos. Neste âmbito, o acesso à informação foi assegurado através do portal de informação europeia (www.eurocid.pt), do sítio para a comunidade educativa (www.aprendereuropa.pt), da biblioteca digital *infoeuropa* (<https://infoeuropa.eurocid.pt>) e da presença do CIEJD no *Facebook* (<http://www.facebook.com/CentrodeInformacaoEuropeiaJacquesDelors>).

Foi reorganizada a informação no **portal eurocid.pt**, com vista a viabilizar-se um acesso mais fácil aos conteúdos digitais. Foram desenvolvidos e colocados em linha 2 novos canais (Aprender Europa e Biblioteca) e reformulados 2 outros (Temas e Oportunidades).

O portal disponibilizou ainda informação actualizada dos desenvolvimentos dos principais temas da Agenda Europeia, através dos *dossiers* temáticos: Estratégia Europa 2020, Crise económica e financeira, Portugal na Europa, União Económica e Monetária e o Euro, Tratado de Lisboa, Energia e alterações climáticas, UE e Países de Língua Portuguesa e Anos Europeus.

O CIEJD apostou na informação através das redes sociais, tendo iniciado, em Janeiro, a sua presença institucional no **Facebook**. Num ano, foi possível reunir uma comunidade de 5.210 membros, interessada nos temas europeus. As cerca de 150 notícias de cidadania europeia publicadas pelo CIEJD resultaram em mais de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

2.600 “gostos”, comentários e produção de textos pelos próprios cidadãos nesta página pública.

▪ **Sistemas de Informação e Comunicação**

No que diz respeito aos **Sistemas de Informação e Comunicação**, o CIEJD efectuou vários melhoramentos na sua estrutura aplicacional e de comunicações que tiveram impacto muito positivo em toda a sua actividade. Destaque para a implementação do projecto do Cartão de Cidadão na biblioteca física e em linha e para o projecto da integração da assinatura digital e certificação do selo temporal (*timestamping*) nas propostas da Parceria de Gestão.

O CIEJD implementou também, ao longo do ano, projectos internos de melhoria de *workflow*. Destaca-se a revisão da estrutura da *intranet*, a criação de novas ferramentas estatísticas e a nova ferramenta de catalogação em linha, que permitiram ganhos de produtividade.

D.1.2 – Formação e Animação Pedagógica

▪ **Formação**

O Centro procedeu à actualização da sua oferta formativa, tendo sido esta enviada às Escolas do País, dos vários níveis de ensino.

Direccionadas a escolas e com o objectivo de divulgar o projecto europeu, o CIEJD realizou 100 **Aulas Jacques Delors** (AJD) genéricas e sobre os temas prioritários da UE, nas suas instalações, contemplando 2.464 participantes (professores e alunos). O número de AJD descentralizadas,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

incluindo todas as regiões do país, ascendeu a 567 acções, que abrangeram 21.393 jovens.

Foram realizadas, a nível nacional, 54 **Sessões de Informação e Debate** sobre diversas temáticas genéricas e específicas: Cidadania Europeia, Tratado de Lisboa, Diálogo Intercultural, Energia e Alterações Climáticas, que atingiram 1.692 cidadãos.

O Centro organizou um curso de formação para professores, quatro turmas descentralizadas, com a duração de 25 horas, acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua sobre **Cidadania Europeia e a Dimensão Europeia na Educação**. O objectivo desta acção é formar os professores, enquanto multiplicadores de informação, em matéria de direitos e deveres, cívicos e políticos, permitindo uma articulação mais estreita entre os *curricula* disciplinares e os assuntos europeus. Este curso teve lugar em Lisboa, Caldas das Taipas, Aveiro e Midões, abrangendo um total de 90 formandos.

Adicionalmente, sobre o mesmo tema, o CIEJD organizou 2 jornadas de formação destinadas a pessoal não docente, em Arganil e Midões, acreditadas pela Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, com a duração de 6 horas, para 36 formandos, visando promover o aperfeiçoamento e a actualização das competências profissionais e dos conhecimentos sobre a UE.

O CIEJD realizou ainda **outras acções de formação**, em parceria com algumas entidades: 3 jornadas com o Museu da Presidência da República sobre “A Cidadania Europeia e a Dimensão Europeia na Educação”, envolvendo 82 participantes e 1 acção visando a formação dos monitores do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Road Show “O Tratado de Lisboa em Movimento”, promovido pela empresa Right Target e abrangendo 17 formandos.

O CIEJD suporta toda a actividade de formação e de animação pedagógica através da **produção de conteúdos**, em diferentes formatos e suportes, para os diferentes públicos-alvo, disponíveis no portal do CIEJD e enviados à Rede de Formadores Jacques Delors. Em 2010, foram elaboradas 5 apresentações em *powerpoint* sobre diversas temáticas: Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2 níveis); Estratégia Europa 2020; Portugal: 25 Anos de Integração Europeia; e Lenda da Europa (num total de 175 diapositivos), 3 *quizzes*, 1 sopa de letras, 1 vídeo e outros jogos lúdico-didáticos.

Pontualmente, procedeu-se ainda à actualização de alguns conteúdos de apresentações e fichas de trabalho temáticas anteriormente concebidas, num total de 88 conteúdos.

▪ **Animação pedagógica**

A animação pedagógica tem-se revelado um meio muito eficaz de comunicar a Europa, de que é exemplo a realização de inúmeras iniciativas, nomeadamente em Escolas, como é o caso do concurso **EuroElo**. No ano em curso foram dinamizadas pelo CIEJD 16 sessões deste jogo, abrangendo um total de 743 participantes.

É de assinalar, ainda, neste contexto a participação do CIEJD na iniciativa anual da Comissão Europeia, **Primavera da Europa**, com coordenação nacional da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Ministério da Educação, dirigida aos jovens, no sentido de promover o debate e a reflexão sobre as questões europeias.

Em 2010, o lema escolhido foi “A Cidadania Europeia e os Direitos Fundamentais”. O CIEJD participou na ampla divulgação deste projecto, disponibilizou conteúdos e formadores que desenvolveram acções em escolas. Registaram-se no portal oficial deste projecto 222 escolas, 159 eventos e 37 participações em actividades e concursos. Estima-se que tenham sido envolvidos 6.216 participantes (5.550 alunos e 666 professores).

D.1.3 – Projectos

O projecto ***ELOS – Europe as a Learning Environment in Schools***, de dimensão europeia, visa promover uma educação de qualidade, imprimindo uma orientação europeia e internacional aos *curricula*. O CIEJD assegura, no âmbito deste projecto, a divulgação e disseminação a nível regional, nacional e global, participa no grupo responsável pela criação/desenvolvimento de novos instrumentos, contribuindo para a qualidade integral do projecto. Todo o trabalho desenvolvido pelo CIEJD beneficia da articulação com o Painel Nacional de Acompanhamento (DGIDC do Ministério da Educação, Agência Nacional PROALV, Escola EB 2,3 S. Bruno e Instituto de Ciência Política da Universidade Católica Portuguesa), nomeadamente o acompanhamento dos instrumentos a desenvolver pelo projecto e da Rede de Escolas ELOS.

A Agenda Europa: a escolha é vossa – edição 2010/2011 é um projecto apoiado pela Comissão Europeia e coordenado, a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

nível europeu pela *Generation Europe*, e assegurado, a nível nacional, pelo CIEJD em parceria com a Associação Portuguesa para a Defesa dos Consumidores (DECO).

O Centro contribuiu para a localização (adaptação à realidade nacional) dos conteúdos sobre a União Europeia da agenda e coordenou a distribuição, a nível nacional, de 66.350 agendas e de 2.854 manuais do Professor a Escolas do Ensino Secundário, alunos do 10º ano.

D.1.4 – Publicações e edições

O concurso anual **Prémio Jacques Delors**, apoiado pelo Banco de Portugal, visa distinguir o melhor trabalho de investigação sobre temas comunitários em língua portuguesa, procurando, assim, incentivar o aparecimento de obras inéditas sobre a temática europeia e contempla a edição da obra premiada.

O júri presidido por Vítor Constâncio, vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE), atribuiu o Prémio à obra “O Pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias: Aspectos Político-Diplomáticos”, da autoria de Francisco Niny de Castro. De salientar que também foram distinguidos, com uma menção honrosa, três outros trabalhos:

- “A Imagem de África na Imprensa Europeia: O caso da Cimeira UE-África em Dezembro de 2007”, de Mafalda Alexandra Lobo Pereira da Silva;
- A França na Reflexão Europeia de Eduardo Lourenço”, de Maria Dulce Tavares Martinho;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- “Entre a fobia da cigarra e a apologia da formiga: a Inclusão Activa e os Esquemas de Rendimento Mínimo na Europa”, de Vanda Raquel Alves Pacheco.

O CIEJD abriu concurso para a edição do Prémio Jacques Delors 2011, tendo sido recepcionados 18 trabalhos candidatos.

A **Revista Europa: Nova Fronteiras** consagrou, um número duplo à integração de Portugal nas Comunidades Europeias, intitulado *Portugal – 25 anos de integração europeia*. Enquadrado na celebração dos 25 anos de assinatura do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias, contou com o contributo de muitas personalidades, que participaram neste processo.

O CIEJD desenvolveu ainda outro projecto editorial, em língua portuguesa, em parceria com a editora Principia e adaptada ao registo de **banda desenhada** por ilustradores portugueses. Esta publicação, intitulada “Portugal 25 Anos depois”, insere-se no conjunto de iniciativas que assinalam os 25 anos da entrada de Portugal na União Europeia e é especialmente orientada para o público juvenil.

O primeiro número da **Revista electrónica Debater a Europa** foi dedicado ao tema UE – Ambiente, Energias e Alterações Climáticas. Debater a Europa é uma publicação electrónica da responsabilidade conjunta do CIEJD, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, do Centro de Informação *Europe Direct* de Aveiro, em parceria com o Gabinete do Parlamento Europeu e a Representação da Comissão Europeia em Portugal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

D.1.5 – Parcerias

O CIEJD favorece a celebração de **parcerias** com outras entidades.

Em 2010, o Centro foi convidado a fazer parte da Rede Nacional “Pt learning Working Group”, como membro fundador. Trata-se de uma Rede que integra Universidades/Politécnicos, Empresas, Organismos Públicos e Associações Sectoriais e que tem por objectivo dar um contributo para a actualização e competências, que de acordo com as necessidades futuras, deverão conduzir a um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A Biblioteca do CIEJD é membro da Rede de Cooperação de Bibliotecas das Instituições Europeias (EUROLIB), onde faz parte de um Grupo de Trabalho sobre Web 2.0; e em cooperação com o *European Centre for the Development of Vocational Training* (CEDEFOP), faz a gestão de um grupo de trabalho sobre bibliotecas especializadas no quadro do IGeLU (*International Group of Ex Libris Users*).

A Biblioteca do CIEJD reforçou em 2010 as suas parcerias com editoras comerciais (Guerra & Paz), os acordos de permutas (Academia Militar, Academy of European Law, CEDEFOP, CIP – Confederação da Indústria Portuguesa, Direcção-Geral de Tradução da Comissão Europeia e IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu) e os protocolos de cooperação interbibliotecas (Autoridade da Concorrência, Câmara Municipal de Condeixa, Câmara Municipal do Marco de Canaveses, Direcção-Geral de Tradução da Comissão Europeia, Junta de Freguesia de Sande e Serviços de Documentação da Universidade dos Açores).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

São de destacar ainda as parcerias celebradas, em 2010, entre o CIEJD e outras entidades: (i) com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20), tendo estabelecido um protocolo para a realização do Seminário de Verão sobre temas europeus e a criação da revista electrónica *Debater a Europa*; (ii) com o Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas para a difusão de informação de carácter técnico; (iii) com a *Foundation for the Rights of Future Generations* para a realização, em parceria, da Conferência Internacional “*Ways to Legally Implement Intergenerational Justice*”, que teve lugar em Maio 2010; (iv) com o *Piccolingo*, uma iniciativa da Comissão Europeia, para a difusão da aprendizagem precoce de línguas (*Early Foreign Language Learning*).

Foram actualizados todos os conteúdos que o Centro edita nos sítios das **parcerias electrónicas**, desde o Portal do Cidadão ao Portal da Empresa. As parcerias electrónicas foram ainda reforçadas, quer por via das páginas favoritas do *Facebook*, quer pelo aprofundamento/redinamização das parcerias existentes, como a inclusão na Rede Comum do Conhecimento da Agência para a Modernização Administrativa e reactivação da ficha CIEJD no portal eCultura.

D.1.6 – Eventos

O Centro continuou a apostar na organização e/ou na participação em **eventos**, tanto em parceria, como individualmente, dado que permite manter o contacto com um público vasto e diversificado (mais de 170.000 cidadãos, em 2010), com vista a dar visibilidade às suas actividades e serviços, nomeadamente, à sua oferta



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

formativa, à biblioteca, aos projectos de dimensão europeia, ao serviço prestado sobre programas e candidaturas, à actividade editorial e ainda às iniciativas realizadas, no âmbito da Parceria de Gestão e enquanto Organismo Intermediário.

▪ **Eventos de grande público**

Participação na **Futurália**, salão de oferta educativa, formação e emprego, em Março, na Feira Internacional de Lisboa, tendo marcado presença no *stand* Espaço Europa, em parceria com as Representações das Instituições Europeias em Portugal e a coordenação nacional do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

O Centro associou-se às comemorações do **Dia da Europa**, que tiveram lugar nos dias 7 a 9 de Maio, em Matosinhos.

As comemorações foram organizadas pelas Representações das Instituições Europeias em Portugal, pela Presidência Espanhola do Conselho da União Europeia, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Câmara Municipal de Matosinhos, no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A iniciativa incluiu actividades recreativas, animação circense, conferências, concertos, mostra de filmes e uma mesa redonda com deputados europeus sobre a participação dos cidadãos nas questões europeias.

Em Novembro, o CIEJD participou na 20.^a edição da **Expolíngua**, conjuntamente com as Representações das Instituições Europeias em Portugal.

Este Fórum teve, em 2010, como convidado de honra, a União Europeia e a temática girou em torno da diversidade



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

linguística e cultural da Europa. O CIEJD assegurou presença no *stand* europeu e num *workshop* sobre Fontes de Informação Europeia.

▪ **Organização de eventos**

O CIEJD teve a responsabilidade de organizar alguns eventos que permitiram divulgar a sua missão:

A apresentação e lançamento do número duplo da Revista Europa: Novas Fronteiras, dedicado ao tema **Os desafios da Criatividade e da Inovação**, que decorreu em Janeiro, nas instalações do CIEJD, e onde se fez um balanço sobre o Ano Europeu, contou com intervenções de personalidades que representaram Portugal durante o Ano Europeu da Criatividade e da Inovação.

Foram também apresentados dois projectos inovadores realizados no âmbito da Parceria de Gestão. Trata-se de duas acções do Plano de Comunicação 2009, que mostram, na prática, como a Criatividade e Inovação é comunicada aos jovens e professores. Foi o caso da publicação “A Europa nas nossas mãos - imagina, cria e inova”, editada pela CHRIS/Tribuna da Memória e do curso de *b-learning* para professores “A Europa da Cidadania, da Criatividade e da Inovação”, desenvolvido pela Novabase.

A apresentação e lançamento do **primeiro número da revista electrónica «Debater a Europa»**, em Março, no Centro de Informação *Europe Direct* de Aveiro, dedicado ao tema UE – Ambiente, Energias e Alterações Climáticas.

A apresentação pública, em colaboração com o Centro SOLVIT Portugal, da vencedora do **Prémio Mercado**



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Único 2009, Aurora de Freitas, para uma conversa com a jornalista Ana Sousa Dias. Esta iniciativa, que teve lugar em Abril, visou dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela laureada, no âmbito do mercado único, em defesa dos direitos de cidadania dos seus compatriotas.

O lançamento, em Maio, da utilização do **Cartão de Cidadão como cartão do utilizador da Biblioteca**, que contou com a presença do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e da Secretária de Estado para a Modernização Administrativa.

O lançamento, em Junho, conjuntamente com os CTT – Correios de Portugal, e com o apoio da Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra e do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, do **Inteiro Postal e Carimbo** alusivo aos 25 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

A participação no **Seminário de Verão Debater a Europa: 25 anos de Integração**, organizado em parceria com o Centro *Europe Direct* de Aveiro e o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, que permitiu o debate sobre os diferentes aspectos relativos ao desenvolvimento de Portugal, no quadro do processo de integração europeia.

A cerimónia de atribuição do **Prémio Jacques Delors 2010**, em Outubro, no Protocolo de Estado, que contou com a participação de Pedro Lourtie, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, de Vítor Constâncio, Vice-Presidente do Banco Central Europeu e Presidente do júri do prémio e de Carlos Costa, Governador do Banco de Portugal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O seminário sobre **O Papel Fundamental dos Serviços de Interesse Geral no quadro da Estratégia Europa 2020**, organizado, em parceria com o Centro Europeu de Empresas de Serviços de Interesse Geral - Portugal, que teve lugar no Centro, em Outubro. Contou com as intervenções de Maria João Rodrigues, de Armanda Neves, de José Manuel Silva Rodrigues e de Sara Ribeiro. O evento visou apresentar e debater as prioridades, os objectivos e as iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020 e suas implicações para Portugal.

O Centro associou-se ao projecto das Antenas Internacionais da RDP e da Antena 1, tendo promovido a sessão **Portugal, 25 anos de integração europeia**, dedicada às Questões Económicas e Financeiras, em Dezembro. O debate, moderado pelo jornalista Fausto Coutinho, contou com a participação de Clotilde Câmara Pestana, de Vítor Martins e de Pedro Pita Barros. Esta sessão fez parte dos cinco debates de reflexão “Nós e a Europa ou as cinco razões”.

O CIEJD recebeu nas suas instalações a **visita** de um grupo de alunos de Macau, que se encontra em Lisboa no ano de preparação para ingresso no curso de Direito da Universidade Católica Portuguesa. A visita permitiu sensibilizar estes alunos para os aspectos gerais do projecto de construção europeia e para a integração europeia de Portugal, ao longo dos 25 anos.

▪ **Colaboração e participação em eventos**

— Na **Conferência internacional "Ways to Legally Implement Intergenerational Justice"**, que



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Maio, com uma intervenção da Directora.

- No **workshop Jornalismo e Europa**, que foi conduzido por Carlos Medeiros (CIEJD) e por Teresa Coutinho (Gabinete de Imprensa do Parlamento Europeu) e moderado por Laura Pereira (ISCSP), tendo a sessão visado reflectir sobre a relação dos *media* com os temas e acontecimentos europeus e o acesso à informação europeia.
- Na **tertúlia «A Europa Depois de Lisboa - Desafios e Oportunidades»**, em Junho.
- Na **Mesa redonda *Portugal and the future of learning – overview on recent foresight practices***, inserida na Conferência Economia Digital – Competências para o Futuro, organizada pela Rede Pt *Learning Working Group*, da qual o Centro Jacques Delors é membro fundador.
- No **4.º Fórum RSO e Sustentabilidade**, uma iniciativa da AIP, em Outubro, através da dinamização do espaço Livraria-Centro de Recursos e com a apresentação electrónica dos seus conteúdos educativos.
- O Centro deu apoio ao projecto **Road Show – Tratado de Lisboa em movimento**, evento que percorrerá todo o país, de Dezembro de 2010 a Março de 2011. Com o objectivo informar, esclarecer e sensibilizar a população portuguesa e os jovens acerca do Tratado de Lisboa.
- No **Euroskills 2010 – Campeonato Europeu das Profissões**, onde o Centro, em parceria com as



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Representações das Instituições Europeias em Portugal, esteve presente num *stand* europeu. A 2.^a edição deste evento teve como objectivo projectar a imagem, a qualidade e a atractividade dos sistemas de formação profissional europeus. Contou com a participação de centenas de concorrentes, peritos e jurados, em representação de 31 países e de 50 saídas profissionais.

D.1.7 – Exposições

O Centro Jacques Delors organizou **Exposições** nas suas instalações, no Palacete do Relógio, relacionadas com os assuntos europeus, promovendo, assim, a sua divulgação junto do público. A exposição **Liberdade e Democracia – Hungria: Desde o Corte da Cortina de Ferro até à Adesão ao Espaço Schengen**, inaugurada a 18 de Dezembro de 2009, esteve patente no átrio do CIEJD até 12 de Fevereiro de 2010. Constituída por *posters* sobre a história recente da Hungria, mostra como os movimentos da oposição húngaros conduziram à abertura de fronteiras, ao corte da Cortina de Ferro em Agosto de 1989 e à conseqüente queda do Muro de Berlim.

A Exposição Filatélica “**À descoberta da Europa na Filatelia Portuguesa**”, constituída por selos sobre o processo de integração europeia, esteve patente, nas instalações do CIEJD, durante o mês de Junho. Na exposição foi apresentado o álbum “À descoberta da Europa na Filatelia Portuguesa”, da autoria de Isabel Maria Freitas Valente e de João Rui Pita. Estas actividades inseriram-se no âmbito das comemorações dos 25 Anos da Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Europeias e foram fruto de uma parceria entre o CIEJD, o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra e a Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra, que contou ainda com o apoio dos CTT - Correios de Portugal.

A mostra de cartazes sobre selos portugueses **Portugal e a Europa – Uma história contada através dos selos**, que visou sensibilizar o público jovem para os momentos mais marcantes da integração Portuguesa, desde a adesão à CEE até aos nossos dias. A exposição esteve patente no átrio do CIEJD, de 6 de Maio a 12 de Junho.



D.2 Parceria de Gestão

A **Parceria de Gestão**, celebrada entre a Comissão Europeia e o Governo Português, é traduzida anualmente num Plano de Comunicação (PC) que fixa os temas prioritários e as acções a realizar. O ano em curso permitiu a conclusão de iniciativas integradas no Plano de Comunicação 2009 e o desenvolvimento do Plano de Comunicação de 2010.

O papel do CIEJD, enquanto **Organismo Intermediário** (OI) da Comissão Europeia, é o de gerir e de assegurar a monitorização de todas as acções desenvolvidas pelos contratantes – diferentes entidades da sociedade civil – nas diversas temáticas. Neste papel inclui-se a proposta de Plano de Comunicação, a preparação de conteúdos de divulgação, toda a componente processual (lançamento de concursos, selecção de propostas, análise dos relatórios intercalares e finais das entidades contratantes, elaboração de relatórios finais do OI e propostas de Convenções de Disponibilização de Fundos), a gestão financeira e a monitorização de todos os conteúdos desenvolvidos pelos contratantes.

Em 2010, o OI assegurou o acompanhamento final da execução dos 16 contratos ainda do PC de 2009 (a verba disponibilizada pela Comissão Europeia foi de 527.693,21€) e o lançamento dos concursos limitados referentes ao PC 2010, correspondendo a 13 contratos assinados.

Da avaliação efectuada, mais de 50% dos contratos apresentaram níveis de qualidade nos valores máximos, quer na execução física, quer financeira.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O Plano de Comunicação 2010 compreendeu 3 operações (1. Recuperação Económica e Coesão Social; 2. Afirmação da União Europeia no Mundo; 3. Por uma Eco-Europa).

Este plano compreendeu um conjunto diversificado de acções como cursos de formação para professores em *b-learning*, jogos lúdicos, produtos pedagógicos, mostra de documentários sobre cada Estado-membro, acções para o público em geral e diversas actividades educativas.

A Avaliação Externa Independente realizada por empresas de avaliação, também, incidiu sobre o CIEJD, enquanto OI. Assim, e não obstante, tratar-se de um modelo de parceria novo, iniciado em 2008, o desempenho do CIEJD foi avaliado como *Excelente*. Este reconhecimento incluiu, quer o acompanhamento, quer a monitorização das acções, tendo a actuação do OI sido destacada como uma *Boa Prática*.

Tendo em conta as poupanças apuradas na execução financeira do Plano de Comunicação 2009, o OI propôs à Comissão Europeia a **Replicação de Produtos do Plano de Comunicação de 2008**, que se destacaram, quer pela qualidade, quer pela procura que suscitaram por parte dos destinatários. Foi assinada, para o efeito, uma Convenção de Disponibilização de Fundos autónoma, que permitiu a replicação dos seguintes produtos: a publicação “O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa” e de duas publicações sobre Energia e Alterações Climáticas, editadas em *Braille*; a realização de um espectáculo de teatro intitulado “UE p’ro Futuro” e a sua respectiva filmagem em 3 versões: integral, curta e de apresentação para colocação *on-line*; o prolongamento do alojamento dos conteúdos desenvolvidos sobre o Tratado de Lisboa e a UE no Mundo, nos endereços <http://www.tratadodelisboa.org> e em <http://www.uenomundo.eu>, respectivamente, incluindo os *blogs* criados e sua disseminação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E – AUTO-AVALIAÇÃO



E AUTO-AVALIAÇÃO

E.1 – Nota introdutória

O ano de 2010 foi marcado, do ponto de vista da intervenção substantiva da DGAE, pela persistência dos efeitos resultantes da crise económica mundial e seus reflexos na União Europeia e seus Estados-membros, pela crise dívida soberana, pelos trabalhos que conduziram à adopção da Estratégia para o Crescimento e Emprego e, ainda, pela adopção de várias medidas importantes em sede de aplicação do Tratado de Lisboa de que se destacariam a iniciativa de Cidadania Europeia e a adopção do pacote legislativo que permitiu a entrada em funcionamento do Serviço Europeu de Acção Externa.

Houve também que proceder à adaptação da actuação da Administração às novas disposições do Tratado de Lisboa em matéria de incumprimento e poder sancionatório. Com vista a responder a estas novas exigências, foi feito um esforço acrescido em matéria de transposição de directivas o que, sobretudo graças ao recurso ao sistema SCAN, permitiu a Portugal reduzir substancialmente o seu atraso na adopção da necessária legislação nacional. Este esforço, reflectiu-se, de forma muito positiva no lugar que Portugal passou a ocupar na última edição da “Tabela Comparativa de Transposição de Directivas do Mercado Interno”.

Para além destes aspectos mais salientes, outros houve que mereceram igualmente aturada atenção e que implicaram uma



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

capacidade acrescida de mobilização dos recursos humanos da Direcção-geral e determinaram um acréscimo de contributos e acções de coordenação destinados, sobretudo, às instâncias intergovernamentais.

No entanto, estas temáticas são tratadas de forma mais exaustiva em capítulos próprios e que reflectem as competências funcionais das várias unidades orgânicas da Direcção Geral e ainda do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), organismo de interesse público que se encontra incorporado na DGAE e que beneficia da intervenção financeira da Comissão Europeia e do Estado Português.

O CIEJD tem um papel estratégico na divulgação da informação e na promoção do conhecimento sobre a UE junto dos cidadãos. Por outro lado, é o Organismo Intermediário no contexto da Parceria de Gestão celebrada entre o Governo Português e a Comissão Europeia, assegurando a gestão e a monitorização de actividades de informação sobre a UE, a nível nacional. O Centro tem assim um “core business” que é bastante diferente do dos restantes serviços da DGAE.

Cabe, desde já, referir que constitui ainda parte integrante do presente Relatório de Actividades, o **balanço de Portugal na União Europeia referente a 2010**, para o qual se remete *in totu*.

Em 2010 e à semelhança de anos anteriores, a actividade da DGAE, no contexto dos seus diversos eixos de actuação, comportou um conjunto de procedimentos e rotinas que incluíram o acompanhamento sistemático de todas as políticas e acções da União nas várias instâncias e níveis institucionais de decisão, bem como uma maior informação aos cidadãos nacionais sobre os assuntos ligados à participação de Portugal na UE. Estas intervenções foram devidamente tidas em conta na construção do QUAR da Direcção-



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

geral para 2010 e traduzidas em objectivos de eficiência, eficácia e qualidade, conforme consta do respectivo documento.

Das acções desenvolvidas pela Direcção Geral dos Assuntos Europeus, salienta-se:

- a promoção dos procedimentos de coordenação interministerial, em especial com vista à definição das posições nacionais nas diferentes matérias em negociação ou preparação⁶ bem como o registo e seguimento destes procedimentos;
- a preparação da participação ministerial em todas as sessões dos Conselhos Europeus e dos Conselhos de Assuntos Gerais bem como, sempre que relevante, a contribuição para a preparação e participação, a nível nacional, em outras formações do Conselho, incluindo a de Negócios Estrangeiros;
- a organização dos briefings preparatórios⁷ de diversas formações do Conselho às Embaixadas dos Estados-membros da UE acreditadas em Lisboa;
- a elaboração das agendas anotadas das diversas formações do Conselho para instrução das Embaixadas de Portugal nos países da UE;
- a preparação de visitas e encontros bilaterais, quer em Portugal, quer no estrangeiro e ainda à margem de várias reuniões interministeriais, sempre que estiveram envolvidos países membros da União Europeia ou países candidatos.
- a colaboração, com os outros serviços do Ministério sempre que foi solicitado o contributo da DGAE;
- a participação no esforço nacional de campanha para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, sempre que esse contributo foi solicitado;

⁶ Reuniões da Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus, reunião interministerial de acompanhamento do processo de transposição das Directivas UE para o Direito Interno, subcomissão do mercado interno, para além de outras, de âmbito mais específico

⁷ Conselho de Assuntos Gerais e Conselhos JAI, em particular, mas também Conselhos Competitividade.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- a organização de reuniões e/ou acções com vista à coordenação das posições nacionais em diversos dossiers sectoriais, de que se destacam as áreas do mercado interno, justiça, segurança e liberdade e questões financeiras;
- a organização de acções de coordenação com os ministérios sectoriais, em sede de articulação da posição nacional no respeitante a processos pré-contencioso e contencioso, incluindo, quando necessário, a consulta à Comissão Europeia
- a actualização trimestral das fichas temáticas dos serviços;
- a consolidação dos contactos com as redes de Embaixadas acreditadas em Lisboa, implicando a difusão de informação actualizada e a resposta às suas solicitações.
- a informação e a promoção do conhecimento sobre a União Europeia, com vista à participação dos cidadãos no processo de construção da UE.

Exercendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros funções de soberania e cabendo a determinação da agenda externa do Estado ao Governo e, mais directamente aos membros designados para as pastas que tutelam o MNE, compete-lhes a eles, em primeira instância, definir as prioridades e intervenções que os serviços serão chamados a desenvolver. Actividades e intervenções estas que as Direcções-gerais do Ministério nem sempre conseguem antever sujeitas como se encontram aos imponderáveis da agenda externa.

Por último cabe referir que o Ministério dos Negócios Estrangeiros prepara contributos e informações actualizadas e com grande frequência para os órgãos de soberania, de que se destacam o Presidente da República e o Presidente da Assembleia da República.



E.2 – AUTO-AVALIAÇÃO

QUAR 2010

– Análise dos resultados alcançados e dos desvios verificados⁸

I - Objectivos Operacionais de Eficácia (OOA) 2010

OOA 1 – Assegurar a participação nas reuniões relevantes.

A meta prevista foi alcançada sem qualquer desvio, os quais, quando existiram, se ficaram exclusivamente a dever a restrições orçamentais e, ainda, na primeira parte do ano, às dificuldades aeronáuticas causadas pela erupção do vulcão na Islândia.

OOA 2 – Efectuar as acções de coordenação.

Este objectivo foi aferido por dois indicadores: “Número de acções de coordenação” e “Prazo de actualização das fichas temáticas relevantes” No primeiro, apesar de todas as limitações de âmbito orçamental, graças ao empenho e disponibilidade dos colaboradores da DGAE, foi possível ultrapassar a meta estabelecida; no segundo caso, foi atingido o prazo de actualização previsto.

⁸ N.º 1 do Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro de 2007: “A auto-avaliação tem carácter obrigatório e deve evidenciar os resultados alcançados e os desvios verificados de acordo com o QUAR do serviço, em particular face aos objectivos anualmente fixados” e Anexo 2 do Documento Técnico n.º 1 de 2010, de 4 de Março de 2010: “Devem aqui ser referidas eventuais alterações objectivos, de indicadores e/ou metas face à versão do QUAR inicialmente aprovada pela tutela.”



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

OOA 3 - Executar as acções de informação, formação e animação

Para a avaliação deste objectivo foram criados cinco indicadores:

- N.º de acções de formação e animação pedagógica;
- Grau de execução do Plano de Comunicação;
- N.º de utilizadores activos na comunidade electrónica do CIEJD;
- N.º de novos registos bibliográficos;
- N.º de conteúdos pedagógicos produzidos.

Apesar das contrariedades, como foi o caso do cancelamento das verbas do PIDDAC para a produção/desenvolvimento da biblioteca electrónica, das adversidades, explanadas nos cortes orçamentais e das dificuldades sentidas pela diminuição de recursos humanos, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, principal responsável pela execução deste objectivo, conseguiu que todas as metas deste objectivo tenham sido amplamente superadas, à excepção do indicador “n.º de conteúdos produzidos” que ficou dentro do intervalo previsto.

OOA 4 – Consolidar a interacção com a rede dos postos externos.

À semelhança de 2009 a DGAE superou a meta prevista para este objectivo, devendo-se acrescentar que a melhoria contínua é evidenciada quer quantitativamente, através deste indicador do QUAR, quer qualitativamente, pela exigência acrescida imposta transversalmente nos objectivos individuais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

II – Objectivos Operacionais de Eficiência (OOÊ) 2010

OOÊ 1 – Desenvolver boas práticas de gestão e tratamento da informação da DGAE com vista à sua maior operacionalidade.

Para a prossecução deste objectivo distinguiram-se as boas práticas de gestão de informação e de arquivo das boas práticas de gestão do funcionamento dos serviços. As primeiras, desenvolvidas pelas DS REX, AEE e QEF, pautaram-se pela capacidade de adaptação a novos métodos de trabalho aproveitando as novas tecnologias para diminuir ou mesmo eliminar o papel em certos procedimentos. As segundas alcançadas pelo CIEJD incidiram sobre a implementação da assinatura digital no cartão de cidadão e configuração do selo digital (certificação de veracidade de hora e data) bem como no *upgrade* do módulo de estatística na área da gestão da biblioteca.

OOÊ 2 – Assegurar a resposta aos casos de má aplicação das regras do Mercado Interno

Objectivo da maior importância por constituir indicador de *benchmarking* internacional, com metas impostas para comparação das instâncias Europeias. É com um orgulho especial que fazemos notar que mais uma vez o Centro SOLVIT Portugal obtém uma performance de excelência, alcançando resultados que em muito ultrapassaram as metas estabelecidas para a generalidade das congéneres europeias.



III – Objectivo Operacional de Qualidade (OOQ) 2010

OOQ 1 – Implementar uma metodologia de avaliação da satisfação dos utilizadores

Avaliado com recurso a um inquérito realizado junto dos utilizadores primários em que se pretende determinar o “Nível de satisfação dos utilizadores”, o resultado obtido superou a meta estabelecida, indiciador de que o bom trabalho que se tem vindo a desenvolver por esta DG é reconhecido e apreciado por todos quanto recorrem aos seus conteúdos e serviços.

OOQ 2 – Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores

Este objectivo é definido por dois indicadores distintos, a saber, a “Taxa de execução das acções de formação aprovadas para a DGAE” e o “Nível de Satisfação dos Colaboradores”. No respeitante ao primeiro daqueles indicadores, foi superada a meta fixada muito embora o número destas acções tenha continuado abaixo daquilo que seria desejável. Foi superado o objectivo fixado, na medida em que foi possível proporcionar aos funcionários da DGAE a frequência de acções de formação previstas – indicador com peso de 50%.

No tocante ao segundo indicador foi, pela primeira vez, elaborado um questionário destinado a aferir a satisfação dos colaboradores da DGAE que permitiu registar uma taxa de satisfação de 3.2%, cujos resultados serão analisados com mais detalhe no ponto E.8.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Quadro resumo

Quadro 2 – Síntese das alterações introduzidas à versão do QUAR 2010 inicialmente aprovada pela tutela	
Objectivos operacionais de eficácia OOA 3 - Executar as acções de informação, formação e animação	
Indicador 4 Número de acções de formação e animação pedagógica	Proveniente da boa divulgação e conseqüente aceitação do público, conjugado com a excelente capacidade gestão dos fundos colocados à disposição do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD), o número de acções de formação e animação pedagógica ultrapassou os objectivos inicialmente definidos, pelo que se ajustou o intervalo da meta a atingir para o valor [630 a 650].
Indicador 5 Grau de execução do Plano de Comunicação	Tendo em vista a necessidade de se obterem metas harmonizadas para todo o MNE foi alterado o valor superior desta meta para 85%.
Indicador 6 Número de utilizadores activos na comunidade electrónica do CIEJD	Devido ao cancelamento da fonte de financiamento PIDDAC, não se justificava a manutenção deste indicador cuja concretização se encontrava irremediavelmente prejudicada o que motivou o pedido, superiormente aceite, de ser suprimido do QUAR.
Indicador 8 Número de conteúdos pedagógicos produzidos	Apesar de não terem sido disponibilizadas verbas provenientes do PIDDAC, o CIEJD assegurou ainda assim, por não ter custos financeiros, um dos projectos previstos, respeitante aos registos bibliográficos da documentação sobre o processo de adesão de Portugal à C.E.. Reflecte-se neste indicador parte do esforço efectuado, mormente, os registos bibliográficos, o que levou ao pedido de ajustamento deste indicador por forma a repercutir a nova realidade. Nesta medida, o intervalo desta meta passou a situar-se em [2000 a 2250].
Objectivo operacional de qualidade OOQ 2 – Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores	
Indicador 16 Nível de Satisfação dos Colaboradores	Tendo em vista a necessidade de se obterem metas harmonizadas para todo o MNE foi alterado o valor superior desta meta para 85%.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

QUAR: 2010

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

DIRECÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS EUROPEUS

MISSÃO: Orientar a acção portuguesa nas instituições próprias da União Europeia, as relações bilaterais com os respectivos Estados-membros e outros admitidos como candidatos, bem como acompanhar e coordenar a definição das posições nacionais sobre as políticas da União, em conjunto com todos os ministérios sectoriais competentes e com os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Objectivos Estratégicos

OE 1: Garantir a participação portuguesa nas instâncias da U.E, de acordo com os objectivos estabelecidos pelo Governo;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

OE 2: Assegurar a eficácia na coordenação das posições nacionais sobre as políticas da União Europeia;

OE 3: Fomentar a participação na construção europeia, contribuindo para uma maior informação e interesse dos cidadãos nacionais;

OE 4: Assegurar a eficiência e eficácia operacional dos recursos atribuídos (financeiros e patrimoniais) e a gestão estratégica das pessoas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Objectivos Operacionais								
EFICÁCIA								50,0%
O1. Assegurar a participação nas reuniões relevantes (OE1)								Ponderação: 20,0%
Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 1. Taxa de participação nas reuniões			[90% a 95%]	100,0%	90%	100,0%	Cumpre	0%
O2. Efectuar as acções de coordenação (OE2)								Ponderação: 30,0%
Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 2. N.º de acções de coordenação			[120 a 150]	50,0%	160	107%	Supera	7%
Ind 3. Prazo de actualização das fichas temáticas relevantes			[80 a 100 dias]	50,0%	87	100%	Cumpre	0%



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O3. Executar as acções de informação, formação e animação (OE 3)							Ponderação:	30,0%
Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 4. N.º de acções de formação e animação pedagógica			[630 a 650]	20,0%	758	117%	Supera	17%
Ind 5. Grau de execução do Plano de Comunicação			[75% a 85%] a nível físico e [75% a 80%] a nível financeiro	25,0%	95	112%	Supera	12%
Ind 6. N.º de utilizadores activos na comunidade electrónica do CIEJD			[31.000 a 34.000]	10,0%	34551	102%	Supera	2%
Ind 7. N.º de novos registos bibliográficos			[2000 a 2250]	25,0%	2679	119%	Supera	19%



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Ind 8. N.º de conteúdos pedagógicos produzidos			[200 a 250 slides]	20,0%	232	100%	Cumpre	0%
--	--	--	--------------------	-------	-----	------	--------	----



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

O4. Consolidar a interacção com a rede dos postos externos (OE 2)							Ponderação:	20,0%
Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 9. Taxa de incremento de telegramas expedidos			[2% a 3%]	100,0%	3,4	113%	Supera	13%
EFICIÊNCIA								25,0%
O5. Desenvolver boas práticas de gestão e tratamento da informação da DGAE com vista à sua maior operacionalidade (OE4)							Ponderação:	50,0%
Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio
Ind 10. N.º de boas práticas de gestão de informação em arquivo electrónico			[1 a 3]	50,0%	3	100%	Cumpre	0%
Ind 11. N.º de boas práticas de gestão			[1 a 3]	50,0%	3	100%	Cumpre	0%
O6. Assegurar a resposta aos casos de má aplicação das regras do Mercado Interno (OE 2)							Ponderação:	50,0%
Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Ind 12. Tempo médio de resposta			[70 a 100 dias]	50,0%	53	124%	Supera	24%
Ind 13. Taxa de casos solucionados			[70% a 80%]	50,0%	99%	124%	Supera	24%

QUALIDADE									25,0%
O7. Implementar uma metodologia de avaliação da satisfação dos utilizadores (OE1, 2 e 3)								Ponderação:	60,0%
Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio	
Ind 14. Nível de Satisfação dos Utilizadores			[3 a 3,999]	100,0%	4,6%	115%	Supera	15%	
O8. Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores (OE4)								Ponderação:	40,0%
Indicadores	2008	2009	2010 Meta	Peso	Realizado	Taxa de Realização (%)	Classificação	Desvio	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Ind 15. Taxa de execução das acções de formação aprovadas para a DGAE			[70% a 85%]	50,0%	100,0%	118%	Supera	18%
Ind 16. Nível de Satisfação dos Colaboradores			[3 a 3,999]	50,0%	3,2%	100%	Cumpre	0%
Os objectivos mais relevantes são: 01, 02, 03 .								



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Recursos Humanos - 2010	Pontuação	Pontos Planeados	Pontos Executados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	80	80	0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	16	448	453	5
Diplomata	12	168	134	-34
Técnico Superior	12	684	569	-115
Assistente Técnico	8	296	245	-51
Assistente Operacional	5	25	24	-1
Total		1701	1505	-196
Nº de Efectivos no Serviço	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Nº de efectivos a exercer funções no Serviço	135	131	126	
--	-----	-----	-----	--



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Recursos Financeiros (euros) - 2010 (1)						Orçamento	Realizado	Desvio
Orçamento Funcionamento							Não aplicável	
Aquisição de bens e serviços							Não aplicável	
Despesas com o Pessoal							Não aplicável	
Outras despesas correntes							Não aplicável	
PIDDAC							Não aplicável	
Outros						5.000,0 0 €	5.000 ,00 €	0 €
Total						5.000,0 0 €	5.000 ,00 €	0 €



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Indicadores	Fonte de Verificação
Ind 1. Taxa de participação nas reuniões	Arquivo das Unidades Orgânicas
Ind 2. N.º de acções de coordenação	Arquivo das Unidades Orgânicas
Ind 3. Prazo de actualização das fichas temáticas relevantes	Arquivo das Unidades Orgânicas
Ind 4. N.º de acções de formação e animação pedagógica	Arquivo das Unidades Orgânicas/CIEJD
Ind 5. Grau de execução do Plano de Comunicação	Arquivo das Unidades Orgânicas/CIEJD
Ind 6. N.º de utilizadores activos na comunidade electrónica do CIEJD	Arquivo das Unidades Orgânicas/CIEJD
Ind 7. N.º de novos registos bibliográficos	Arquivo das Unidades Orgânicas/CIEJD
Ind 8. N.º de conteúdos pedagógicos produzidos	Arquivo das Unidades Orgânicas/CIEJD
Ind 9. Taxa de incremento de telegramas expedidos	Arquivo das Unidades Orgânicas
Ind 10. N.º de boas práticas de gestão de informação em arquivo electrónico	Arquivo das Unidades Orgânicas
Ind 11. N.º de boas práticas de gestão	Arquivo das Unidades Orgânicas/CIEJD
Ind 12. Tempo médio de resposta	Arquivo das Unidades Orgânicas/SMI/SOLVIT
Ind 13. Taxa de casos solucionados	Arquivo das Unidades Orgânicas/SMI/SOLVIT
Ind 14. Nível de Satisfação dos Utilizadores	Arquivo da Direcção/Respostas dos utilizadores e Arquivos do CIEJD



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Ind 15. Taxa de execução das acções de formação aprovadas para a DGAE	Arquivo da Direcção/Plano de Formação
Ind 16. Nível de Satisfação dos Colaboradores	Arquivo da Direcção



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E.3 – Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados⁹

Em 2010, o objectivo de satisfação dos utilizadores, foi aferido, à semelhança dos anos anteriores através do envio de questionários dirigidos aos utilizadores primários dos serviços da DGAE (Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e Director Geral de Política Externa).

A realização destes inquéritos, decorreu entre Janeiro e Fevereiro corrente, tendo-se utilizado, para o efeito, o modelo *infra*, valorado com uma escala de 1 a 5 pontos. O resultado final alcançado em 2010 foi de 4,6 pontos, o que significa a superação do objectivo proposto face à meta estabelecida situada entre 3,000 a 3,999 pontos.

⁹ Alínea a) do Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro de 2007: “Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados” e Anexo 2 do Documento Técnico n.º 1 de 2010, de 4 de Março de 2010: “Esta informação deve ser complementada com indicação da metodologia utilizada para aferir a apreciação dos utilizadores, período de realização do inquérito/ questionário, dimensão da amostra (total de respostas válidas), taxa de respostas, nível de satisfação apurado (caso não conste no QUAR).”

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Quadro 3 – Resultados do Inquérito para avaliação, por amostragem, da satisfação dos utilizadores em 2010		
Satisfação com...	Grau de Satisfação	Sugestões de melhoria
Imagem global da organização	Desempenho da DGAE	4,6
	Flexibilidade e autonomia dos colaboradores na resposta às solicitações	4,4
Envolvimento e participação	Capacidade de resposta nos modelos mais adequados às solicitações.	4,4
	Capacidade de resposta pelos interlocutores responsáveis.	4,6
Acessibilidade	Acessibilidade aos meios de comunicação disponíveis (presencial, telefónico, e-mail, vídeo-conferência)	5
Produtos e Serviços	Satisfação global com os serviços prestados	4,8
	Qualidade da informação produzida em resposta às solicitações	4,4
	Capacidade de iniciativa e de apresentação de propostas de acção	4,5
	Tempo de resposta às solicitações	5
Avaliação Global (média)		4,6



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E.4 – Avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI)¹⁰

O Quadro 4 apresenta as respostas ao Anexo A relativo ao sistema de controlo interno da DGAE pelo que apenas se destacarão, nesta sede, os aspectos mais salientes que enformam a actuação da Direcção-geral nesta matéria e que resultam, *prima facie*, da própria estrutura legal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Antes de mais, compete à Inspecção Geral Diplomática e Consular nos termos da Lei Orgânica do MNE, zelar pelo cumprimento das normas relativas ao funcionamento dos serviços internos (e também externos) cabendo-lhe, por isso, efectuar as acções que considerar, a cada momento, necessárias à concretização desse objectivo.

Por esse motivo não dispõe a DGAE de um sistema autónomo de controlo interno nem tão pouco conta, entre os seus elementos, porque a lei também não o prevê, de uma equipa habilitada ao exercício dessas funções.

Num plano mais lato, importa também assinalar que a DGAE não tem competências definidas na lei em matéria de formação, de planos de compras, de planos de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas e no respeitante à fiabilidade dos sistemas de informação, sendo essas funções desempenhadas, respectivamente, pela Secretaria Geral, pelo Instituto Diplomático, pelo Departamento Geral de Administração, pela Direcção de Serviços de Cifra e Sistemas de Informação e pela Direcção de Serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação.

¹⁰ Alínea b) do Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro de 2007: “Avaliação do sistema de controlo interno” e ANEXO 2. Conteúdo do Relatório de Auto-Avaliação/Relatório de Actividades: “Com base nas respostas às questões apresentadas no anexo A, os serviços deverão apresentar neste ponto a sua avaliação sobre o SCI, destacando as conclusões e as recomendações de acções de inspecção e auditoria a que tenham sido sujeitos e mencionando igualmente as acções de melhoria que neste âmbito se propõem implementar.”



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Nessa medida, revê-se esta Direcção-geral no Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infracções Conexas preparado pela Secretaria-geral e distribuído a todos os serviços para observância.

Pode considerar-se, no entanto, que existe um sistema de controlo interno da qualidade que manifestamente responde às exigências de aferição do nível do trabalho efectuado no serviço muito embora possa carecer, de futuro, de um maior aprofundamento. Neste mecanismo de controlo de qualidade incluem-se:

- A organização de reuniões periódicas englobando todos os dirigentes superiores e intermédios da Direcção-geral;
- A existência de contactos frequentes e regulares com os dirigentes das unidades orgânicas e os seus superiores hierárquicos;
- A observância de uma praxis claramente identificada, e por todos adoptada, de envio, para validação dos dirigentes superiores, dos documentos técnicos destinados as pastas, bem como de contributos avulsos de informação tendo por destinatários os membros do Governo ou as outras Direcções Gerais do Ministério;
- a aplicação de diversos manuais de procedimentos internos de que se destacam os seguintes :
 - ✓ De preparação do Conselho Europeu, em conjunto com a DGPE;
 - ✓ De preparação do Conselho de Assuntos Gerais/ Conselho dos Negócios Estrangeiros, em conjunto com a DGPE;
 - ✓ De preparação das pastas na área das relações bilaterais;
 - ✓ De preparação de fichas a serem inseridas nas pastas das reuniões do Conselho Europeu e do Conselho e ainda para encontros bilaterais.
 - ✓ De acompanhamento das matérias seguidas pelo Parlamento Europeu;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- ✓ Guia de convocação da Comissão Inter-ministerial para os Assuntos Europeus;
- ✓ Fichas de acompanhamento das negociações de adesão;
- ✓ Aplicação das boas práticas estabelecidas para os procedimentos relativos aos instrumentos TAIEX e TWINNING;

No tocante ao Centro de Informação Europeia Jacques Delors, cujas características específicas aconselham a que aplique manuais e procedimentos focados na actividade que desenvolve, destacar-se-iam os seguintes procedimentos:

- ✓ Preparação de Agenda
- ✓ Check-list eventos
- ✓ Check-list eventos geral
- ✓ Configurar scanner dell
- ✓ Como fazer um conteúdo ACONTECEU
- ✓ Como tratar imagens eurocid
- ✓ Formação back Office portal
- ✓ Guia de estilo
- ✓ Guia do utilizador
- ✓ Instalar aleph (sistema documental da Biblioteca)
- ✓ Instalar filezilla
- ✓ Instalar IXIS (gestão documental)
- ✓ Informações e Procedimentos (Plano de Comunicação 2009)
- ✓ Manual de preparação de evento
- ✓ Manual de identidade CIEJD 2010
- ✓ Manual de identidade Eurocid (portal)
- ✓ Regulamento Prémio Jacques Delors
- ✓ Teletrabalho_utilização
- ✓ Modo de utilização do cartão de cidadão em contexto da biblioteca.
- ✓ Módulos na Infoeuropa – operações a efectuar e consultas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- ✓ Procedimentos a adoptar para redução de gastos de Comunicações
- ✓ Processo de optimização de registo estatístico de actividades na Intranet, QUAR, Boletim estatístico e Relatório de actividades.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Quadro 4 – Respostas ao Anexo A do Documento Técnico n.º 1 de 2010, de 04/03/2010

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?			X	No Ministério dos Negócios Estrangeiros, as funções de controlo interno, de verificação da legalidade, regularidade e boa gestão são desempenhadas pela Inspeção Diplomática e Consular e pela Secretaria-Geral. O artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, estabelece que: “A <i>Inspeção Diplomática e Consular tem por missão verificar o cumprimento das normas reguladoras do funcionamento dos serviços internos e externos do MNE, bem como assegurar a acção disciplinar e a auditoria de gestão, diplomática e consular.</i> ” . Por esse motivo, não dispõe a DGAE de uma equipa de controlo e auditoria.
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?			X	
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?			X	
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			Os funcionários diplomáticos estão sujeitos à legislação que regula o segredo de Estado e têm o dever de sigilo quanto aos factos, documentos, decisões e opiniões de que tenham conhecimento em virtude do exercício das suas funções (DL n.º 40-A/1998, art. 52 n2). Na sua interacção com utilizadores internos (órgãos e serviços da Administração Directa do Estado) a DGAE e o CIEJD seguem <i>mutatis mutandis</i> os princípios éticos aplicáveis à Administração Pública: Princípio do Serviço Público, Princípio da Legalidade, Princípio da Justiça e Imparcialidade, Princípio da Igualdade, Princípio da Proporcionalidade, Princípio da Colaboração e Boa Fé, Princípio da Informação e Qualidade, Princípio da Lealdade, Princípio da Integridade, Princípio da Competência e Responsabilidade. Em termos genéricos, a DGAE não interage normalmente com utilizadores externos (cidadãos, empresas ou sociedade civil), excepção feita a dois organismos: o Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) que tem por missão informar e promover o conhecimento sobre a UE junto dos cidadãos e o Centro Nacional SOLVIT que integra uma rede europeia de resolução de conflitos decorrentes da má aplicação das regras do Mercado Interno por parte da Administração nacional.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X		X	No Ministério dos Negócios Estrangeiros, a formação dos funcionários é da competência da Secretaria-Geral (SG) e do Instituto Diplomático (IDI). Nos termos da alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril compete à Secretaria-Geral programar e coordenar a aplicação de medidas que promovam a formação no MNE. A

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

			<p>DGAE envia todos os anos a indicação das suas necessidades de formação que são analisadas, e atendidas, no âmbito geral da programação levada a cabo pela Secretaria-geral. No caso do CIEJD, este tem procurado usufruir de acções de formação para os seus trabalhadores organizadas pela Representação da Comissão Europeia em Portugal sobre temas da agenda europeia. Por outro lado, tendo em conta as características do CIEJD de interacção com diferentes públicos, tanto pelos meios tradicionais como por via electrónica e tendo em conta também as competências atribuídas ao Centro pela Parceria de Gestão (*), o CIEJD tem procurado proporcionar formação específica aos seus trabalhadores com vista à sua actualização (biblioteca, gestão de projectos, novas ferramentas TICs).</p> <p>Nos termos da alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril, o Instituto Diplomático é o serviço a quem compete organizar e realizar cursos de formação inicial, complementar ou de actualização dos funcionários do quadro diplomático requeridos pelo seu estatuto profissional, nos termos que forem definidos pelo Secretário-Geral, bem como restantes grupos de pessoal do quadro do Ministério.</p> <p>(*) entre o Governo Português e a Comissão Europeia, no âmbito da qual o CIEJD é o Organismo Intermediário que assegura a gestão e monitorização de actividades de informação, desenvolvidas por terceiros, sobre a UE.</p>
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X		<p>A DGAE promoveu, ao longo do ano 2010 contactos regulares entre a direcção e os dirigentes intermédios, envolvidos na preparação de documentos técnicos ou reuniões, e ainda através de reuniões de coordenação.</p> <p>Todos os documentos dirigidos aos utilizadores internos da DGAE – mormente Gabinetes ou outras Direcções-gerais – foram avaliados, antes do seu envio, por um dos dirigentes superiores.</p>
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?	X		<p>A DGAE foi objecto de acções de controlo externo ao abrigo do Protocolo celebrado entre o ISCTE - IUL e a Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros para acompanhamento de questões relativas à implementação do SIADAP.</p>



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional da DGAE obedece às regras definidas pelo Decreto-Lei n.º 207/2007, de 29 de Maio, pela Portaria n.º 662/2007, de 31 de Maio, e pelo Despacho n.º 10202/2008, de 8 de Abril.
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	100 %			A DGAE concluiu no dia 30 de Março de 2011 o processo da avaliação de desempenho dos seus funcionários relativa a 2010.
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?	X		X	Como já referido, a formação dos funcionários é da competência da Secretaria-Geral e do Instituto Diplomático. Todos os funcionários cujas propostas de acção de formação foram deferidas, concretizaram essa formação. Assim, foi autorizada a participação em 2 cursos do FORGEP tendo, por seu turno, a Secretaria-geral e o IDI assegurado a formação dos 6 adidos de Embaixada aqui colocados a 1 de Julho. Regista-se ainda que 6 outros funcionários participaram em acções de formação, das quais 3 acções (gratuitas) realizadas pelo INA e 4 workshops organizados pela Comissão Europeia No que respeita ao CIEJD, foi assegurada formação de 10 funcionários que participaram num total de 17 acções de formação, na sua maioria de curta duração.
3 – Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			A DGAE dispõe de vários manuais de procedimentos os quais são objecto de actualização e revisão sempre que se revele necessário. Os manuais existentes encontram-se discriminados no texto do presente Relatório.
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?			X	No Ministério dos Negócios Estrangeiros compete ao Departamento Geral de Administração autorizar despesas. Nos termos da alínea e) do N.º 1 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril, compete ao Director do Departamento Geral de Administração autorizar a realização de despesas de acordo com os limites legais.
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?			X	No Ministério dos Negócios Estrangeiros estas funções são desempenhadas pela Secretaria-Geral e pelo Departamento Geral de Administração. Nos termos da alínea l) do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril, compete à Secretaria-Geral assegurar as funções de unidade ministerial de compras. Nos termos da alínea e) do N.º 2 do Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril, compete ao Departamento Geral de Administração gerir e zelar pela conservação dos recursos patrimoniais dos serviços internos e externos do Ministério. O CIEJD comunica



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

			anualmente à DGA as suas necessidades anuais de compras.
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X		A complexidade técnica dos dossiers tratados pela DGAE não aconselha uma política sistemática de rotação de funções entre trabalhadores. Contudo, e sempre que se verificam saídas de trabalhadores no âmbito da mobilidade inter-ministerial ou de reafecção interna de colaboradores há lugar a processos de re-atribuição e, mais frequentemente, de acumulação de funções. No respeitante aos assistentes técnicos, o seu reduzido número faz com que, na prática, sejam polivalentes dentro dos respectivos Serviços
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X		As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas encontram-se claramente definidas na legislação aplicável à DGAE e nos organigramas das diferentes Direcções de Serviço. A conferência dos documentos técnicos e telegráficos é sempre, e numa primeira fase, da responsabilidade dos dirigentes intermédios respectivos, nos termos da lei geral, sendo posteriormente objecto de validação por parte dos dirigentes superiores. Trata-se de prática implementada há longos anos e que se considera manter toda a validade.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X		A resposta a esta pergunta não é totalmente dissociável do descrito no ponto 3.1. Como referido, a DGAE segue vários procedimentos e dispõe de vários documentos de enquadramento da sua actividade nos quais se definem, de forma clara, os vários passos relativos a conjuntos diferenciados de fluxos de processos.
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X		A DGAE e a DGPE estabeleceram procedimentos conjuntos, em áreas de actividade comuns às duas Direcções Gerais, a saber, a preparação dos Conselhos Europeus, de Assuntos Gerais e de Negócios Estrangeiros com vista a evitar a redundâncias de processos e documentos. Essas orientações, são igualmente aplicáveis, <i>mutatis mutandi</i> , na elaboração de outros documentos técnicos e pastas destinadas a entidades governamentais sempre que haja que produzir contributos em áreas de atribuição de competências potencialmente sobreponíveis com outros departamentos.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?			X	As receitas e despesas da DGAE são centralizadas no Departamento Geral de Administração, conforme dispõe o nº 2 do artigo 10º do DL nº 207/2007 e mesmo as receitas consignadas ao CIEJD, nos termos do nº 3 do citado artigo 10º são depositadas em contas centralizadas no IGCP.
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?			X	Nos termos do artigo 9º do DL nº 207/2007 cabe também ao Director do Departamento Geral de Administração a autorização e pagamento das despesas inerentes à Direcção Geral. Os encargos com o pessoal da Direcção-Geral de Assuntos Europeus são suportados pelo orçamento da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros bem como as despesas decorrentes da manutenção do património em que se encontram instalados os serviços da DGAE. Além do que antecede, a Direcção Geral revê-se no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, elaborado pela Secretaria-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X		X	No Ministério dos Negócios Estrangeiros, as questões relativas aos sistemas de informação são tratadas, de acordo com os artigos 4.º e 5.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril, pela Direcção de Serviços de Cifra e Sistemas de Informação e pela Direcção de Serviços de Tecnologias de Informação e Comunicação, que estão integradas na Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Contudo, uma vez que a rede do CIEJD ainda não se encontra integrada na do Ministério, são a seguir assinaladas as particularidades do Centro neste domínio. Seguem-se as fundamentações relativamente a cada um dos itens: 4.1. Existe uma aplicação de gestão documental (IXIS) e outra para facturação da Euroolivriaria. 4.2. Não existe cruzamento de informação entre estas duas aplicações pelo facto de o âmbito de cada uma das aplicações ser muito restrito.
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X	X	
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X		X	4.3. Sim, são também salvaguardados por SLA (Acordo de Nível de Serviços) com a empresa de informática fornecedora de serviços ao CIEJD os níveis de disponibilidade das aplicações. A maioria das estatísticas dos sistemas também disponibiliza dados em tempo real.
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X		X	
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X		X	4.4. Sim, existe uma intranet onde se registam as actividades do CIEJD que suporta a tomada de decisão da organização através de estatísticas por cidadão abrangidos, materiais ou nº de acções em tempo real. Existem também estatísticas de
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X		X	
4.7 A segurança na troca de informações e software	X		X	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

está garantida?				conteúdos produzidos e acessos ao universo Internet em tempo real. 4.5 Sim, o acesso aos sistemas está bloqueado por credenciais de acesso e, na maioria dos casos, também por firewall através da empresa fornecedora de serviços.
-----------------	--	--	--	---

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.
Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E.5 – Análise das Causas de Incumprimento de Acções ou Projectos Não Executados ou com Resultados Insuficientes (SCI)¹¹

A Direcção-geral dos Assuntos Europeus cumpriu globalmente os objectivos que se propunha atingir em 2010 repetindo o nível de desempenho bastante elevado que tinha registado no ano anterior, tal como resulta dos questionários que reflectem a percepção dos principais utilizadores interministeriais e/ou institucionais da actuação da DGAE.

Não ficaram por cumprir quaisquer das funções ou objectivos que a Direcção-geral se tinha proposto efectuar no início de 2010, sendo de registar a capacidade de absorção de novas tarefas, de que se destacará a intensificação dos trabalhos relativos ao reforço a governação económica e à criação de condições para reforçar a estabilidade da zona euro na sequência da crise financeira e da dívida soberana, envolvendo novos actos legislativos e o reforço dos mecanismos existentes.

Em 2010, manteve-se a tendência de diminuição dos efectivos do mapa de pessoal da DGAE – de 131 para 126 colaboradores. Esta diminuição foi sentida ao nível do pessoal técnico assistente – menos 5 elementos – tendo a erosão do número de técnicos superiores sido colmatada com o acréscimo do pessoal diplomático registado no ano de 2010 a que se traduziu na recepção de 6 adidos de Embaixada.

¹¹ Alínea b) do Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro de 2007: “Avaliação do sistema de controlo interno” e ANEXO 2. Conteúdo do Relatório de Auto-Avaliação/Relatório de Actividades: “Com base nas respostas às questões apresentadas no anexo A, os serviços deverão apresentar neste ponto a sua avaliação sobre o SCI, destacando as conclusões e as recomendações de acções de inspecção e auditoria a que tenham sido sujeitos e mencionando igualmente as acções de melhoria que neste âmbito se propõem implementar.”



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Cabe aqui referir o excelente trabalho desenvolvido e a disponibilidade demonstrada pelas(pelos) assistentes técnicas(os) da DGAE. Não obstante a contínua erosão do seu número e a ausência de qualquer tipo de incentivo, continuaram a constituir um suporte inestimável à cabal prossecução pela DGAE das suas atribuições.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**Quadro resumo
entradas e saídas de efectivos na DGAE, em 2011**

Entradas		Saídas		Dif.
Pessoal diplomático	6	Pessoal diplomático	4	2
Técnicos Superiores	9	Técnicos Superiores	11	-2
Assistentes técnicos	0	Assistentes técnicos	5	-5
Assistentes operacionais	1	Assistentes operacionais	1	0
Total entrada	16	Total saída	21	-5

E.6 – Desenvolvimento de Medidas para um Reforço Positivo do Desempenho ¹²

Quadro 7 – Acções de melhoria a implementar em 2011

	Objectivos	Caracterização dos objectivos
Clientes	1. Consolidar o exercício das funções de coordenação	A fim de dar resposta atempada e adequada às solicitações da REPER, a DGAE deverá continuar a aperfeiçoar os mecanismos de coordenação estabelecidos através do reforço da articulação com os restantes serviços do Ministério, Administração Central do Estado e Regiões Autónomas.
	2. Melhorar a articulação com os postos	De forma a garantir a recepção e envio atempado de informação, é necessária concertar agendas com os postos e com os gabinetes dos membros de Governo da tutela.
	3. Satisfazer a procura de informação dos cidadãos	A procura crescente de informação dos cidadãos e das empresas acerca da UE e a falta, por parte da DGAE, de meios eficazes de divulgação, justifica, nomeadamente, uma página WEB actualizada que não foi possível concretizar, tal como se desejava, no decurso de 2010 pela continuada falta de existência das necessárias condições técnicas por parte dos serviços competentes do MNE.
Aprendizagem e crescimento	4. Desenvolver competências profissionais	A DGAE carece de competências na área da formação dos seus recursos humanos, excepção feita ao Centro Jacques Delors que tem capacidades específicas nesta matéria. A aprovação pelos serviços competentes de um plano de formação abrangente adaptado às necessidades dos funcionários da DGAE seria um desenvolvimento positivo mas poderá ser de difícil concretização num ano de contração orçamental.
	5. Atrair e reter os melhores Recursos Humanos	Verificando-se uma constante mobilidade do pessoal diplomático e uma procura por parte de outros organismos dos recursos humanos qualificados, importaria criar incentivos para atrair o pessoal mais qualificado e motivado, o que se pode revelar de difícil concretização em ano de particulares restrições financeiras. Importaria ainda criar regras de estabilidade para a permanência do pessoal diplomático.
Processos	6. Aumentar a produtividade dos Recursos Humanos	Reforçar quantitativa e qualitativamente os recursos humanos e melhorar as condições de trabalho, e consequentemente o seu desempenho.
	7. Optimizar os mecanismos de articulação com a SG	Os serviços de apoio administrativo, financeiro, tecnológico e de formação à DGAE encontram-se na Secretaria-geral, que se localiza num edifício distinto. Há que continuar a explorar mecanismos eficazes de melhoria de comunicação.
	8. Melhorar os mecanismos de comunicação	Com vista ao aumento da produtividade operacional, importa continuar a aperfeiçoar a articulação dos fluxos comunicacionais, quer horizontal, quer verticalmente, incluindo a criação de equipas de <i>task force</i> sempre que tal se possibilite a optimização de recursos humanos e do trabalho a efectuar

¹² Alínea d) do Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro de 2007: “As medidas que devem ser tomadas para um reforço positivo do desempenho, evidenciando as condicionantes que afectem os resultados a atingir” e ANEXO 2. Conteúdo do Relatório de Auto-Avaliação/Relatório de Actividades: “Os serviços devem apresentar as medidas que tencionam implementar, tendo em vista uma melhoria sustentada do desempenho, nomeadamente, através de análises SWOT e Planos de Acções de Melhoria.”



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

	9. Reforçar as boas práticas de tratamento da informação	Face às insuficiências verificadas nas aplicações informáticas utilizadas na DGAE e à necessidade de desenvolvimento de outras, importa continuar a pugnar por uma política de gestão tecnológica mais integrada e mais adequada às necessidades. Assim propõe-se: <ul style="list-style-type: none">- que seja dada continuidade aos trabalhos de Instalação dum sistema de arquivo electrónico adequado às necessidades da Direcção-geral- Melhoria dos sistemas de comunicação interna e externa (ligação por fibra óptica ao edifício do Palácio das Necessidades; maior recurso aos meios electrónicos disponíveis; continuação do desenvolvimento de boas práticas de arquivo electrónico de documentos;- Uma vez assegurada a ligação por fibra óptica ao edifício central, promover a continuada actualização da página Web referente à DGAE.- Envolvimento dos colaboradores na elaboração de sugestões de melhoria.
Questões Financeiras	10. Optimizar a utilização dos recursos financeiros	Nos termos legais, compete à Secretaria-Geral a elaboração do orçamento de funcionamento do MNE bem como acompanhar a respectiva execução e ainda do orçamento de investimento (artigo 9.º, alínea d) do DL n.º 204/2006 de 27 de Outubro).
	11. Recrutar pessoal qualificado	Nos termos do artigo 9.º, n.º 2, alínea a) do DL n.º 204/2006 de 27 de Outubro, cabe à Secretaria-Geral do MNE " <i>promover a aplicação de políticas de organização e de recursos humanos</i> ", cabendo-lhe ainda, nos termos da mesma norma, " <i>a criação e alteração de quadros de pessoal</i> ".

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Encontra-se em anexo a análise SWOT efectuada pela Direcção-geral.

		PONTOS FRACOS					PONTOS FORTES		
		Indicadores e sistemas de informação de gestão e qualidade	Recursos humanos insuficientes	Subsítio DGAE	Formação profissional contínua	Excessiva mobilidade dos diplomatas	Qualificação de recursos humanos	Trabalho de equipa e motivação dos recursos humanos	Comunicação vertical e horizontal
AMEAÇAS	Imposição de curtos prazos de resposta	-	-		-	-	+	+	+
	Estrutura de Apoio administrativo e tecnológico e de recursos humanos exterior à DGAE		-		-				+
	Respostas técnicas tardias dos Ministérios		-			-	+	+	+
	Erosão do orçamento do MNE		-	-	-				
OPORTUNIDADES	Maior exigência dos cidadãos no acesso à informação	-		-					
	Tratado de Lisboa – Reforço das Competências dos Parlamentos e criação do Serviço Europeu de Acção Externa	-	-		-	-	+	+	+

Internamente, são de relevar os seguintes factores

Pontos fortes

- Qualificação dos recursos humanos
- Trabalho de equipa e motivação dos recursos humanos
- Comunicação vertical e horizontal



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Pontos fracos

- Indicadores e sistemas de informação de gestão e qualidade pouco adequados ou inexistentes
- Recursos humanos insuficientes
- Subsítio da DGAE na Extranet do MNE dependente da existência de conexão por fibra óptica
- Inexistência de uma política transversal ao Ministério de formação profissional contínua
- Excessiva mobilidade dos diplomatas

Externamente, identificaram as seguintes ameaças e oportunidades:

Ameaças

- Imposição de curtos prazos de resposta
- Respostas técnicas tardias dos Ministérios
- Estruturas de apoio financeiro, de recursos humanos, tecnológico e de formação exteriores à DGAE
- Contínuo decréscimo, em termos relativos, do orçamento atribuído ao MNE

Oportunidades

- Maior exigência dos cidadãos no acesso à informação relativa às questões europeias
- Tratado de Lisboa – necessidade de uma maior intervenção da DGAE na sequência do reforço das competências do Parlamento Europeu e Parlamentos nacionais.

Forças que confrontam as ameaças

Os pontos fortes, designadamente ao nível da composição das diferentes unidades orgânicas, apetrechadas com capital humano de qualificação técnica elevada, concretizam-se num autêntico



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

trabalho de equipa, alinhados com os objectivos estratégicos e uma clara identificação de prioridades.

A identificação de um alinhamento comum tem subjacente um elevado nível de comunicação, com redução de ruídos comunicacionais e indefinição de tarefas, o que permite gerir curtos prazos de resposta quase impossíveis de cumprir.

A frequente recepção de respostas tardias dos diversos departamentos ministeriais que, em última instância, habilitam a DGAE a transmitir a posição consolidada de Portugal junto do representante português (REPER) na União Europeia, não desmobilizam, todavia, o espírito de missão dos colaboradores da DGAE.

A pressão do tempo de execução e a exiguidade dos prazos de resposta obrigam as equipas a reflectir sobre a necessidade da gestão optimizada dos tempos de execução e sobre a constituição de *task-forces*.

Forças que gerem com sucesso as oportunidades

O maior interesse e procura de informação por parte dos cidadãos relativamente à União Europeia obrigará a uma contínua actividade de adaptação de conteúdos e de divulgação de conteúdos que possam chegar ao seu público-alvo. Da mesma forma, é previsível que o exemplo de sucesso do Centro SOLVIT PORTUGAL que configura um canal de resolução de problemas dos cidadãos, no âmbito da aplicação dos normativos do Mercado Interno continue a ser um instrumento de cada maior utilização por parte dos cidadãos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Fraquezas perante oportunidades

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa, com a consequente atribuição de competências acrescidas ao Parlamento Europeu, bem como aos parlamentares nacionais, vai, por certo, resultar num acréscimo de acções da DGAE. Ora, tal circunstância poderá implicar uma revisão dos recursos humanos da DGAE e do seu próprio método de trabalho como forma de dar resposta aos novos desafios.

Refira-se, ainda, que tais factos, aliados a uma maior exigência dos cidadãos no acesso à informação, geram a necessidade de desenvolver indicadores e sistemas de informação de gestão e qualidade, mas, também, realçam a urgência na utilização da página Web, como forma de promover a divulgação da informação no âmbito das suas atribuições.

Fraquezas que potenciam ameaças

Os pontos fracos identificados na instituição poderão conduzir a alguma fragilização da actuação da DGAE, com um impacto negativo para a posição de Portugal junto das instituições europeias, nomeadamente pela inexistência de recursos humanos em número suficiente, pela desadequação ou mesmo total ausência de programas de formação contínua e persistente falta de actualização dos meios tecnológicos disponíveis e sistemas de gestão de informação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E.7 – Comparação com o Desempenho de Serviços Idênticos, no Plano Nacional e Internacional¹³

Não existem padrões nacionais de comparação para o trabalho efectuado pelas Direcções de Serviço identificadas na Portaria n.º 662/2007, de 31 de Maio e que constituem a estrutura nuclear da Direcção-geral dos Assuntos Europeus, pelo facto de, em Portugal, apenas os restantes serviços do Ministério que exercem funções de preparação e execução da política externa nacional e de coordenação de intervenções em matéria de relações externas desenvolverem acções de idêntica natureza. Neste âmbito, cabe especificamente à DGAE a condução e coordenação da participação portuguesa no processo de construção europeia.

Pelos motivos aduzidos, torna-se difícil produzir uma análise comparativa do trabalho efectuado pela DGAE através do recurso a comparações com serviços idênticos nacionais e estrangeiros. Sendo certo que os nossos congéneres europeus – e o mesmo se poderá dizer relativamente aos restantes serviços diplomáticos – não têm solicitado qualquer “peer review” como o atesta o facto de nunca terem sido recebidas solicitações dessa natureza. A missão de avaliação dos serviços diplomáticos – que desempenham, tal como nós, funções de soberania – recai sobre os respectivos Governos e Parlamentos Nacionais.

Em contrapartida, a Comissão Europeia efectua anualmente uma apreciação dos Centros SOLVIT sedeados nos 27 Estados-membros por aí, existirem, de facto, parâmetros de comparabilidade que não comprometem a actividade nuclear do Estado.

¹³ Alínea e) do Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro de 2007: “*Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional, que possam constituir padrão de comparação*” e ANEXO 2. Conteúdo do Relatório de Auto-Avaliação/Relatório de Actividades: *Os serviços devem apresentar menções relativas a boas práticas, devidamente documentadas, feitas por entidades, nacionais ou internacionais, de reconhecida independência.*”



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

No relatório anual da Comissão sobre o desempenho dos Centros SOLVIT em 2010, foram mais uma vez destacados os resultados muito positivos do Centro SOLVIT Portugal.

É sublinhado o facto de Portugal ser, a par da Suécia e da Bulgária, um dos EMs com a percentagem mais elevada de casos resolvidos (+ de 91%).

Portugal, tal como a França, a Grécia e a Roménia, melhorou o seu desempenho quanto à média do número de dias necessários para resolver um problema (cerca de 53 dias para PT, perante uma média europeia de 66 dias).

Note-se ainda que no respeitante ao desempenho global dos Centros SOLVIT, a Comissão atribuiu a Portugal a pontuação mais elevada em todos os critérios avaliados. Também nas histórias de sucesso referenciadas nos anexos do relatório, o trabalho desenvolvido pelo Centro português é realçado em diversos casos.

Portugal é ainda mencionado no que diz respeito aos “casos SOLVIT +” (ou seja, aqueles que para além da sua resolução concreta levam a que seja alterado o enquadramento legal ou administrativo, tornando-o compatível com o direito comunitário). A título de exemplo, refere-se a autorização dada pelas autoridades espanholas aos casais mistos – portugueses e espanhóis – para registar os seus filhos em Espanha com o mesmo nome do que em Portugal (apelido da mãe primeiro, apelido do pai no final).

O texto do relatório encontra-se disponível no seguinte site:

http://ec.europa.eu/solvit/site/docs/solvit_2010_report_en.pdf



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Face à excelente avaliação do Centro SOLVIT português, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus entendeu que deveria proferir um louvor, a publicar em Diário da República, e cujo texto se reproduz mais abaixo, salientando “o trabalho notável que tem vindo a desenvolver em prol da correcta aplicação da legislação do mercado interno e da resolução dos problemas práticos com que se confrontam os cidadãos e empresas”.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Gabinete do Secretário de Estado
dos Assuntos Europeus

Louvor n.º 247/2011

Os Centros Solvit desempenham uma função crucial no quadro do funcionamento do mercado interno, ao permitirem que dificuldades decorrentes da incorrecta aplicação da legislação sejam, através de contactos directos entre as autoridades públicas dos Estados, resolvidas de forma simples, célere e pragmática. Deste modo, torna-se mais fácil aos cidadãos e às empresas usufruírem, em pleno, das potencialidades e oportunidades criadas pelo mercado interno da União Europeia.

Por ocasião da publicação do relatório anual da Comissão Europeia sobre o desempenho dos Centros Solvit em 2010, venho prestar público louvor ao trabalho desenvolvido pelo Centro Solvit Portugal, sediado na Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, pelo notável trabalho que tem vindo a desenvolver em prol da correcta aplicação da legislação do mercado interno e da resolução dos problemas práticos com que se confrontam os cidadãos e as empresas. Na linha do desempenho de anos anteriores, o Centro Solvit

Portugal mereceu em 2010 uma excelente avaliação por parte da Comissão Europeia, sendo de destacar, em particular, a elevada taxa de casos resolvidos, superior a 90 %, e a redução, para um período inferior à média europeia, do número de dias necessário para resolver um problema.

Estes dados comprovam o extraordinário empenho, dedicação e competência dos funcionários do Centro Solvit Portugal, sendo, simultaneamente, o justo reconhecimento da importância do trabalho diário que desenvolvem.

17 de Março de 2011. — O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, *Pedro Manuel Carqueijeiro Lourtie*.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E.8 – Audição de Dirigentes Intermédios e demais Funcionários na Auto-Avaliação¹⁴

A DGAE efectuou, pela primeira vez, no ano de 2010 um questionário de satisfação dos seus colaboradores. E por uma questão de adequada gestão dos recursos materiais optou por o fazer em formato electrónico tendo, para o efeito, sido criado por um colaborador da Direcção o respectivo modelo e o sistema de análise de resposta, conforme consta dos quadros seguintes.

Destaque-se, desde já, os resultados desse questionário e o facto de terem sido auscultados todos os trabalhadores e de se ter obtido, num universo de 120 funcionários, 72 respostas, ou seja 60% do total.

O resultado a que se chegou, obtido pela média das 6 dimensões examinadas, indica que a satisfação global dos colaboradores corresponde a 3,2 numa escala de 1 a 5. Ou seja, o objectivo encontra-se dentro da meta estabelecida, situada entre 3,000 e 3,999.

¹⁴ Alínea f) do Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro de 2007: a audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço e ANEXO 2. Conteúdo do Relatório de Auto-Avaliação/Relatório de Actividades *Deverá ser mencionado se houve envolvimento dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores na auto-avaliação do serviço. Caso o serviço elabore questionários de avaliação do nível de satisfação dos colaboradores deverá apresentar e comentar os resultados, indicando nomeadamente a metodologia utilizada, período de realização do inquérito/questionário, dimensão da amostra (total de respostas válidas), taxa de respostas, nível de satisfação apurado global e, eventualmente, desagregado.*



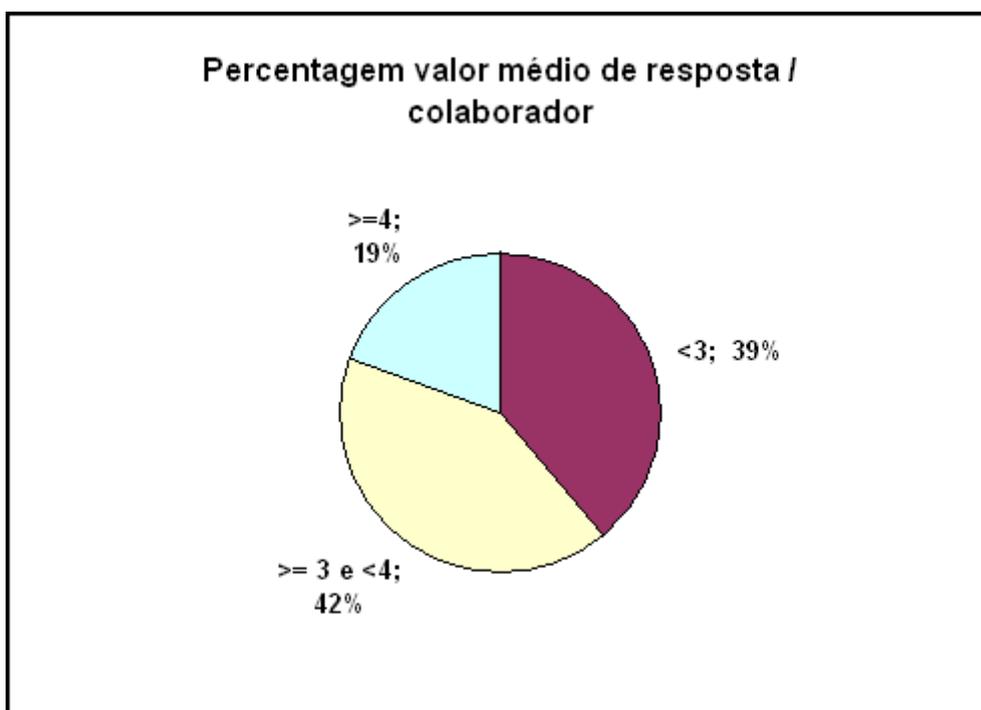
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Questionário Satisfação dos Colaboradores DGAE 2010



Universo: 120
Respostas: 72
Percentagem: 60,0%

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



Valor médio das respostas / Colaborador

Nº colaboradores	Valor médio	(%)
28	<3	38,89%
30	>= 3 e <4	41,10%
14	>=4	19,44%



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

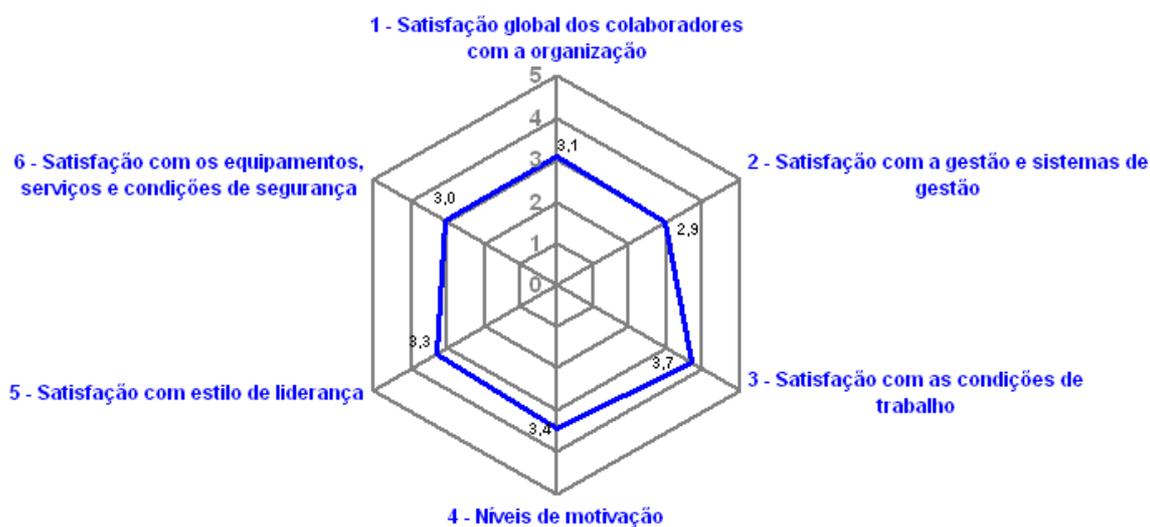
DADOS GLOBAIS

1 - Satisfação global dos colaboradores com a organização	3,1
1.1.1 - Nível de satisfação global com a DGAE	3,4
1.1.2 - Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão da DGAE	2,7
1.1.3 - Envolvimento dos colaboradores na prossecução da missão e atribuições da DGAE	3,3
1.1.4 - Envolvimento dos colaboradores em actividades de melhoria na DGAE	3,0
2 - Satisfação com a gestão e sistemas de gestão	2,9
2.1.1 - Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implementado na DGAE	2,8
2.1.2 - Forma como os objectivos individuais são fixados na DGAE	2,8
2.1.3 - Aptidão da gestão para comunicar	3,0
2.1.4 - Postura da DGAE face à modernização	3,2
3 - Satisfação com as condições de trabalho	3,7
3.1.1 - Ambiente de trabalho na DGAE	3,9
3.1.2 - Horário de trabalho na DGAE	3,9
3.1.3 - Possibilidade de conciliar o trabalho na DGAE com a vida familiar e assuntos pessoais e assuntos relacionados com a saúde	3,8
3.1.4 - Igualdade de tratamento na DGAE	3,2
4 - Níveis de motivação	3,4
4.1.1 - Aprender novos métodos de trabalho	3,5
4.1.2 - Desenvolver trabalho em equipa	3,6
4.1.3 - Participar em projectos de mudança na DGAE	3,2
4.1.4 - Sugerir melhorias	3,4
5 - Satisfação com estilo de liderança	3,3
5.1.1 - Aceita sugestões de melhoria	3,6
5.1.2 - Delega competências e responsabilidades	3,3
5.1.3 - Estimula a iniciativa das pessoas	3,3
5.1.4 - Reconhece e premeia os esforços individuais e de grupos de trabalhadores	3,0
6 - Satisfação com os equipamentos, serviços e condições de segurança	3,0
6.1.1 - Instalações e equipamento de escritório	3,0
6.1.2 - Equipamentos informáticos disponíveis	3,1
6.1.3 - Software disponível	3,0
6.1.4 - Condições de segurança	3,0
Global - DGAE	3,2



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Representação gráfica da satisfação aferida pelos colaboradores da DGAE
tendo em consideração cada uma das dimensões em análise



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

1 - Satisfação global dos colaboradores com a organização

1.1.1 - Nível de satisfação global com a DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	1	1,37%
2 (2)	10	13,70%
3 (3)	21	28,77%
4 (4)	33	45,21%
5 (5)	4	5,48%
Sem resposta	4	5,48%
Média	3,4	
	10	

1.1.2 - Envolvimento dos colaboradores nos processos de tomada de decisão da DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	13	17,81%
2 (2)	20	27,40%
3 (3)	15	20,55%
4 (4)	20	27,40%
5 (5)	1	1,37%
Sem resposta	4	5,48%
Média	2,7	
	17,5	

1.1.3 - Envolvimento dos colaboradores na prossecução da missão e atribuições da DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	6	8,22%
2 (2)	12	16,44%
3 (3)	14	19,18%
4 (4)	32	43,84%
5 (5)	5	6,85%
Sem resposta	4	5,48%
Média	3,3	

1.1.4 - Envolvimento dos colaboradores em actividades de melhoria na DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	10	13,70%
2 (2)	12	16,44%
3 (3)	21	28,77%
4 (4)	23	31,51%
5 (5)	3	4,11%
Sem resposta	4	5,48%
Média	3,0	



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

2 - Satisfação com a gestão e sistemas de gestão

2.1.1 - Forma como o sistema de avaliação do desempenho em vigor foi implementado na DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	11	15,49%
2 (2)	16	22,54%
3 (3)	21	29,58%
4 (4)	15	21,13%
5 (5)	4	5,63%
Sem resposta	4	5,63%
Média	2,8	

2.1.2 - Forma como os objectivos individuais são fixados na DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	8	11,27%
2 (2)	15	21,13%
3 (3)	27	38,03%
4 (4)	14	19,72%
5 (5)	3	4,23%
Sem resposta	4	5,63%
Média	2,8	

2.1.3 - Aptidão da gestão para comunicar

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	8	11,27%
2 (2)	17	23,94%
3 (3)	15	21,13%
4 (4)	25	35,21%
5 (5)	3	4,23%
Sem resposta	3	4,23%
Média	3,0	

2.1.4 - Postura da DGAE face à modernização

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	7	9,86%
2 (2)	9	12,68%
3 (3)	28	39,44%
4 (4)	16	22,54%
5 (5)	9	12,68%
Sem resposta	2	2,82%
Média	3,2	



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

3 - Satisfação com as condições de trabalho

3.1.1 - Ambiente de trabalho na DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	1	1,41%
2 (2)	3	4,23%
3 (3)	18	25,35%
4 (4)	28	39,44%
5 (5)	19	26,76%
Sem resposta	2	2,82%
Média	3,9	

3.1.2 - Horário de trabalho na DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	0	0,00%
2 (2)	2	2,82%
3 (3)	20	28,17%
4 (4)	29	40,85%
5 (5)	17	23,94%
Sem resposta	3	4,23%
Média	3,9	

3.1.3 - Possibilidade de conciliar o trabalho na DGAE com a vida familiar e assuntos pessoais e assuntos relacionados com a saúde

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	1	1,41%
2 (2)	3	4,23%
3 (3)	24	33,80%
4 (4)	20	28,17%
5 (5)	21	29,58%
Sem resposta	2	2,82%
Média	3,8	

3.1.4 - Igualdade de tratamento na DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	8	11,27%
2 (2)	16	22,54%
3 (3)	12	16,90%
4 (4)	19	26,76%
5 (5)	13	18,31%
Sem resposta	3	4,23%
Média	3,2	

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

4 - Níveis de motivação

4.1.1 - Aprender novos métodos de trabalho

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	2	2,82%
2 (2)	11	15,49%
3 (3)	22	30,99%
4 (4)	22	30,99%
5 (5)	13	18,31%
Sem resposta	1	1,41%
Média	3,5	

4.1.2 - Desenvolver trabalho em equipa

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	3	4,23%
2 (2)	10	14,08%
3 (3)	15	21,13%
4 (4)	28	39,44%
5 (5)	13	18,31%
Sem resposta	2	2,82%
Média	3,6	

4.1.3 - Participar em projectos de mudança na DGAE

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	6	8,45%
2 (2)	9	12,68%
3 (3)	25	35,21%
4 (4)	17	23,94%
5 (5)	9	12,68%
Sem resposta	5	7,04%
Média	3,2	

4.1.4 - Sugerir melhorias

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	4	5,63%
2 (2)	7	9,86%
3 (3)	20	28,17%
4 (4)	18	25,35%
5 (5)	12	16,90%
Sem resposta	10	14,08%
Média	3,4	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

5 - Satisfação com estilo de liderança

5.1.1 - Aceita sugestões de melhoria

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	4	5,71%
2 (2)	6	8,57%
3 (3)	18	25,71%
4 (4)	27	38,57%
5 (5)	12	17,14%
Sem resposta	3	4,29%
Média	3,6	

5.1.2 - Delega competências e responsabilidades

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	4	5,71%
2 (2)	12	17,14%
3 (3)	19	27,14%
4 (4)	23	32,86%
5 (5)	9	12,86%
Sem resposta	3	4,29%
Média	3,3	

5.1.3 - Estimula a iniciativa das pessoas

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	6	8,57%
2 (2)	9	12,86%
3 (3)	19	27,14%
4 (4)	23	32,86%
5 (5)	9	12,86%
Sem resposta	4	5,71%
Média	3,3	

5.1.4 - Reconhece e premeia os esforços individuais e de grupos de trabalhadores

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	10	14,29%
2 (2)	13	18,57%
3 (3)	18	25,71%
4 (4)	12	17,14%
5 (5)	9	12,86%
Sem resposta	8	11,43%
Média	3,0	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

6 - Satisfação com os equipamentos, serviços e condições de segurança

6.1.1 - Instalações e equipamento de escritório

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	10	14,29%
2 (2)	11	15,71%
3 (3)	22	31,43%
4 (4)	21	30,00%
5 (5)	4	5,71%
Sem resposta	2	2,86%
Média	3,0	

6.1.2 - Equipamentos informáticos disponíveis

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	6	8,57%
2 (2)	12	17,14%
3 (3)	20	28,57%
4 (4)	27	38,57%
5 (5)	3	4,29%
Sem resposta	2	2,86%
Média	3,1	

6.1.3 - Software disponível

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	7	10,00%
2 (2)	13	18,57%
3 (3)	22	31,43%
4 (4)	24	34,29%
5 (5)	2	2,86%
Sem resposta	2	2,86%
Média	3,0	

6.1.4 - Condições de segurança

Resposta	Contagem	Percentagem
1 (1)	7	10,00%
2 (2)	9	12,86%
3 (3)	29	41,43%
4 (4)	20	28,57%
5 (5)	3	4,29%
Sem resposta	2	2,86%
Média	3,0	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E.9 – Actividades Desenvolvidas, Previstas no Plano com Indicação dos Resultados Alcançados

O QUAR reflecte as grandes linhas estratégicas e operacionais das acções desenvolvidas pela DGAE, muito embora a realidade não se esgote nos objectivos ali fixados como o demonstram as fichas de actividade de cada Direcção de Serviços e do CIEJD. Estas fazem, por isso, parte deste relatório, e na sua integralidade, uma vez que, para além de espelharem a actividade desenvolvida demonstram, ainda, a forma como se procedeu à audição dos dirigentes intermédios neste exercício.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS
DOS ASSUNTOS INSTITUCIONAIS E RELAÇÕES BILATERAIS**

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTA MOTIVO
O Futuro da Europa	X		<u>Executado como previsto</u> Foram acompanhados os trabalhos no âmbito do <i>Grupo de Reflexão sobre o futuro da Europa no horizonte 2020-2030</i> e produzidos os relatórios, pareceres e pontos de situação pertinentes.	
Tratado de Lisboa	X		<u>Executado como previsto</u> Foram acompanhados os trabalhos relativos à <i>implementação do Tratado de Lisboa</i> , e elaborados os pontos de situação e pareceres pertinentes.	
Regime Linguístico	X		<u>Executado como previsto</u> As questões relacionadas com o regime linguístico mereceram uma atenção especial, tendo Portugal continuado a defender a necessidade de assegurar o respeito pela diversidade linguística. Foram elaborados relatórios e pareceres e enviadas as instruções pertinentes à REPER sobre a matéria.	
Parlamento Europeu	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados: — o acompanhamento das Sessões Plenárias e Comissões Parlamentares, e efectuada a circulação oportuna de informação e documentação relevante; — o apoio aos deputados nacionais ao PE, nomeadamente através da coordenação e transmissão de elementos de informação sobre os temas em debate; — a coordenação e transmissão à REPER de informação pertinente sobre os projectos de resposta do Conselho às perguntas orais e escritas formuladas pelos deputados europeus;	
Conselho Europeu	X		<u>Executado como previsto</u> Foram desenvolvidas todas as acções de coordenação, pesquisa e selecção de informação, de elaboração de documentos com vista à organização de pastas de apoio à delegação nacional, e assegurada a difusão selectiva da informação pertinente relativamente às 5 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias do Conselho Europeu havidas em 2010.	
Conselho	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados: — o acompanhamento dos trabalhos do Conselho de Assuntos Gerais (CAG) a organização das pastas de apoio para a delegação nacional, incluindo iniciativas de coordenação, pesquisa e selecção de informação e elaboração de documentos; — a realização de <i>briefings</i> às Embaixadas dos Estados-membros da UE em Lisboa, antecedendo cada uma das 11 sessões do CAG havidas em 2010; — a subsequente difusão selectiva da informação pertinente relativa a cada reunião.	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Grupo Informação	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados: — o acompanhamento dos trabalhos deste Grupo, em particular a negociação da proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, Conselho e Comissão, incluindo a elaboração de pareceres, relatórios e instruções; — a coordenação interministerial relativa aos pedidos de acesso a documentos EU.	
Comissão Europeia	X		<u>Executado como previsto</u> Foi assegurado o acompanhamento das questões funcionais, bem como de temas atinentes aos seus poderes de execução, em particular do Programa Legislativo e de Trabalho para 2011.	
Comité das Regiões	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados: — o acompanhamento das sessões plenárias, das reuniões das suas seis Comissões permanentes e da Comissão de Assuntos Financeiros e Administrativos; — a recolha e transmissão de elementos de apoio e informação aos membros portugueses do Comité das Regiões.	
Comité Económico e Social Europeu (CESE)	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados o acompanhamento e a divulgação dos resultados dos trabalhos do CESE.	
Funcionários portugueses nas Instituições Comunitárias	X		<u>Executado como previsto</u> Foram promovidos: — o acompanhamento das matérias relativas aos funcionários e agentes de nacionalidade portuguesa; — a preparação e divulgação de informação sobre concursos de recrutamento de funcionários; — o apoio aos nacionais portugueses candidatos a vagas nas Instituições comunitárias.	
Instituições Académicas Europeias: ▪ Instituto Universitário Europeu ▪ e Colégio da Europa	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados: — a participação nacional nas reuniões dos organismos de gestão destas instituições; — a gestão do processo de atribuição de bolsas a programas de estudos no Instituto Universitário Europeu de Florença e no Colégio da Europa, incluindo a elaboração da respectiva estimativa de encargos.	
Relacionamento bilateral com os Estados-membros da UE no quadro multilateral	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados: — o acompanhamento das relações bilaterais com os Estados-membros da UE, designadamente seguindo atenta e estreitamente a sua evolução político-económica, cruzando-a com as questões mais relevantes da agenda europeia e nacional, com vista a alargar e reforçar as parcerias bilaterais, identificando e promovendo os interesses nacionais em jogo bem como os interesses comuns no contexto da UE; — a gestão dos processos de promoção de candidaturas nacionais a cargos em agências europeias, e feita a coordenação interministerial dos apoios concedidos por Portugal às candidaturas de outros Estados-membros a diversos organismos comunitários.	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Reforço e desenvolvimento da cooperação bilateral com os Estados-membros da UE	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados: <ul style="list-style-type: none">— o acompanhamento da situação política e as relações bilaterais com os Estados-membros da UE, incluindo a negociação, renegociação e tramitação de convenções, acordos e protocolos bilaterais, a preparação de encontros e visitas de trabalho, oficiais e de Estado, bem como a elaboração de notas de enquadramento, tópicos de intervenção e outros contributos julgados necessários;— as actividades relevantes no âmbito da cooperação transfronteiriça com Espanha, designadamente a preparação da participação da delegação nacional na V Reunião da Comissão Luso-espanhola para a Cooperação Transfronteiriça (Salamanca, 18 de Novembro);— preparação do IV Encontro de Alto Nível Luso-Francês (Paris, 7 de Maio).	
Outras Questões de Carácter Horizontal	X		<u>Executado como previsto</u> Foram assegurados: <ul style="list-style-type: none">— a assessoria à Direcção em várias actividades de carácter horizontal (coordenação e elaboração de diversos instrumentos de gestão, quer anuais quer circunstanciais, a produção de conteúdos para as páginas DGAE na <i>Extranet</i> MNE);— a continuação dos trabalhos de revisão da Portaria Regulamentadora de Prazos de Conservação (nº 1469/ 2004 de 20 de Dezembro), incluindo a coordenação do Grupo de trabalho para este efeito criado em 2009;— a coordenação, organização e distribuição dos espaços das salas afectas aos arquivos intermédios e definitivo, bem como as remessas de documentação das DS para essas salas.	

**AUTO-AVALIAÇÃO
E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS**

Estando a actividade desta DSINS obviamente condicionada pela evolução da agenda da União Europeia, os trabalhos a desenvolver ao longo do ano podem não corresponder na íntegra a quanto se encontrava inscrito no respectivo Plano de Actividades. Em 2010, porém, foram plenamente cumpridos os objectivos e executadas as actividades inicialmente previstas.

Das actividades desenvolvidas, considera-se de realçar quer pela sua importância e complexidade, quer pelo o acréscimo muito significativo do volume de trabalho que implicou, o estreito acompanhamento dos processos negociais que, na sequência da entrada em vigor, em Dezembro de 2009, do Tratado de Lisboa, conduziram em particular à materialização do Serviço Europeu para a Acção Externa, à regulamentação da Iniciativa de Cidadania Europeia e ao estabelecimento de novos procedimentos de *Comitologia*.

Para além destes processos negociais e de todas as outras actividades mais atrás mencionadas que decorrem das suas atribuições legais, importa também referir que a DSINS foi ainda frequentemente chamada a assessorar a Direcção em diversos processos de carácter transversal à DGAE, tais como a coordenação da elaboração de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

diversos instrumentos de gestão e a concepção, execução e avaliação da execução dos planos nacionais e sectorial para a igualdade de género. Não será de mais recordar que tais actividades implicam sempre um esforço adicional de trabalho.

Em termos de organização e métodos de trabalho, destaca-se ainda a adopção de boas práticas em matéria de arquivo e circulação de informação traduzidas designadamente no crescente recurso ao sistema de arquivamento electrónico, o que garante não apenas um melhor e mais rápido acesso à informação como permite reduzir significativamente o recurso ao arquivo em suporte papel.

Tendo a afectação de recursos humanos sido inferior à perspectivada para 2010¹⁵, situação à qual acresceu a mobilidade de alguns funcionários – com óbvias repercussões no acompanhamento dos dossiers – não deixou por isso esta DSINS de cumprir com rigor e empenho o Plano de Actividades aprovado para 2010. **Tal porém só foi possível devido a um esforço acrescido das(dos) funcionárias(os) e dirigentes, consubstanciado na cooperação reforçada de todas e todos e na extensão do horário de trabalho com a consequente penalização da vida pessoal em particular no que respeita à conciliação da vida profissional e familiar, esforço este que devido às diversas condicionantes legais, não pode uma vez mais ser devidamente recompensado.**

O reforço, previsibilidade e estabilidade dos recursos humanos é essencial à execução das actividades de que esta DSINS se encontra incumbida sob pena de não ser possível assegurar eficientemente o acompanhamento de todas as áreas.

Por fim, reitera-se uma chamada de atenção para a morosidade acrescida na obtenção de recursos e serviços essenciais ao bom desempenho desta Direcção de Serviços que resultou da aplicação de alguns dos aspectos do PRACE.

¹⁵ Cf. Plano de Actividades para 2010: “para o desempenho das atribuições nestes domínios são necessários 17 postos de trabalho [dirigentes: 4 (1 DS + 2+1 CDs da carreira diplomática); carreira técnica: 4; carreira diplomática 6; carreira de assistente técnico: 3 (incluindo um coordenador técnico que exerce funções de técnico superior)]”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS
ALARGAMENTO E ESPAÇO EUROPEU**

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTA MOTIVO
Alargamento	X		<ul style="list-style-type: none"> - Envio de instruções à REPER em coordenação com os Ministérios e os outros serviços. - Análise, tratamento e difusão da informação recebida. - Elaboração e actualização permanente de fichas, mapas e pontos de situação das negociações. - Elaboração de contributos. - Contactos com Embaixadas acreditadas em Lisboa e rede de postos externos. 	
Balcãs Ocidentais	X	X	<ul style="list-style-type: none"> - Envio de instruções à REPER em coordenação com outros serviços. - Análise, tratamento e difusão da informação recebida. - Elaboração periódica de fichas de apoio, notas, pareceres e informações. - Contactos com Embaixadas acreditadas em Lisboa. 	Coordenação da realização de 2 estágios de jovens funcionários públicos dos países dos Balcãs Ocidentais junto de organismos públicos portugueses.
Países de Leste, Cáucaso e Ásia Central	X		<ul style="list-style-type: none"> - Envio de instruções à REPER em coordenação com outros serviços. - Análise, tratamento e difusão da informação recebida. - Elaboração periódica de fichas de apoio, notas, pareceres e informações. - Contactos com Embaixadas acreditadas em Lisboa. 	
Política Europeia de Vizinhança e Parceria Oriental	X		<ul style="list-style-type: none"> - Envio de instruções à REPER em coordenação com outros serviços. - Análise, tratamento e difusão da informação recebida. - Elaboração periódica de fichas de apoio, notas, pareceres e informações. - Contactos com Embaixadas acreditadas em Lisboa. 	
EFTA e EEE	X		<ul style="list-style-type: none"> - Envio de instruções à REPER em coordenação com outros serviços. - Análise, tratamento e difusão da informação recebida. - Elaboração periódica de fichas de apoio, notas, pareceres e informações. - Contactos com Embaixadas acreditadas em Lisboa. 	
Instrumentos de apoio (IPA; ENPI; TAIEX; Twinning)	X		<ul style="list-style-type: none"> - Análise, tratamento e difusão da informação recebida. - Acompanhamento diário da situação de cada evento/projecto. - Contactos com os Ministérios sectoriais, peritos nacionais e respectivos serviços da Comissão. - Coordenação de todas as participações nacionais, no âmbito do TAIEX e do Twinning. - Contactos com os postos diplomáticos, junto dos Países beneficiários. - Elaboração de estatísticas. 	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Relações Bilaterais com os países candidatos (Croácia; Turquia, Montenegro, ARJ Macedónia e Islândia)	X		<ul style="list-style-type: none">- Acompanhamento da situação política económica interna.- Preparação e acompanhamento de visitas bilaterais.- Acompanhamento das negociações de acordos bilaterais.- Análise, tratamento e difusão da informação recebida.- Resposta às solicitações das Embaixadas nos países candidatos.- Elaboração periódica de fichas de apoio, notas, pareceres e informações.- Contactos com Embaixadas acreditadas em Lisboa.	
--	---	--	---	--

AUTO-AVALIAÇÃO

E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS

Durante o ano de 2010, a DSAEE desenvolveu e executou, devidamente, todas as actividades previstas no plano anual. Os resultados obtidos só foram possíveis mediante um esforço constante por parte de todos os elementos da equipa, nomeadamente através de uma notável dedicação e empenho.

De referir ainda que houve actividades não previstas (coordenação da realização de estágios de jovens funcionários públicos de países dos Balcãs Ocidentais junto de organismos públicos portugueses), que poderão ter continuidade no futuro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS
DAS QUESTÕES DA AGRICULTURA E PESCAS**

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTA MOTIVO
1. AGRICULTURA 1.1. Questões de carácter horizontal 1.1.1 - Futuro da Política Agrícola Comum após 2013 1.1.2. – Desenvolvimento Rural (FEADER): Proposta de alteração do regulamento pelo TFUE , bem como a sua simplificação e resolução de dificuldades pontuais. 1.1.3. - Revisão da legislação relativa às zonas com desvantagens naturais. 1.1.4. - Promoção do papel da mulher no meio rural 1.1.5 – Regiões ultra-periféricas Introdução de alterações na legislação em vigor e apresentação do Relatório sobre a análise do impacto das medidas específicas agrícolas POSEI e proposta de alteração deste regime com novas regras do TFUE.	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Acompanhamento, acções de coordenação; elaboração de notas de apoio para reuniões UE e encontros de Membros do Governo c/ homólogos da UE; elaboração e transmissão de informação às Embaixadas de PT nos países da UE, preparatória dos “briefings” para os Conselhos de Agricultura e Pesca elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de fichas temáticas. – Acompanhamento e acções de coordenação; elaboração e transmissão de informação às Embaixadas de PT nos países da UE, preparatória dos “briefings” para os Conselhos de Agricultura e Pesca. – Acções de coordenação e elaboração de notas de apoio aos Membros do Governo e Eurodeputados nacionais; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT de fichas temáticas nos países da UE. – Acompanhamento do debate relativo às conclusões do Seminário sobre o assunto. – Articulação com ministério sectorial e acções de coordenação; elaboração de notas de apoio aos Membros do Governo e para os Eurodeputados nacionais. 	<p>Ainda não estava definido o calendário de alinhamento ao TFUE. A Comissão apresentou a proposta de regulamento em Setembro de 2010.</p>
1.2 - QUALIDADE DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS E COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA AGRO-ALIMENTAR: 1.2.1 - Qualidade dos produtos agrícolas e Competitividade da Indústria Agro-alimentar;	<p>X</p>		<ul style="list-style-type: none"> – Acompanhamento e acções de coordenação; elaboração de notas de apoio aos Membros do Governo para reuniões UE e aos Eurodeputados nacionais; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings” para os Conselhos de Agricultura e Pesca; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de fichas 	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

1.2.2 - Sector do Leite – apresentação do Relatório do Grupo Alto Nível do leite sobre as medidas a tomar no curto e longo prazo atendendo ao termo do regime de quotas leiteiras em 2015		X	temáticas. – Acompanhamento reforçado e acções de articulação e coordenação c/ Ministério sectorial; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de fichas temáticas.	Não se previa que do relatório do Grupo de Alto Nível resultasse a apresentação de propostas já para 2010 dado que o Grupo tinha como objectivo tomar medidas para fazer face à abolição das quotas leiteiras a partir de 2015.
1.2.3 – Produção de vinho biológico – normas de execução		X	– Acompanhamento e acção de coordenação; elaboração de nota para Eurodeputados nacionais.	
1.3 - SEGURANÇA ALIMENTAR:				
1.3.1 - Novos alimentos;	X		– Acompanhamento e acções de coordenação; elaboração de nota de apoio para o Comité de Política Comercial.	
1.3.2 - Rotulagem dos géneros alimentícios;	X			
1.3.3 – Pacote “OGM”: Comunicação que engloba proposta sobre o cultivo de OGM;	X		– Acompanhamento, acções de coordenação; elaboração de notas de apoio aos Eurodeputados nacionais; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca.	
1.3.4 - Colocação no mercado comunitário de OGM.	X		– Acompanhamento e acções de coordenação; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca.	
1.4 - FLORESTAS:				
1.4.1. - Combate ao abate ilegal de madeira e comércio associado;	X		– Acompanhamento, acções de coordenação; elaboração de notas de apoio aos Eurodeputados nacionais; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT de fichas temáticas nos países da UE.	
1.4.2 - Livro Verde sobre as Florestas.	X			
1.5 - SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL:				
1.5.1 - Circulação dos animais de companhia;	X		– Acompanhamento, acções de coordenação; elaboração de notas de apoio aos Eurodeputados nacionais; elaboração e transmissão de informação às Embaixadas de PT nos países da UE, preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca.	
1.5.2 - Avaliação do Plano de Acção BEA 2006-2010;	X			
1.5.3 - Relatório sobre a rotulagem do BEA;	X			
1.5.4 - Protecção dos animais utilizados para fins científicos.	X		– Acompanhamento, acções de coordenação e elaboração de notas de apoio aos Membros do Governo e aos Eurodeputados nacionais.	
1.6 -ITOSSANIDADE:				
1.6.1 – Nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)	X		– Acompanhamento das medidas implementadas com vista ao controlo do NMP.	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

<p>1.7 - RELAÇÕES EXTERNAS NO DOMÍNIO DA AGRICULTURA:</p> <p>1.7.1 - Negociações sobre modalidades agrícolas no quadro da OMC;</p> <p>1.7.2 - Negociações sobre regime de importação de banana na UE:</p> <p>1.7.2.1 – Procedimentos de assinatura e aplicação do Acordo de Genebra e do Acordo sobre o comércio de bananas com os EUA</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>		<p>– Em resultado da situação económica mundial e das prioridades políticas dos principais parceiros comerciais, manteve-se inalterado o impasse negocial que se verifica na OMC, desde 2008. Por este motivo, ao longo do ano esta vertente não teve praticamente qualquer desenvolvimento de substância. Os escassos desenvolvimentos ocorridos foram devidamente acompanhados por esta DS, embora não tenha sido necessária qualquer acção de coordenação.</p> <p>– Acompanhamento, acções de coordenação e definição da posição nacional em estreita articulação com a RAM. Elaboração de notas de apoio ao representante nacional no Comité de Política Comercial.</p>	
<p>2. PESCAS</p> <p>2.1. Questões de Carácter Horizontal</p> <p>Debate sobre a Reforma da PCP</p>	<p>X</p>		<p>– Estreito acompanhamento; acções de coordenação e elaboração de notas de apoio aos Membros do Governo, aos eurodeputados nacionais e aos Membros portugueses no Comité das Regiões; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT de fichas temáticas nos países da UE.</p>	
<p>2.2. – Recursos Internos</p> <p>2.2.1 – Revisão do normativo relativo às medidas técnicas de conservação</p>	<p>X</p>		<p>– Estreito acompanhamento, acções de coordenação e elaboração de notas de apoio aos Membros do Governo e aos Eurodeputados nacionais; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca.</p>	
<p>2.2.2 – Medidas relativas às espécies de peixes de profundidade para o biénio 2011/2012</p>		<p>X</p>	<p>– Atento acompanhamento; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca.</p>	<p>Embora estivesse prevista a adopção de medidas para estas espécies, o acompanhamento foi reforçado dadas as consequências que a proposta inicial da Comissão acarretava para a frota nacional.</p>
<p>2.3 – Mercados</p> <p>Reforma da Organização Comum dos Mercados (OCM)</p>	<p>X</p>		<p>– Acompanhamento do debate sobre a necessidade de uma Revisão da OCM no âmbito da Reforma da PCP; elaboração de notas de apoio aos Membros do Governo e aos Eurodeputados nacionais; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca</p>	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

<p>2.4 -RELAÇÕES EXTERNAS NO DOMÍNIO DAS PESCAS:</p> <p>2.4.1. – Negociação de Novos Protocolos de Pesca</p> <p>2.4.2– Acordo de Pesca com Marrocos</p> <p>2.4.3 – Aplicação de Protocolos de pesca UE/ Países Terceiros;</p> <p>2.4.4 -Organizações Regionais de Pesca, em particular NEAFC, NAFO e ICCAT;</p> <p>2.4.5 - Negociação sobre as regras a aplicar aos subsídios da pesca, no âmbito da OMC, com vista à coordenação e definição da posição nacional, no seguimento de coordenações anteriores levadas a cabo;</p>	<p>X</p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>	<p>X</p> <p>X</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Acompanhamento, acções de coordenação e elaboração de notas de apoio aos Membros do Governo e aos Eurodeputados nacionais; elaboração e transmissão às Embaixadas de PT nos países da UE de informação preparatória dos “briefings “ para os Conselhos de Agricultura e Pesca, bem como de fichas temáticas; telegramas de informação às Embaixadas em Países Terceiros – Acções de coordenação e de sensibilização, em articulação com o Ministério Sectorial, junto das diversas Embaixadas, REPER e Comissão; elaboração de notas de apoio aos Membros de Governo; Telegramas de informação à Embaixada em Rabat – Acções de coordenação e articulação com Ministério sectorial, REPER e Embaixadas nacionais; elaboração de notas verbais para Embaixadas de Países Terceiros em Lisboa – Acompanhamento dos trabalhos e elaboração de notas de apoio aos Eurodeputados nacionais; transmissão às Embaixadas de PT na EU de fichas temáticas – Acompanhamento da evolução das negociações da OMC 	<p>O atraso no início de negociações para a celebração de um novo Protocolo de Pesca suscitou um conjunto de acções tendo em vista ultrapassar o impasse e possibilitar a continuidade da actividade da frota nacional naquelas águas.</p> <p>Embora previsto o acompanhamento da Aplicação dos Protocolos de Pesca, as acções levadas a cabo foram reforçadas e diversificadas devido a incidentes (apresamentos) ocorridos com as embarcações de pesca nacionais em águas de Países Terceiros (Noruega)</p>
---	-------------------------------------	-------------------	--	---

AUTO-AVALIAÇÃO
E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS

No tocante às actividades desenvolvidas, a Direcção de Serviços viu-se confrontada, durante o ano de 2010, com 6 actividades não previstas, cujos motivos se encontram devidamente explicitados no mapa supra. Destas, destacam-se, pela sua sensibilidade política as actividades 1.1.2, 1.2.2, 2.2.2, 2.4.2 e 2.4.3. Estas implicaram um importante esforço adicional de trabalho dada a amplitude e forte tecnicismo de alguns destes «dossiers», em



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

particular o referente à actividade 1.2.2 , ou implicaram um permanente e estreito acompanhamento em virtude de evoluções rápidas a requererem concertações céleres com o ministério sectorial, como sejam os casos das actividades 2.4.2 e 2.4.3.

Acresce que o desenvolvimento de duas das actividades previstas, nomeadamente a 1.1.1 e 2.1, dada a sua relevância política e, sobretudo, a sua dimensão e o elevado grau de aprofundamento técnico das matérias em questão, traduziram-se também um importante esforço. Sendo eminentemente da esfera do ministério sectorial, requereram um intenso acompanhamento pelos reflexos que terão, não só nas próximas Perspectivas Financeiras, mas também na fase final das negociações agrícolas da OMC.

A unidade orgânica enfrentou ainda outros condicionalismos, inerentes à própria especificidade do funcionamento desta Direcção-Geral, fortemente exposta a desafios e calendários externos que, obrigando a frequentes adaptações aos mesmos, conduzem no dia a dia a uma reprogramação temporal das tarefas, o que coloca aos funcionários maiores constrangimentos para o tempo necessário de actualização e aprofundamento nos múltiplos «dossiers» a seu cargo.

Não obstante, esta Direcção de Serviço desempenhou com eficiência as suas actividades e cumpriu os objectivos para ela definidos, apesar da aposentação de uma técnica a 31/11/2010, sabendo-se que o ultimo trimestre do ano é um período tradicionalmente de grande actividade na DGAE.

Por outro lado, as tarefas ligadas à aplicação dos diversos SIADAP continuou a registar um peso desproporcionado nas actividades da Direcção de Serviços face aos recursos humanos e operacionais limitados de que dispõe, constituindo por si só um importante constrangimento para o seu desempenho. Tal poderia ser minimizado por via de uma metodologia de avaliação, mais ajustada à especificidade da missão da Direcção Geral, que abranja o universo das actividades desenvolvidas pela DS. Em todo o caso, a aplicação de qualquer metodologia de avaliação e controlo pressupõe necessariamente a disponibilização aos Serviços de ferramentas informáticas de controlo adequadas, o que ainda não se verificou.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS
JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTAS MOTIVO
Acompanhamento da implementação do Tratado de Lisboa na área JAI	X		A adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) ganhou carácter prioritário na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. A DSJAI seguiu os trabalhos do Grupo de Trabalho “Direitos Fundamentais, Cidadania e Livre Circulação de Pessoas” onde este assunto foi debatido e elaborou 21 documentos técnicos. Ainda no domínio da Cidadania, a DSJAI desenvolveu ampla actividade na área da livre circulação de pessoas, tendo coordenado a resposta a um questionário sobre o assunto e promovido, para tanto, a realização de diligências e reuniões com os interessados.	
Acompanhamento e coordenação da política migratória e de asilo	X		<ul style="list-style-type: none"> – A crescente agenda migratória da UE ditou intensos trabalhos ao longo do ano. Sublinha-se, em particular: a coordenação e acompanhamento da negociação de duas novas propostas de directiva na área da migração legal; o seguimento da implementação da Parceria para a Mobilidade entre a EU e Cabo Verde, em particular a dinamização do projecto “Reforço das capacidades de Cabo Verde na gestão dos fluxos migratórios”, liderado por Portugal, e a coordenação da posição nacional sobre o novo Plano de Acção (2011-2013) da Parceria “ Migração, Mobilidade e Emprego” da Estratégia UE-África. Foi assegurada a participação em 7 reuniões do GANAM, em 2 reuniões do CEIFA (Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo) e em 2 reuniões de implementação da Parceria MME da Estratégia UE-África – Na área do asilo, o ano foi marcado pelos preparativos para a entrada em funcionamento do Gabinete de Apoio em Matéria de Asilo (GAA), que reclamaram o acompanhamento e coordenação dos apoios nacionais às candidaturas aos cargos dos respectivos órgãos. – Foram promovidas 6 reuniões de coordenação com os ministérios/organismos sectoriais e produzidos 56 documentos técnicos, além de 14 telegramas. 	
Acompanhamento e coordenação das iniciativas de cooperação policial e luta contra o terrorismo	X		<ul style="list-style-type: none"> – O tema registou desenvolvimentos singulares em 2010, com destaque para a criação do COSI e a adopção da Estratégia de Segurança Interna. No plano externo, a DSJAI acompanhou em especial as negociações dos acordos entre a UE e os EUA, em particular o novo Acordo relativo ao tratamento e à transferência de dados de mensagens financeiras para efeitos do programa detecção do financiamento do terrorismo (SWIFT) e o estabelecimento 	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

			<p>dos mandatos para a negociação de dois acordos, respectivamente sobre a transferência de dados PNR e sobre a protecção de dados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A DSJAI participou em 2 reuniões do GTT (Grupo de Trabalho Terrorismo) e coordenou a resposta nacional a vários questionários lançados neste grupo. - Foram promovidas 4 reuniões de coordenação com os ministérios/organismos sectoriais. Foram também produzidos 35 documentos técnicos e 11 Telegramas. 	
Acompanhamento das negociações na área das relações externas JAI	X		<ul style="list-style-type: none"> - A área externa ocupou, como se previa, uma parte preponderante das actividades globais da DSJAI. - Foi assegurada a coordenação e transmissão de posições nacionais para os competentes grupos de trabalho do Conselho (incluindo regionais) e assegurada a participação em 8 reuniões do grupo de relações externas JAI (JAIEX). Cabe, também, referir o acompanhamento do processo de negociação dos protocolos bilaterais de implementação dos acordos de readmissão celebrados pela UE com a Rússia, a Ucrânia, a Moldova e os países dos Balcãs Ocidentais. - Foram promovidas 11 reuniões de coordenação com os ministérios/organismos sectoriais, produzidos 51 documentos técnicos e 26 Telegramas para as nossas Embaixadas. A DSJAI acolheu, igualmente, inúmeras diligências de Embaixadas de outros países acreditadas em Lisboa. 	

AUTO-AVALIAÇÃO

E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS

O quadro acima descreve, apenas, as principais actividades desenvolvidas pela DSJAI ao longo de 2010, tendo como base as previsões do Plano de Actividades para aquele ano. Quanto a estas, os resultados obtidos podem considerar-se consonantes com o planeado, salvo no que respeita à participação em reuniões dos Grupo de Trabalho do Conselho, a qual ficou aquém do previsto atendendo aos efeitos prolongados da “nuvem” do vulcão da Islândia sobre o espaço aéreo europeu, bem como à contenção orçamental determinada em meados do ano. Importa, porém, sublinhar o aumento crescente da actividade externa da UE na área JAI que implicou um acréscimo de responsabilidades e trabalho para a DSJAI.

Não obstante, a DSJAI desenvolveu muitas outras actividades para além das descritas que, designadamente por revestirem carácter rotineiro, não foram identificadas no Plano de Actividades de 2010. A título de exemplo, refira-se a preparação das 6 sessões formais do Conselho JAI (e participação em 5 delas), incluindo a realização dos respectivos briefings prévios às Embaixadas dos países da EU acreditadas em Lisboa, bem como a elaboração das respectivas “Agendas anotadas” e envio às Embaixadas de Portugal nos países da EU. Sublinhe-se, ainda, a actualização trimestral de 22 “Fichas Temáticas”, bem como a elaboração de 10 novas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

fichas geográficas do relacionamento da UE, na área JAI, com a Rússia e os países da Parceria Oriental, bem como sobre a Parceria para a Mobilidade entre a UE e Cabo Verde e a Parceria “Migração, Mobilidade e Emprego” da Estratégia UE-África.

No que se refere aos recursos humanos, a situação em 2010 continuou a ser caracterizada pela escassez de recursos, embora registando uma ligeira melhoria em relação ao ano anterior. Tendo em conta que o Plano de Actividades de 2010 previa, para o desempenho das competências da DSJAI, a ocupação permanente de **12 postos de trabalho** (3 chefias, 3 técnicos, 3 diplomatas e 3 assistentes técnicos), a verdade é que este número nunca foi atingido, tendo a **DSJAI funcionado em permanência com apenas um assistente técnico** (menos dois do que o previsto) e **menos um técnico**. Acresce que em relação aos **diplomatas**, um iniciou funções apenas no **2º semestre** e a **chefia de divisão** respectiva também só foi preenchida em **meados de Setembro**.

O ano de 2010 registou, também, uma renovada **mobilidade/rotação do pessoal técnico e diplomático** com a **saída de um técnico** no mês de Março (que não veio a ser substituído), o preenchimento de uma vaga para diplomata apenas no **2º semestre** e a substituição da chefia de divisão vaga (desde Novembro de 2009) apenas em **meados de Setembro de 2010**.

Estas mudanças constituíram, naturalmente, um factor de instabilidade para o regular funcionamento do serviço na medida em que determinaram a necessidade de proceder a novas distribuições e redistribuições de pelouros pelos funcionários disponíveis.

Por último, resta assinalar que o funcionamento do secretariado da DSJAI foi seriamente afectado em 2010 pela aposentação de uma das assistentes técnicas (nunca substituída), sendo que, em consequência, o trabalho foi assegurado **apenas por uma funcionária, em regime de jornada contínua** (com horário de saída às 16H00). **No período de férias desta funcionária (m s de Agosto e período de Natal de 2010), o secretariado da DSJAI foi assegurado pelas chefias e demais funcionários (técnicos e diplomatas).**



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS
DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTA MOTIVO
<p>Contencioso no TJUE relativo à aplicação por Portugal do direito da UE</p> <p>Processos de contencioso no TJUE - Coordenação com os ministérios sectoriais no que respeita à elaboração e apresentação de peças processuais escritas e alegações orais.</p>	X		<p>– Cumprido. Foram apresentadas as observações, contestações, réplicas e tréplicas e alegações orais nos processos no TJ e no TG – 88 intervenções no TJUE. Reuniões interministeriais realizadas para coordenação das intervenções escritas e orais.</p>	
<p>Controlo da Aplicação do direito da EU e processos de pré-contencioso com a Comissão</p> <p>Coordenação com os ministérios na elaboração das respostas e na formulação de soluções nos processos do projecto-piloto e de pré-contencioso</p>	X		<p>– Cumprido. Inseridas na base de dados do projecto-piloto as respostas adequadas à solução dos processos em causa. Inseridos 51 processos, arquivados 18, pendentes 33. Na fase de pré-contencioso, realizadas as reuniões necessárias com os ministérios e com a Comissão. Enviadas respostas às notificações de incumprimento e aos pareceres fundamentados. Arquivados mensalmente vários processos.</p>	
<p>Transposições de directivas</p> <p>Contactos de coordenação com os ministérios e actualização e divulgação de listas. Carregamento da base de dados SCAN notificação electrónica das medidas legislativas nacionais.</p>	X		<p>– Cumprido. Dinamizou-se a actividade dos ministérios através de contactos regulares interministeriais. Actualizaram-se as listas de directivas com o ponto da situação relativa a cada uma por ministério. Geriu-se o pré-contencioso e contencioso relativo a esta matéria. Notificaram-se 118 diplomas nacionais. Inseriram-se 96 directivas novas no SCAN.</p>	
<p>Debate sobre acesso electrónico à informação jurídica</p>			<p>– Participou-se nas reuniões sobre aplicação do direito da UE.</p>	
<p>Procedimentos de aprovação e ratificação de instrumentos de vinculação internacional</p> <p>Organização e gestão dos processos relativos a convenções, Tratados e Acordos celebrados no âmbito da UE</p>	X		<p>– Cumprido. Organizaram-se os processos relativos à aprovação e ratificação das Convenções, Tratados e Acordos celebrados no âmbito da UE. Procedeu-se à publicação no DR dos Avisos respectivos. Transmitiram-se as notificações ao Conselho da União Europeia.</p>	
<p>Análise de projectos de diplomas legislativos</p> <p>Apreciação do seu conteúdo no contexto dos processos de pré-contencioso da UE e de transposição de directivas</p>	X		<p>– Cumprido. Elaboraram-se 47 Pareceres Notas e Informações sobre a compatibilidade com o ordenamento jurídico da UE dos projectos de diplomas agendados para reunião do Conselho de Ministros.</p>	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Grupo de Trabalho Tribunal de Justiça da União Europeia Revisão dos regulamentos de processo e aspectos práticos do seu funcionamento.	X		– Cumprido. Participou-se nas reuniões sobre a adaptação dos Regulamentos de Processo do TJ e TG. Houve participação na reunião dos agentes dos EM sobre aspectos práticos do funcionamento processual.	
--	---	--	---	--

**AUTO-AVALIAÇÃO
E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS**

A função primordial e os objectivos principais da Direcção de Serviços dos Assuntos Jurídicos consistem em alcançar, em coordenação com os ministérios, a solução para as dificuldades surgidas na aplicação do direito da União nas suas diversas vertentes. Privilegiou-se por isso um diálogo frutuoso permanente com a Comissão Europeia, nas fases do projecto-piloto e de pré-contencioso, de mais de uma centena de processos, evitando quanto possível a passagem à fase seguinte, contenciosa, no Tribunal de Justiça. Foi possível arquivar 18 processos no âmbito do projecto-piloto e 49 processos na fase pré-contenciosa. Desenvolveu-se a coordenação com os ministérios na condução dos processos no Tribunal de Justiça, quer nos reenvios pré-judiciais, através das observações escritas, quer nos recursos e nas acções directas.

No período em referência, tendo em consideração as atribuições da DSJUR, apesar da dimensão reduzida do Serviço em meios humanos, com o esforço e a motivação de todos foi possível alcançar e ultrapassar os objectivos, designadamente através do arquivamento de processos em número elevado e evitando a abertura de novos processos.

As novas regras introduzidas pelo Tratado de Lisboa, que encurtaram os prazos de resposta, tornando mais céleres os processos e alargaram também as matérias da competência do Tribunal de Justiça vão obrigar a manter, na Direcção de Serviços dos Assuntos Jurídicos, o mesmo empenho e motivação e a reforçar os meios humanos disponíveis, de modo a permitir-lhe continuar a desempenhar as funções definidas e a corresponder aos objectivos fixados, privilegiando quanto possível o diálogo com a Comissão



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS
DAS QUESTÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS**

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTA MOTIVO
Reforma do orçamento comunitário	X		<u>Executado conforme previsto.</u> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação com Ministérios e participação em reuniões e em encontros bilaterais. - Elaboração de notas de apoio. - Reforço da interacção com a rede de postos externos. 	
Estratégia de Lisboa / Estratégia Europa 2020	X		<u>Executado conforme previsto.</u> <ul style="list-style-type: none"> - Participação em reuniões interministeriais de coordenação e em encontros bilaterais. - Participação na elaboração das linhas gerais do Programa Nacional de Reformas, em articulação com a CNEL. - Elaboração de notas de apoio. - Reforço da interacção com a rede de postos externos. 	
Futuro da Política de Coesão	X		<u>Executado conforme previsto.</u> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação com Ministérios. - Participação em reuniões do Grupo Acções Estruturais em Bruxelas. - Elaboração de notas de apoio. - Reforço da interacção com a rede de postos externos. 	
Implementação do QREN e dos Programas Operacionais	X		<u>Executado conforme previsto.</u> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação com Ministérios. 	
Regiões Ultraperiféricas	X		<u>Executado conforme previsto.</u> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação com os Ministérios e as Regiões. - Coordenação e participação na elaboração de um Memorando de PT, ES, FR e Regiões Ultraperiféricas. - Elaboração de notas de apoio. 	
Emprego e Assuntos Sociais	X		<u>Executado conforme previsto.</u> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação com Ministérios. - Elaboração de notas de apoio. - Reforço da interacção com a rede de postos externos. 	
Área ECOFIN	X		<u>Executado conforme previsto.</u> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de notas de apoio. - Recolha e tratamento de dados estatísticos da UE e dos EM. - Reforço da interacção com a rede de postos externos. 	
Auxílios de Estado	X		<u>Executado conforme previsto.</u> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação com Ministérios, designadamente através de reuniões. - Participação em reuniões promovidas pela COM. - Elaboração de notas de apoio. 	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**AUTO-AVALIAÇÃO
E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS**

Embora a realização das actividades dependa essencialmente da evolução da agenda da UE, conclui-se que globalmente foram executadas as actividades previstas e cumpridos os objectivos definidos. Para além das suas actividades específicas, a DS QEF contribuiu ainda para trabalhos de carácter transversal na DGAE, sendo de sublinhar os trabalhos ligados à implementação do Tratado de Lisboa. Acresceu ainda às tarefas normais da DS a assessoria técnica prestada directamente à Direcção da DGAE, envolvendo um volume de trabalho muito significativo.

A DS QEF tem continuado a alargar progressivamente a aplicação de melhores práticas no tratamento e divulgação da informação tendo em vista, nomeadamente, a generalização da utilização e a racionalização do arquivo electrónico, com a consequente melhoria da organização do serviço, diminuição da utilização de faxes e redução do volume de papel.

A DS desenvolveu as suas actividades com uma real afectação de recursos humanos abaixo do planeado, agravada pela rotação de diversos funcionários. Tal não se reflectiu, contudo no desempenho da DS que alcançou os seus objectivos e cumpriu globalmente o Plano de Actividades, apesar do acréscimo muito significativo do volume de trabalho que decorreu do agravamento da crise económica e financeira. Isto só foi possível com um grande esforço de todos os dirigentes e trabalhadores, através de maior envolvimento e empenho de todos, com agravamento dos horários de trabalho e penalização da vida pessoal, esforço este que, devido às diversas condicionantes legais, não pôde ser devidamente recompensado.

É desejável o reforço dos recursos humanos, bem como a sua previsibilidade e estabilidade, elementos essenciais para a execução das tarefas atribuídas à DS.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS
DAS RELAÇÕES EXTERNAS**

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTA MOTIVO
POLITICA COMERCIAL COMUM - Comitês 133 Titulares, Suplentes, Serviços e SPG	X	X	<u>Executado cf. previsto.</u> - Transmissão instruções REPER, participação reuniões e coordenação com Ministérios. - Elaboração Notas apoio. - Coordenação da resposta à consulta pública sobre o futuro da política comercial comum da União. - Conclusões Conselho sobre Comunicação da Comissão “Comércio, Crescimento e Questões Mundiais: Política Comercial”. - Preparação das conclusões do Conselho Europeu em 16 de Setembro sobre a relação da UE com parceiros estratégicos. - Dado actual regime SPG dever ser prorrogado até 2014, os trabalhos limitaram-se suspensão Sri-Lanka regime SPG+, entrada Panamá para este regime e a prorrogação, até final 2011, do regime SPG/EBA a Cabo Verde.	A consulta pública sobre o futuro da política comercial foi lançada pela Comissão na Primavera. As autoridades portuguesas elaboraram uma resposta única e coordenada pela DGAE em estreita coordenação com os Ministérios sectoriais. Na sequência consulta pública, Comissão apresentou, em 9 Novembro a Comunicação: “Comércio, Crescimento e Questões Mundiais: Política Comercial”. Conselho Europeu debateu a relação da União com parceiros estratégicos.
ESTRATÉGIA ACESSO MERCADO	X		<u>Executado cf. previsto</u> - Coordenação Ministérios sectoriais. Transmissão das preocupações portuguesas Comissão. - Transmissão informação e elaboração Notas apoio para acção Embaixadas a nível das equipas locais de Acesso Mercado	
ACTA - Acordo Anti-contrafacção	X		<u>Executado cf. previsto</u> O texto do acordo ACTA foi concluído e rubricado entre as partes, no dia 15 de Novembro, após 11 sessões negociais. Ainda terão de ser cumpridos os procedimentos internos de adopção previstos no TL.	
INVESTIMENTO		X	- Coordenação do levantamento dos Acordos Bilaterais de Investimento de PT com países terceiros e, posterior comunicação à Comissão. - Reuniões coordenação interministeriais. - Transmissão REPER e coordenação com Ministérios . Elaboração Notas apoio. - Participação em reuniões, formais e informais, do Conselho sobre o futuro e período transitório da política investimento.	Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Investimento Directo Estrangeiro passou a ser competência da Comissão, que apresentou uma Comunicação sobre o futuro desta política e um Regulamento que regulará o período transitório.
NEGOCIAÇÕES SERVIÇOS	X		<u>Executado cf. previsto.</u> - Transmissão instruções REPER e coordenação com Ministérios. Elaboração Notas apoio. - Reuniões de coordenação interministerial. - Participação em reuniões, formais e informais, do Conselho, consideradas relevantes.	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

RELAÇÕES EXTERNAS – Grupos Regionais, AMLAT, COASI, MAGREBE/MAXEREQUE, MOG, COTRA	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Transmissão instruções REPER e coordenação com Ministérios. – Elaboração Notas apoio	
UNIÃO PARA O MEDITERRÂNEO	X		– Participação nas reuniões Altos Funcionários e na de Governadores da Fundação Anna Lindh (implicam sobre determinadas matérias concertação com ministérios sectoriais). – Implementado o Secretariado UpM: nomeado SG, adoptados Estatutos, Acordo de Sede, orçamento provisório e orçamento para 2011. – Por motivos políticos não foi possível realizar reunião MNE, nem IIª Cimeira UpM.	
POLITICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Transmissão de instruções REPER e reforçada a interacção de informação com a rede dos postos externos do Mediterrâneo. – Elaboração Notas apoio.	
ENPI	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – DS participou nas reuniões do Comité ENPI consideradas mais relevantes. – Reforço da interacção com a rede de Embaixadas.	
IRAQUE	X		<u>Executado, cf., previsto.</u> Acordo concluído, não entrou em vigor por dúvidas EM sobre base jurídica, quadro Tratado de Lisboa.	
CONSELHO COOPERAÇÃO GOLFO	X		– Elaboração de Notas de apoio. – Impasse negocial mantém-se sobre FTA. Cooperação UE-CCG foi dinamizada nas áreas acordadas – energia, educação, etc.. PT participa rede energias limpas. – Envio instruções Reper.	
LÍBIA	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Coordenação das negociações do Acordo Quadro UE-Líbia. Transmissão instruções REPER. – Reforço da interacção com a Embaixada. – Elaboração Notas apoio.	
SÍRIA			<u>Não executado cf. previsto.</u> Síria informou que está analisar projecto de Acordo Associação.	
A CIMEIRA UE-ALC	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Coordenação da preparação da Cimeira de Madrid em Maio de 2010. Transmissão instruções REPER. – Reforço da interacção com a Embaixada. Preparação Notas apoio. – Participação nos SOM preparatórios.	
BRASIL	X		<u>Executado cf. previsto.</u> Coordenação posição portuguesa preparação Cimeira UE-Brasil.	
MÉXICO	X		<u>Executado cf. previsto</u> Realização da 1ª Cimeira UE-México em Santander, em Maio.	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

COMUNIDADE ANDINA	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Concluído, em Maio, o processo negocial relativo aos Acordos Multipartidos com o Peru e com a Colômbia. – Coordenação da preparação da Cimeira UE/Comunidade Andina, realizada em Maio.	
AMÉRICA CENTRAL	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Concluídas, em Maio, as negociações relativas ao Acordo de Associação com os países da América Central. – Coordenação da preparação da Cimeira UE/América Central realizada em Madrid, em Maio.	
MERCOSUL	X	X	– Coordenação da preparação da Cimeira UE/Mercosul realizada em Madrid, em Maio. – Relançamento do processo negocial relativo ao Acordo de Associação UE/Mercosul	As negociações relativas ao Acordo de associação UE/Mercosul estavam suspensas desde Outubro de 2004. Em Maio, na Cimeira foi decidido relançar o processo.
ASEM	X		– Coordenação da preparação da Cimeira de Madrid de Outubro de 2010. Transmissão instruções REPER. – Reforço da interacção com a Embaixada. Preparação Notas apoio. – Participação no SOM preparatório e na Cimeira ASEM realizada em Outubro, em Bruxelas	
COREIA do SUL	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Assinatura, em Maio, do Acordo Quadro UE-República da Coreia e, em Outubro, do Acordo Comércio Livre com a Coreia do Sul. – Coordenação posição portuguesa preparação Cimeira UE-República da Coreia, realizada em Bruxelas, em Outubro.	
CHINA	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Coordenação das negociações do Acordo Parceria e Cooperação UE-China. Transmissão instruções REPER. – Reforço da interacção com as Embaixadas. Elaboração Notas apoio. – Coordenação posição portuguesa preparação Cimeira UE-China, realizada em Bruxelas, em Outubro. – Participação reunião da Comissão de Peritos China	
ÍNDIA	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Coordenação das negociações do Acordo de Comércio Livre UE-Índia Transmissão instruções REPER. – Reforço da interacção com a Embaixada. Elaboração Notas apoio. – Coordenação posição portuguesa preparação Cimeira UE-Índia, realizada em Bruxelas, em Dezembro. – Participação na reunião da Comissão de Peritos Índia	
JAPÃO	X		– Transmissão Reper instruções e reforço interacção com Embaixada. – Coordenação posição portuguesa preparação Cimeira UE-Japão, realizada em Tóquio, em Abril.	Coordenação posição nacional no âmbito da reflexão sobre enquadramento futuro do relacionamento UE-Japão, em curso no



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

				Grupo de Alto Nível UE-Japão, que foi criado na Cimeira.
PAQUISTÃO	X	X	Coordenação posição portuguesa preparação Cimeira UE-Paquistão, realizada em Junho, em Bruxelas.	Coordenação de posição nacional e transmissão instruções REPER sobre apoio económico ao Paquistão na sequência da calamidade provocada pelas inundações e sobre proposta de concessão de preferências comerciais autónomas ao Paquistão.
MONGÓLIA	X		<u>Executado cf. previsto.</u> As negociações do Acordo de Parceria e Cooperação UE-Mongólia, lançadas em Janeiro, foram concluídas em Outubro. O Acordo foi rubricado a 20 de Dezembro.	
ASEAN	X		<u>Executado cf. previsto</u> – Coordenação da preparação da reunião ministerial UE/ASEAN de Maio, em Madrid. – Participação nos SOM preparatórios	
SINGAPURA	X		<u>Executado cf. previsto</u> Início das negociações do Acordo de Comércio Livre	
MALÁSIA		X	Início das negociações do Acordo de Comércio Livre	Dinamismo do processo negocial e o elevado interesse demonstrado pela Malásia permitiu a abertura das negociações em 2010.
FILIPINAS		X	Rubrica do Acordo de Parceria e Cooperação	Dinamismo do processo negocial permitiu a conclusão das negociações.
VIETNAME		X	Rubrica do Acordo de Parceria e Cooperação	Dinamismo do processo negocial e realização da cimeira ASEM em Bruxelas permitiu a conclusão das negociações.
CANADÁ	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Coordenação interministerial e transmissão REPER de instruções relativas à negociação do Acordo de Integração Económica UE/Canadá (CETA). – Reforço da interacção com a Embaixada. Elaboração Notas apoio. – Coordenação posição portuguesa preparação Cimeira UE-Canadá.	
EUA	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Coordenação interministerial e transmissão REPER instruções, em particular no referente ao Conselho Económico Transatlântico. – Reforço da interacção com a Embaixada. Elaboração Notas apoio. – Coordenação posição portuguesa preparação Cimeira UE-EUA.	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

ACP	X		<u>Executado cf. previsto.</u> – Coordenação interministerial e transmissão REPER instruções quanto negociações Acordos Parceria Económica. – Elaboração Notas apoio.	.
-----	---	--	---	---

AUTO-AVALIAÇÃO
E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS

A realização das actividades previstas depende da evolução dos processos a nível da UE. Pode-se, no entanto, afirmar que foram cumpridos praticamente na totalidade os objectivos e executadas as actividades previstas.

Esta Direcção de Serviços tem vindo ainda a adoptar progressivamente as boas práticas tendentes tanto a uma maior racionalização do arquivo electrónico como no respeitante à redução de gasto em papel. Para tal, tem vindo a utilizar preferencialmente o correio electrónico na transmissão de informação.

Apesar da afectação de recursos humanos ser inferior ao previsto no Plano de Actividades de 2010¹⁶, agravada pela saída de 5 funcionários e apenas compensada pela entrada de um Adido de Embaixada¹⁷, a Direcção de Serviços cumpriu o Plano de Actividades estabelecido para 2010. Tal foi possível devido a um esforço acrescido de todos os funcionários e dirigentes, através de uma flexibilização e cooperação reforçada de todos, traduzido numa penalização do horário de trabalho. Esforço que não pode ser devidamente recompensado devido às diversas condicionantes legais.

O reforço, previsibilidade e estabilidade dos recursos humanos é essencial à execução das actividades incumbidas a esta Direcção de Serviços sob pena de não ser possível acompanhar todas as áreas.

¹⁶ Previstos 11 Técnicos Superiores/Diplomatas e apenas 9 afectados à DS REX. e de 3 Administrativos e apenas 2 afectados.

¹⁷ Dois técnicos superiores reformaram-se. Outros dois foram colocados na Missão de Portugal em Nova Iorque – um técnico superior e um diplomata – e o quinto destacado em regime de perito nacional na Delegação da UE em Brasília



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**DIRECÇÃO DE SERVIÇOS
DO MERCADO INTERNO**

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTA MOTIVO
MERCADO INTERNO Relançamento do Mercado Interno	X		Executado cf. previsto. Execução de telegramas e documentos técnicos, o envio de instruções à REPER, a elaboração de notas e tópicos de intervenção para o Conselho Competitividade e a actualização da ficha temática.	
Melhor regulamentação	X		Executado cf. previsto. I.e. coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.	
Política empresarial e PMEs	X		Executado cf. previsto i.e. coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos; negociação de uma proposta de directiva sobre medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transacções comerciais (reformulação).	
Inovação	X		Distribuição dos documentos pertinentes, coordenação interministerial para a elaboração do contributo nacional para consulta pública da Comissão.	
Contratos Públicos - PPN	X		Executado cf. previsto i.e. coordenação interministerial.	
Contratos Públicos na área da defesa e da segurança	X		Executado cf. previsto i.e. coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos. Participação directa de um funcionário no Grupo de Trabalho de Transposição.	
Direito das Sociedades –Microentidades; Registo das empresas	X		Executado cf. previsto i.e. coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.	
Direitos de Propriedade Industrial (Patente)	X		Executado cf. previsto i.e. transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.	
Protecção dos consumidores	X		Executado cf. previsto i.e. coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.	
INVESTIGAÇÃO Espaço Europeu de Investigação	X		Executado cf. previsto i. e. acompanhamento, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.	
Mobilidade dos investigadores	X		Executado cf. previsto i. e. acompanhamento, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.	
TELECOMUNICAÇÕES E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	X		Executado cf. previsto i. e. coordenação com os Ministérios antes de cada sessão desta formação do Conselho.	
Segurança das redes e da informação	X		Executado cf. previsto i.e. transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

<u>TRANSPORTES</u> (terrestres; marítimos; aéreos)	X		Executado cf. previsto i.e. transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.
Redes transeuropeias de transportes	X		Executado cf. previsto i.e. elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.
GALILEO	X		Coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, telegramas expedidos, e elaboração de documentos técnicos.
<u>POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA</u>	X		Elaboração de notas de apoio, coordenação com a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas.
<u>ENERGIA</u> Segurança Energética /Eficiência Energética	X		Executado cf. previsto i.e. transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de notas de apoio, nomeadamente para CAG e CE.
Mercado Interno de Energia: - Directiva Regras Mercado Interno Gás - Directiva Regras Mercado Interno Electricidade - Regulamento Segurança do abastecimento de gás	X		Executado cf. previsto i.e. transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.
<u>AMBIENTE</u> Clima	X		Executado cf. previsto i.e. coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de notas, nomeadamente CAG e CE.
Proposta de directiva resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos e proposta de directiva restrição do uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eléctricos e electrónicos; proposta de directiva emissões CO2 dos veículos	X		Coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas.
Autorização e colocação no mercado comunitário de OGM	X		Coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, telegramas expedidos, elaboração de fichas temáticas.
<u>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</u>	X		Executado cf. previsto, coordenação interministerial.
<u>EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO</u>	X		Executado cf. previsto i.e. coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.
<u>SAÚDE PÚBLICA</u> Proposta de directiva direitos dos doentes aos cuidados de saúde transfronteiriços	X		Executado cf. previsto i.e. coordenação interministerial, transmissão instruções à REPER, telegramas expedidos, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos.
<u>CULTURA E AUDIOVISUAL</u>	X		Executado cf. previsto i.e. transmissão instruções à REPER, participação reuniões coordenação interministerial, elaboração de fichas temáticas e elaboração de documentos técnicos
<u>Centro SOLVIT Portugal</u>	X		Executado cf. previsto. Resolução dos problemas através de contactos com as instituições. Elaboração de documentação técnica, officios e notas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

**AUTO-AVALIAÇÃO
E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA DIRECÇÃO DE SERVIÇOS**

A DS Mercado Interno tem a titularidade dos dossiers Mercado Interno, o que exigiu uma participação directa nas reuniões no âmbito da UE sobre esta matéria (Conselho Ministros Competitividade, Grupo Alto Nível Competitividade, Comité Consultivo Mercado interno).

Em 2010, esta actividade foi executada com grande dinamismo, dado ter sido o ano de relançamento do Mercado Interno.

Para além disso, dossiers implicando grande coordenação interministerial estiveram na mesa das negociações, o que originou também um trabalho acrescido (Patente, Galileo, Contratos Públicos, Inovação, Cuidados Saúde Transfronteiriços, Energia, entre outros).

O Centro SOLVIT continuou a desenvolver as suas funções num quadro de excelência reconhecido pela própria Comissão Europeia.

Assim, esta DS alcançou os seus objectivos e cumpriu globalmente o Plano de Actividades, graças ao grande esforço de todos os dirigentes e funcionários que se implicaram profissional e pessoalmente no trabalho desenvolvido.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	PREVISTA PLANO 2010	N/ PREVISTA PLANO 2010	PRINCIPAIS ACÇÕES EXECUTADAS	NÃO PREVISTA MOTIVO
INFORMAÇÃO				
Biblioteca Digital e Local	X X	 X X	<ul style="list-style-type: none"> - No contexto dos 25 anos de integração europeia, foi criado um novo catálogo bibliográfico, Arquivo de Integração Europeia, contendo documentos de negociação da adesão de Portugal às C.E. - Na linha da modernização administrativa prosseguida pelo CIEJD e da melhoria de qualidade dos serviços prestados, foi disponibilizado o Cartão de Cidadão enquanto cartão de utilizador de Biblioteca. Este serviço permitiu a desmaterialização de procedimentos e a oferta de novos serviços à distância. - Efectuados melhoramentos na Biblioteca digital, tendo sido atribuída certificação de nível máximo (AAA) de acessibilidade quanto aos serviços prestados <i>on-line</i>. - Criação de um catálogo reunindo os conteúdos pedagógicos digitais 	<ul style="list-style-type: none"> - Permitir melhor acesso a todos os cidadãos. - Disponibilizar em linha o acervo pedagógico do Centro., respondendo assim às muitas solicitações
Relacionamento da Biblioteca com a Rede Eurolib (European Community and Associated Institutions Library Cooperation Group)	X		Participação na reunião do grupo de trabalho <i>web 2.0</i> e co-gestão de um novo grupo de trabalho sobre Bibliotecas especializadas.	
Base de dados Infoeuropa	X		<ul style="list-style-type: none"> - Autonomização na Base de dados dos Programas e Candidaturas relativos a programas nacionais e comunitários, indo ao encontro das necessidades de pesquisa mais rápida desta informação especializada por parte dos cidadãos. - Foram inseridos novos registos bibliográficos (2679), que superaram a meta estabelecida. Foram também efectuadas melhorias em registos bibliográficos existentes. 	
Difusão de Informação	X		<ul style="list-style-type: none"> - O envio regular de <i>newsletters</i> de carácter geral e especializado em Programas e Candidaturas foi cumprido. Foram também enviadas <i>newsletters</i> destinadas a informar o público sobre os temas prioritários de comunicação sobre a UE. - Destaque ainda para a difusão selectiva de informação cobrindo a difusão de boletins europeus, de legislação nacional e europeia, de imprensa e de <i>dossiers</i> temáticos. - Com a difusão de informação atingiu-se uma Comunidade electrónica de mais de 34000 membros, tendo superado a meta prevista. 	
Serviço de Referência à distância	X		<ul style="list-style-type: none"> - Este serviço constitui um serviço de proximidade com o cidadão dando resposta especializada a pedidos sobre informação europeia genérica e específica. Foram atendidos 1295 pedidos em matérias como legislação comunitária, transposição de directivas, bem como 	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

			sobre programas e candidaturas, tanto a nível nacional, como comunitário. Relativamente à comunidade escolar, este serviço garantiu informação relativa a conteúdos pedagógicos direccionados para os diferentes níveis de escolaridade.	
Portal Eurocid	X	X	<ul style="list-style-type: none"> - Foi reorganizada a informação no Portal Eurocid.pt para viabilizar um melhor acesso por parte do público. Assim foram desenvolvidos e colocados em linha 2 novos canais (Aprender Europa e Biblioteca) e reformulados 2 outros (Temas e Oportunidades). - Foi disponibilizada informação sobre os produtos/conteúdos da Parceria de Gestão. - Foi feita a actualização da informação nos <i>dossiers</i> prioritários de informação, tais como Estratégia Europa2020; crise económica e financeira, UEM e Euro, Tratado de Lisboa, Energia e Alterações Climáticas, Anos Europeus. 	<ul style="list-style-type: none"> - Procurou-se reflectir a missão mais abrangente do CIEJD, enquanto Organismo Intermediário da Parceria de Gestão. - Procurou-se com esta medida encorajar a actualização dos cidadãos em matérias prioritárias.
Redes Sociais	X		O CIEJD integrou a rede social <i>Facebook</i> assegurando a sua presença institucional. Num ano reuniu uma comunidade interessada nos temas europeus de 5210 membros. Foram "postadas" 150 notícias.	
FORMAÇÃO				
Acções de Formação e Animação Pedagógica	X	X	<ul style="list-style-type: none"> - Foram executadas 758 acções (Aulas Jacques Delors, Sessões de Informação e Debate, Cursos de Formação de 25h, Jornadas e actividades de animação pedagógica), tendo sido superada a meta prevista. Destaque para a realização de 4 cursos de formação de 25h sobre "A Cidadania Europeia e Dimensão Europeia na Educação" abrangendo 90 professores. Este curso é acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua. No âmbito de acções destinada a pessoal não docente realizaram-se 2 jornadas de formação sobre o mesmo tema, acreditadas pela Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE). - Foram realizadas outras acções de formação, em parceria com o Museu da Presidência da República, envolvendo 82 participantes. 	Estas acções em parceria permitiram trazer uma experiência interessante ao juntar na mesma formação um módulo de cidadania nacional e um módulo de cidadania europeia.
Conteúdos Pedagógicos	X		Foram elaborados conteúdos pedagógicos para suporte de toda a actividade de formação e de animação pedagógica, em diferentes formatos e suportes em linha, tendo sido cumprida a meta. Adicionalmente, procedeu-se ainda à actualização pontual de alguns conteúdos.	
Actualização da oferta formativa		X	Considerou-se necessário actualizar a oferta formativa para 2011, propondo novos temas.	Tendo em conta o interesse crescente do público (professores e alunos) decorrente da renovação da Oferta Formativa em 2009.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Projectos	X		Participação em projectos de dimensão europeia (<i>ELOS</i> e Agenda Europa), com destaque para o Projecto <i>ELOS – Europe as a Learning Environment in Schools</i> , imprimindo uma orientação europeia e internacional aos <i>curricula</i> . Neste âmbito, o CIEJD participou no grupo responsável pela criação/desenvolvimento de novos instrumentos e assegurou a qualidade global do projecto. A reunião geral envolvendo todos os parceiros (22) teve lugar no Funchal, em Outubro, por proposta do CIEJD.	
Processo de Acreditação do CIEJD enquanto entidade formadora		X	O CIEJD iniciou o processo de pedido de renovação da sua acreditação como entidade formadora, tendo entregue o processo à DGERT do MTSS para parecer técnico.	Assegurar a certificação em termos técnicos do trabalho desenvolvido pelo CIEJD em matéria formativa.
Parceria de Gestão – execução do Plano de Comunicação (PC)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> – O CIEJD, enquanto Organismo Intermediário, superou as metas estabelecidas a nível físico e financeiro. Geriu e monitorizou todas as acções desenvolvidas pelos diferentes contratantes na execução de 16 contratos relativos ao PC 2009 e procedeu ao lançamento de concursos limitados referentes ao PC 2010, tendo sido enviados 86 convites para a execução de acções, correspondendo a 13 contratos. – Propôs a replicação de produtos do PC 2008, que se destacaram pela qualidade e procura por parte dos destinatários. Tendo sido aceite esta proposta, foi assinada, para o efeito, uma Convenção de Disponibilização de Fundos autónoma, que permitiu a replicação de alguns produtos. 	Esta proposta foi possível dada as poupanças apuradas na execução financeira de 2009 e a qualidade manifesta de algumas acções do PC 2008.
Publicações e edições	X	X	<ul style="list-style-type: none"> – O CIEJD atribuiu o Prémio Jacques Delors 2010, tendo publicado a obra vencedora. Editou um número duplo da Revista Europa: Novas Fronteiras, dedicado à integração de Portugal na União Europeia. Em colaboração com outras entidades, editou o 1º número da Revista electrónica “Debater a Europa”, dedicado ao Ambiente e Alterações Climáticas. – Concebeu e editou uma publicação em Banda Desenhada, intitulada “Portugal 25 anos depois”. 	Inserida no conjunto de iniciativas que assinalaram os 25 anos da entrada de Portugal na União Europeia, visou sensibilizar um público mais jovem para o projecto de integração europeia.
Parcerias com redes		X	O CIEJD integrou a Rede <i>Pt Learning Working Group</i> , que reúne em rede universidades, empresas, organismos públicos e Associações sectoriais com know-how e experiência na formação suportada por tecnologias web 2.0 e simultaneamente cientes da importância da Aprendizagem ao Longo da Vida.	Considera-se fundamental a partilha e o trabalho colaborativo. O CIEJD, enquanto entidade formadora e Organismo Intermediário, à imagem de outros organismos da Administração pública pode beneficiar do know-how deste grupo, contribuindo para os seus objectivos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Parcerias com outras entidades		X	Foram celebradas 4 novas parcerias: com o CEISXX da Universidade de Coimbra; com o GPP do MADRP, com a Foundation for the Rights of Future Generations; e com o Piccolingo.	Procurou-se aumentar o número de entidades parceiras permitindo projectar a missão do Centro e realizar mais actividades através de novas colaborações.
Parcerias electrónicas com – o Portal do Cidadão, – Portal da Europa – eCultura		X	Foram actualizados todos os conteúdos nos sítios das parcerias electrónicas, de que se destaca a Rede Comum da AMA.	A presença do CIEJD nos portais de informação ao cidadão permite uma maior difusão do projecto europeu.
Realização e participação em eventos	X	X	<ul style="list-style-type: none"> – Participação em eventos com o público, que permitiram uma maior proximidade e interacção com o cidadão: Futurália, Dia da Europa, Expolingua, Exposição Filatélica sobre a Europa e Apresentação pública da vencedora do Prémio 2009do Mercado Único. – Organização de 8 eventos que permitiram a divulgação da actividade do CIEJD. – Destaque para a apresentação pública do Cartão do Cidadão para utilização na Biblioteca. – Participação em 7 eventos em colaboração com outras entidades. 	A colaboração e organização do CIEJD em eventos permite levar a informação a diferentes públicos, sendo uma das iniciativas chave do CIEJD. Neste sentido o CIEJD reafirma a sua flexibilidade em incluir no seu plano anual outras actividades que considere pertinentes e relevantes.
Exposições		X	Foram organizadas no espaço CIEJD 3 Exposições relacionadas com a temática europeia.	Estas iniciativas visam uma maior aproximação do público ao Centro, aproveitando para divulgação da informação europeia.
Avaliação da satisfação dos utilizadores face às actividades do CIEJD	X		Foram realizados inquéritos de avaliação das actividades do Centro tendo o tratamento dos inquéritos superado as metas estabelecidas.	
Comunicação				
Sistema de Informação e Comunicação (SIC)	X	X	<ul style="list-style-type: none"> – Realização da intervenção da instalação física de um cabo de ligação por fibra óptica que permite ligar o CIEJD ao MNE. – Implementação na estrutura aplicacional do CIEJD do projecto do Cartão de Cidadão na biblioteca física e em linha. – No que se refere à gestão de custos de comunicação foram renegociadas as tarifas de chamadas para telemóveis. – Foram introduzidas melhorias na estrutura aplicacional e de comunicações. Destaque para o projecto de integração da assinatura digital e da certificação do selo temporal nas propostas do Plano de Comunicação da Parceria de Gestão. – Foram realizados projectos internos de melhoria do <i>workflow</i>, de que são exemplo a revisão da estrutura intranet, a criação de novas ferramentas estatísticas e de catalogação em linha. – Foi executado o processo de migração de todos os arquivos de e-mail para o servidor de e-mail e correspondente revisão da configuração do Outlook. 	<ul style="list-style-type: none"> – O objectivo destas melhorias foi o de oferecer melhor serviço ao público e reduzir custos de comunicações. – Estes projectos visaram alcançar ganhos de produtividade. – Este procedimento técnico assegurou a possibilidade de consulta de todo o arquivo também através de <i>webmail</i> e



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

		X	– Revisão da estrutura do Boletim estatístico de actividades do Centro.	– garantiu os <i>backups</i> . – Visou reflectir as actividades no quadro da nova organização do Centro.
		X	– Análise do stress nos servidores	– Foi efectuada esta análise, tendo em conta a previsão de novos utilizadores do portal a partir de 2011, resultante dos compromissos assumidos pelo CIEJD, enquanto ponto de contacto nacional para a informação electrónica sobre a Estratégia Europa 2020.
		X	– Limpeza dos dados (sem relevância) no arquivo do portal	– Melhorar o desempenho do Portal.

**AUTO-AVALIAÇÃO
E ANÁLISE DA AFECTAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

O CIEJD realizou todas as actividades previstas, tendo superado as metas quantificadas e realizado outras actividades não previstas em número significativo. Este facto deve-se a vários factores.

Realce-se a experiência adquirida com a execução dos Planos de Comunicação, o reforço verificado a nível do papel estratégico do Centro nesse contexto, através da monitorização de todos os conteúdos/produtos da Parceria de Gestão e da adopção de novos métodos que suscitem um maior envolvimento dos contratantes no desenvolvimento dos respectivos produtos e na adopção de uma postura de comprometimento com o resultado final da própria operação. Saliente-se que a avaliação feita pelas entidades que procederam à Avaliação Externa Independente do PC 2009 e de 2010 no que toca ao trabalho desenvolvido pelo CIEJD, na qualidade de Organismo Intermediário da Parceria de Gestão, reiterou a actuação do Centro como um caso de Boas Práticas.

Realce-se também a decisão da actualização da oferta formativa e a aposta continuada de produção de conteúdos como outros factores positivos.

Por outro lado, foram introduzidas melhorias no portal e presença nas redes sociais que permitiu aumentar substancialmente o número de utilizadores. No que respeita ao Sistema de Informação e Comunicação o CIEJD continuou a apostar na melhoria da estrutura aplicacional e de comunicações que permitiu alcançar ganhos de produtividade.

O bom desenvolvimento das actividades do CIEJD foi possível graças ao empenho e capacidade de resposta de toda a equipa que resultou num maior número de horas de trabalho e com a redefinição das metas do QUAR, sempre numa lógica de superação dos valores inicialmente definidos.

Refira-se a possibilidade de mobilidade interna alterou as condições de estabilidade do serviço e que afectou em 2010 um trabalhador. O facto do CIEJD não oferecer condições competitivas quer ao nível financeiro quer ao nível



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

de progressão de carreira, quando comparado com outros organismos da Administração Pública, torna difícil assegurar a continuidade dos técnicos. Neste sentido é da maior urgência a resolução deste problema através da possibilidade de abertura de procedimento concursal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E.10 – Análise da Afectação Real e Prevista dos Recursos Humanos, Materiais e Financeiros¹⁸

Relativamente à afectação real e prevista dos recursos humanos, e numa análise da produtividade, registou-se um desempenho acima do planeado devido:

- À execução de actividades adicionais que não estavam inicialmente previstas (como se pode facilmente constatar das fichas de actividade por Unidade Orgânica);
- À não adequação dos efectivos às reais necessidades assinaladas no Plano de Actividades para 2010 muito embora seja de registar um reforço em termos de pessoal diplomático que permitiu, de alguma forma, compensar as saídas, ocorridas durante 2010 e 2009, de pessoal técnico superior;
- Acresce que os desfasamentos temporais verificados entre as várias saídas e entradas de pessoal, sobretudo de nível superior, redundaram num deficit de 196 UERH.
- A continuada instabilidade do quadro de pessoal diplomático que foi sofrendo sucessivas alterações ao longo do ano embora de menor amplitude que nos anos anteriores. Dos cerca de 20 diplomatas que passaram pela DGAE em 2010, 12 permaneceram nos seus postos durante todo o ano, o que inclui os dois dirigentes superiores; verificaram-se 4 saídas e 6 entradas por ocasião dos movimentos diplomáticos e recepção de adidos; dois foram colocados em comissão de serviço e dois foram transferidos internamente para colmatarem as lacunas entretanto surgidas.
- As alterações no quadro do pessoal técnico ficaram a dever-se a:

— Aposentações;

¹⁸ ANEXO 2. Conteúdo do Relatório de Auto-Avaliação/Relatório de Actividades: “Análise da afectação real e prevista dos recursos humanos, materiais e financeiros.”



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

- Situações de mobilidade interna;
- Colocação em missões diplomáticas nacionais (2 funcionários) ou da Delegações da UE (1 funcionário).

Das observações acima efectuadas ressaltam um conjunto de observações, de resto espelhadas nas fichas de actividade provenientes das Unidades Orgânicas e que se descrevem sucintamente:

- A continuada sobrecarga de trabalho dos nossos colaboradores não só devido à persistente redução do número de recursos humanos como por via da expansão das tarefas e actividades que incumbem à Direcção-geral;
- A instabilidade das suas funções causada pela necessidade de ajustes de pelouros resultantes de situações de mobilidade interna e externa;
- A rotatividade e instabilidade orgânica do pessoal diplomático;
- A extensão do horário de trabalho dos colaboradores sem que, por isso tenham obtido remunerações extra;

MAPA DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Dirigentes Superiores		Dirigentes Intermédios				Técnicos Superiores		Assistentes Técnicos		Assist. Operac.	Total
	Diplomatas	Técnicos	Diplomatas		Técnicos		Diplomatas	Técnicos	Coord.	Técnicos		
			DS	CD	DS	CD						
DIR	2	1						2		7	3	15
INS			1	1			5	5	1	2		15
AEE				1	1			4		2		8
DAP					1	2		4		2		9
JAI					1	1	3	3		2		10
JUR					1	2		5		3		11
QEF					1	3	1	2		3	1	11
REX					1	4	1	7		2		15
SMI				1	1	3	2	5		4		16
CIEJD		1						15		4	1	21

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

	2	2	1	3	7	15	12	52	1	31	5	131
--	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	-----------	-----------	----------	-----------	----------	------------

MAPA DE PESSOAL PREVISTO PARA 2010

	Carreiras Técnica Superior, Assistente Administrativo e Assistente Operacional							Carreira Diplomática					TOTAL POR UNIDADE FUNCIONAL	
	Dirigentes intermédios			Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos			Total parcial	Dirigentes intermédios			Total parcial		
	Dir. Sup.	Dir. Serv.	Ch. Div.		Coord.	Adm.	Assist. Operac.		Dir. Sup.	Dir. Serv.	Ch. Div.			Outros
DIR	1			2		7	3	13	2				2	15
INS				4	1	2		7		1	3	6	10	17
AEE		1		4		2		7			2	3	5	12
DAP		1	2	5		3		11					0	11
JAI		1	1	3		3		8			1	3	4	12
JUR		1	2	7		3		13					0	13
QEF		1	3	4		3		11				1	1	12
REX		1	4	5		3		13				2	2	15
SMI		1	3	7		5		16			1	2	3	19
CIEJD	1			19		1	1	22					0	22
TOTAL	2	7	15	60	1	32	4	121		1	7	17	27	148



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

E.11 – Balanço Social

Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, os serviços da administração pública central que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço, devem elaborar anualmente o seu balanço social com referência a 31 de Dezembro do ano anterior.

A DGAE manteve a autonomia administrativa e financeira até 2007. Por esse motivo, dispunha de uma Repartição Administrativa que procedia anualmente à elaboração do respectivo Balanço Social recorrendo, para o efeito, aos instrumentos informáticos disponibilizados pelo sistema SRH. Após a entrada em vigor da nova lei orgânica da Direcção-geral foram transferidas para a Secretaria-geral, enquanto medida de economia de escala, não só as competências na área na gestão de recursos humanos e financeiros, como os funcionários incumbidos da gestão deste sector.

Solicitado ao Departamento Geral de Administração a parte do Balanço Social correspondente à DGAE foi indicado que não seria expectável que o Balanço Social do MNE estivesse completamente finalizado a 15 de Abril por forma a poder ser inserido nos Relatórios de Actividade dos vários serviços.

Assim e à semelhança do ano passado, optou esta Direcção-geral por elaborar internamente um questionário englobando os quesitos constantes do Decreto-Lei n.º 190/96 sobre a feitura do Balanço Social para os quais é possível obter resposta internamente.

Esse questionário, que se anexa, foi distribuído por via electrónica a cada um dos funcionários, no dia 30 de Março, tendo-se obtido 115 respostas. Este resultado compara com o universo de 126 funcionários que prestavam, a 31 de Dezembro de 2010, serviço da DGAE. Dado tratar-se de uma mostra bastante abrangente, optou-



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

se por trabalhar os resultados obtidos e registá-los no presente Relatório de Actividades.

Como se poderá constatar o questionário contém solicitações em matéria de escalão etário, antiguidade, escolaridade, nacionalidade, n.º de trabalhadores portadores de deficiência, mudanças de situação, modalidade de horário de trabalho, período normal de trabalho, remuneração mensal, prestação de trabalho extraordinário ou nocturno, n.º de dias de ausência de trabalho, n.º de acidentes de trabalho, n.º de casos de incapacidade, n.º de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, n.º e tipo de acções de formação profissional, n.º de trabalhadores sindicalizados, n.º de processos disciplinares.

Uma vez compilados os referidos dados foram os mesmos transformados em gráficos de barras incidindo sobre escalão etário, antiguidade, escolaridade, modalidades de horário e remunerações mensais ilíquidas.

Considerando que a DGAE não tem competências financeiras, nem acesso aos respectivos dados, não foram preenchidos, designadamente, os quadros relativos à contagem de horas de trabalho extraordinário, às remunerações e encargos, aos encargos das actividades de medicina do trabalho, aos custos com intervenções de prevenção de acidentes e doenças profissionais e às despesas anuais com formação.



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Resultados	
Número de registos nesta consulta:	126
Total de registos no inquérito:	113
Percentagem do total:	90%

1. Indique sff a sua idade		
Resposta	Contagem	Percentagem
Menos de 20 anos (1)	0	0.00%
20 a 24 anos (2)	1	0.88%
25 a 29 anos (3)	0	0.00%
30 a 34 anos (4)	10	8.85%
35 a 39 anos (5)	10	8.85%
40 a 44 anos (6)	21	18.58%
45 a 49 anos (7)	20	17.70%
50 a 54 anos (8)	24	21.24%
55 a 59 anos (9)	18	15.93%
60 a 64 anos (10)	9	7.96%
65 a 69 anos (11)	0	0.00%
Mais de 70 anos (12)	0	0.00%

2. Indique sff a sua antiguidade na carreira		
Resposta	Contagem	Percentagem
Até 5 anos (1)	11	9.73%
5 a 9 anos (2)	6	5.31%
10 a 14 anos (3)	13	11.50%
15 a 19 anos (4)	24	21.24%
20 a 24 anos (5)	21	18.58%
25 a 29 anos (6)	10	8.85%
30 a 34 anos (7)	19	16.81%
35 a 39 anos (8)	9	7.96%
40 ou mais anos (9)	0	0.00%

3. Indique sff a sua escolaridade		
Resposta	Contagem	Percentagem
Menos de 4 anos de escolaridade (1)	1	0.88%
4 anos escolaridade (2)	0	0.00%
6 anos escolaridade (3)	0	0.00%
9.º ano ou equivalente (4)	4	3.54%
11.º ano ou equivalente 12.º ano ou equivalente (5)	20	17.70%
Bacharelato ou equivalente (6)	3	2.65%
Licenciatura (7)	69	61.06%
Mestrado Doutoramento (8)	16	14.16%



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

4. Indique sff a sua nacionalidade		
Resposta	Contagem	Percentagem
Portuguesa (1)	113	100.00%
União Europeia (2)	0	0.00%
CPLP (3)	0	0.00%
Outros países (4)	0	0.00%

5. Indique sff se é portador de alguma deficiência		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	2	1.77%
Não (2)	111	98.23%

6. Em 2010 foi admitido ou regressou à DGAE?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	17	15.04%
Não (2)	96	84.96%

6.1. Se sim, através de que procedimento		
Resposta	Contagem	Percentagem
Procedimento concursal (1)	5	4.42%
Cedência de interesse público (2)	0	0.00%
Mobilidade interna a órgãos ou serviços (3)	3	2.65%
Regresso de licença Comissão de serviço CEAGP (4)	3	2.65%
Outras situações (5)	7	6.19%
Não concluído ou não exibido	95	84.07%

7. Em 2010 teve alguma alteração em termos de carreira?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	9	7.96%
Não (2)	104	92.04%

7.1 Se sim, de que forma?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Procedimento concursal (1)	3	2.65%
Mobilidade interna a órgãos ou serviços (2)	1	0.88%
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (3)	6	5.30%
Por opção gestionária? (4)	0	0.00%
Não concluído ou não exibido	103	91.15%

8. Indique sff a sua modalidade de horário?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Rígido (1)	47	41.59%
Flexível (2)	13	11.50%
Desfasado (3)	2	1.77%
Jornada continua (4)	11	9.73%
Trabalho por turnos (5)	3	2.65%



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Específico (6)	1	0.88%
Isenção de horário (7)	36	31.86%

9. Indique sff o seu período normal de trabalho por semana?

Resposta	Contagem	Percentagem
17 horas e meia por semana (1)	0	0.00%
28 horas por semana (2)	0	0.00%
30 horas por semana (3)	7	6.19%
35 horas por semana (4)	70	61.95%
42 horas por semana (5)	36	31.86%

10. Indique sff se em 2010 prestou trabalho extraordinário?

Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	15	13.27%
Não (2)	98	86.73%

10. 1. Se sim, indique tipo de trabalho extraordinário prestado

Resposta	Contagem	Percentagem
Diurno (1)	8	7.08%
Nocturno em dias de descanso semanal obrigatório (2)	2	1.77%
Em dias de descanso semanal complementar (3)	5	4.42%
Em dias de feriado (4)	0	0.00%
Sem resposta	1	0.88%
Não concluído ou não exibido	97	85.84%

11. Indique sff se em 2010 teve ausências de trabalho por

Resposta	Contagem	Percentagem
Casamento (1)	0	0.00%
Protecção paternidade (2)	2	1.77%
Falecimento familiar (3)	2	1.77%
Doença (4)	20	17.70%
Acidente ou doença profissional (5)	0	0.00%
Assistência a familiares (6)	5	4.42%
Trabalhador estudante (7)	2	1.77%
Por conta do período de férias (8)	52	46.02%
Com perda de vencimento (9)	0	0.00%
Cumprimento de pena disciplinar (10)	1	0.88%
Greve (11)	5	4.42%
Injustificadas (12)	0	0.00%
Outras (13)	1	0.88%



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

12. Indique sff a sua remuneração mensal ilíquida em Dezembro de 2010		
Resposta	Contagem	Percentagem
Até 500 euros (1)	0	0.00%
501 a 1000 euros (2)	20	17.70%
1001 a 1250 euros (3)	6	5.31%
1251 a 1500 euros (4)	10	8.85%
1501 a 1750 euros (5)	23	20.35%
2001 a 2250 euros (6)	11	9.73%
2251 a 2500 euros (7)	8	7.08%
2501 a 2751 euros (8)	12	10.62%
2751 a 3000 euros (9)	5	4.42%
3001 a 3250 euros (10)	12	10.62%
3251 a 3500 euros (11)	3	2.65%
3501 a 3750 euros (12)	2	1.77%
3751 a 4000 euros (13)	1	0.88%
4001 a 4250 euro (14)	0	0.00%
4251 a 4500 euros (15)	0	0.00%
4501 a 4750 euros (16)	0	0.00%
4751 a 5000 euros (17)	0	0.00%
Mais de 5001 (18)	0	0.00%

13. No ano 2010 teve algum acidente de trabalho?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	0	0.00%
Não (2)	113	100.00%

14. No ano 2010 teve alguma declaração de incapacidade?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	2	1.77%
Não (2)	111	98.23%

14.1. Se sim, de que tipo?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Incapacidade permanente absoluta (1)	0	0.00%
Incapacidade permanente parcial (2)	1	0.88%
Incapacidade permanente absoluta para trabalho habitual (3)	0	0.00%
Incapacidade temporária e absoluta (4)	1	0.88%
Incapacidade temporária e parcial (5)	0	0.00%
Sem resposta	1	0.88%
Não concluído ou não exibido	110	97.35%



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

15. Em 2010 teve alguma doença profissional?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	0	0.00%
Não (2)	113	100.00%

16. Em 2010 frequentou alguma acção de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	1	0.88%
Não (2)	112	99.12%

17. Em 2010 participou nalguma acção de formação?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	21	18.58%
Não (2)	92	81.42%

17.1 Tipo?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Interna (MNE)	13	44.83%
Externa	16	55.17%

17.1 Duração?		
Resposta	Contagem	Percentagem
até 1 dia	16	55.17%
de 2 a 3 dias	4	13.79%
de 4 a 5 dias	2	6.90%
de 6 a 10 dias	0	0.00%
de 11 a 30 dias	1	3.45%
de 31 a 60 dias	1	3.45%
mais de 60 dias	5	17.24%

18. Pertence a algum sindicato?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	24	21.24%
Não (2)	89	78.76%
Não concluído ou não exibido	0	0.00%

19. Pertence a alguma comissão de trabalhadores?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	0	0.00%
Não (2)	113	100.00%
Não concluído ou não exibido	0	0.00%



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

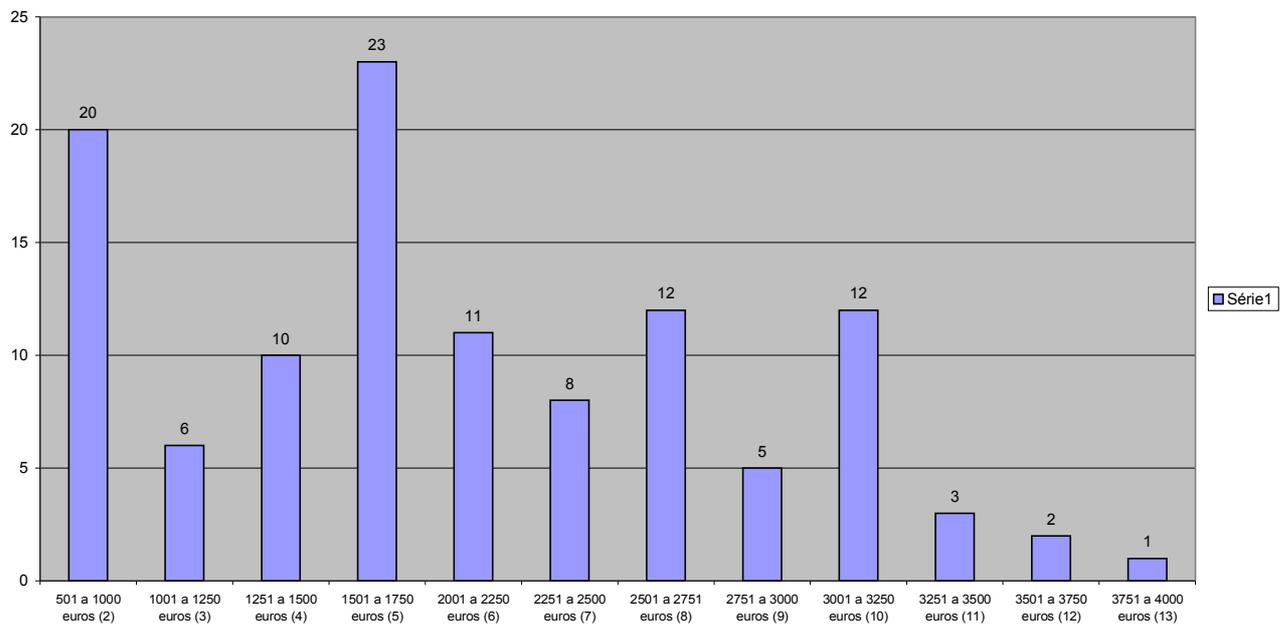
20. Em 2010 teve algum processo disciplinar?		
Resposta	Contagem	Percentagem
Sim (1)	1	0.88%
Não (2)	112	99.12%
Não concluído ou não exibido	0	0.00%

20.1 Se sim, indique fase de procedimento		
Resposta	Contagem	Percentagem
Transitado de 2009 (1)	0	0.00%
Instaurado em 2010 (2)	0	0.00%
Transitado para 2011 (3)	0	0.00%
Decidido em 2010 (4)	1	0.88%
Não concluído ou não exibido	112	99.12%

20.2 Se decidido em 2010		
Resposta	Contagem	Percentagem
Arquivado (1)	0	0.00%
Repreensão escrita (2)	0	0.00%
Multa (3)	0	0.00%
Suspensão (4)	1	0.88%
Demissão (5)	0	0.00%
Despedimento (6)	0	0.00%
Cessaçãõ da comissão de serviço (7)	0	0.00%
Não concluído ou não exibido	111	99.12%

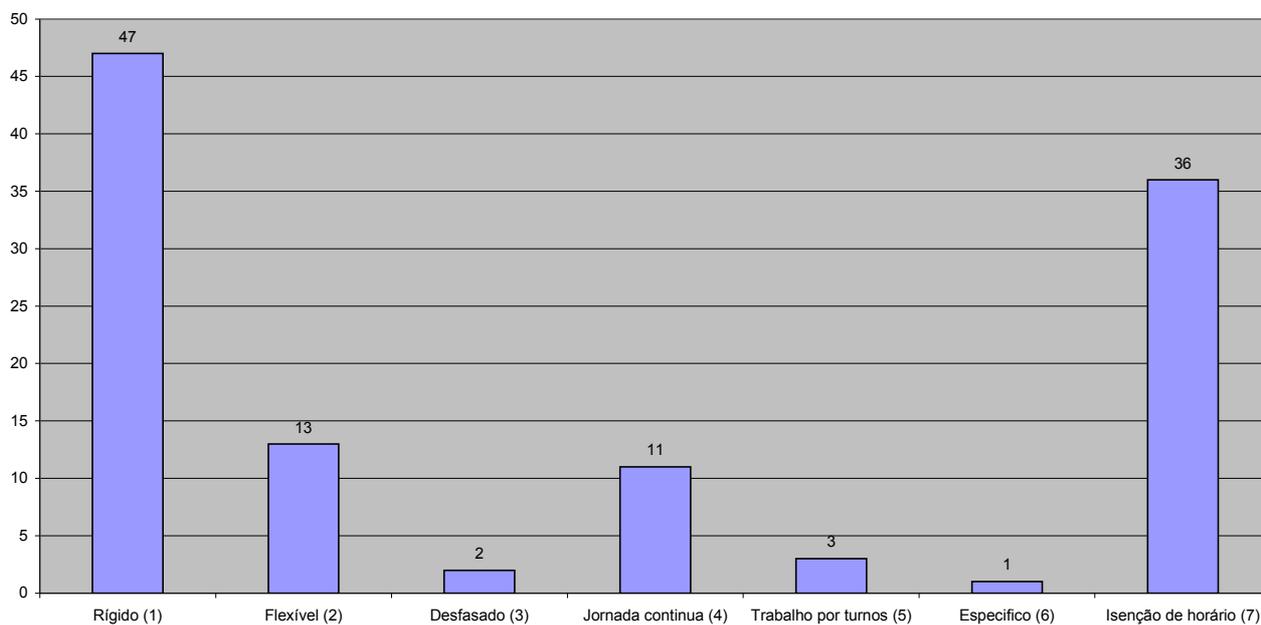
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Remuneração mensal líquida



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

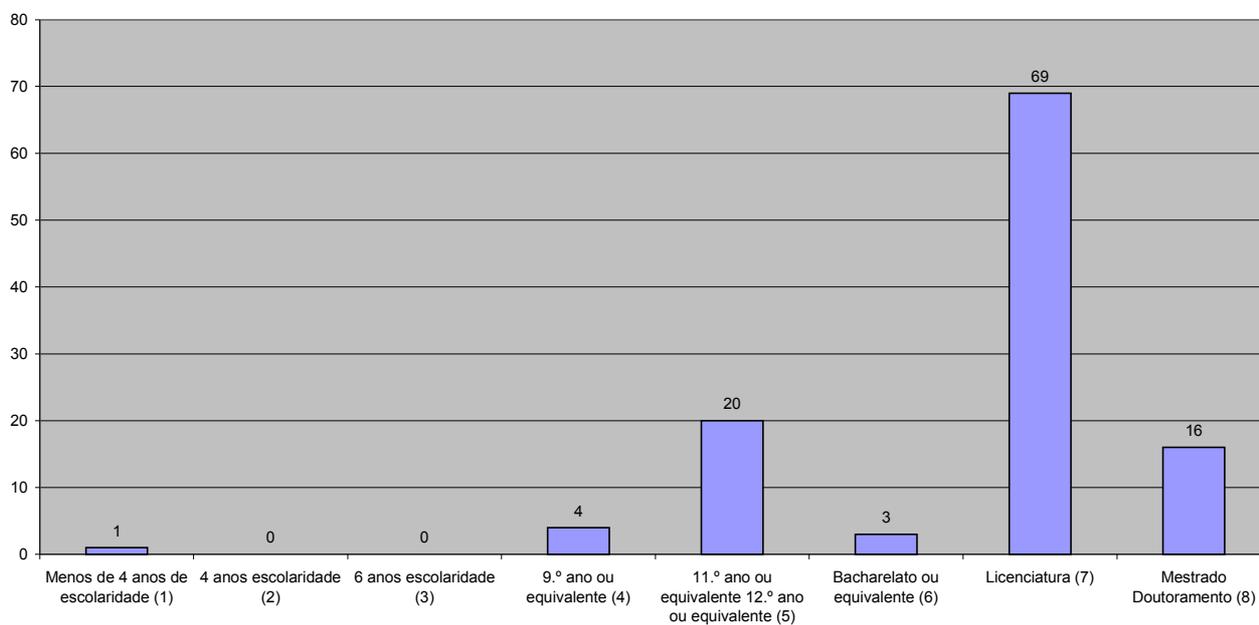
Modalidade de horário





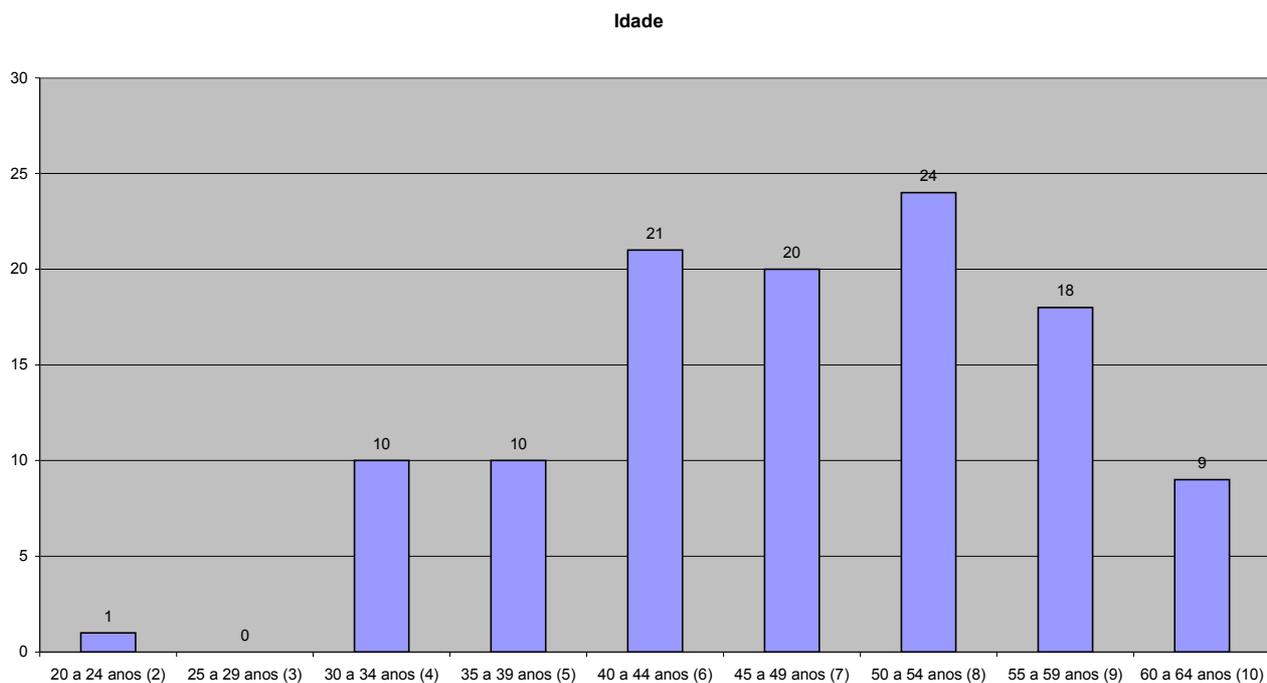
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Escolaridade



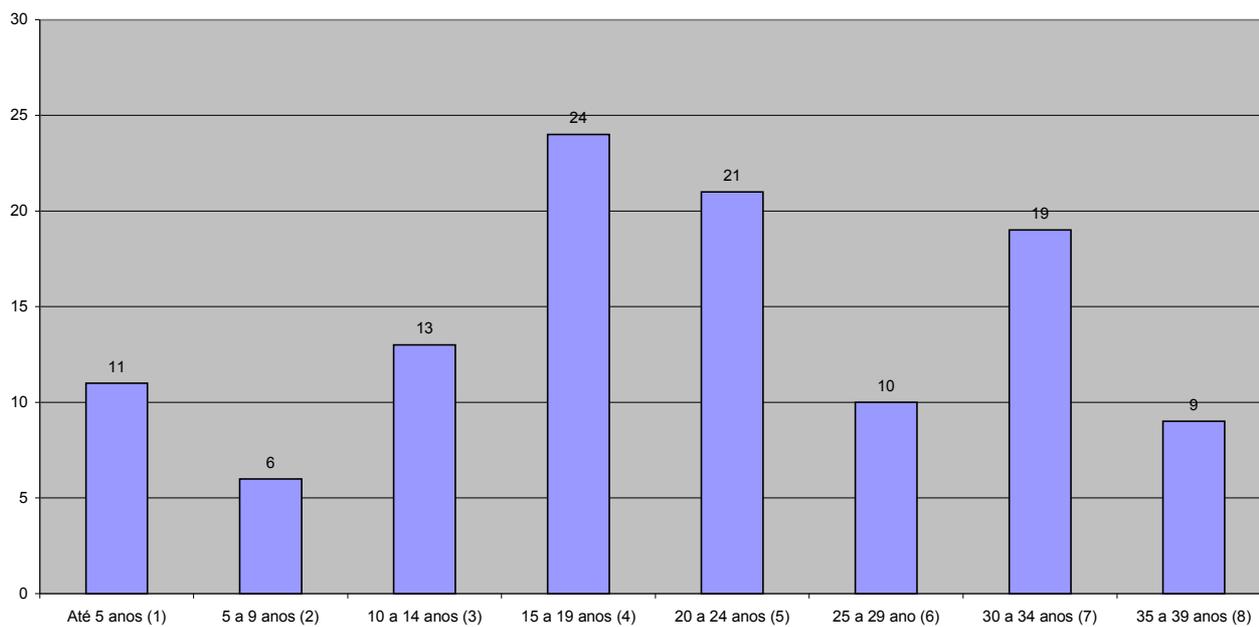


MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Antiguidade





E.12 – Avaliação Final

E.12.1 – Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

A Direcção-geral dos Assuntos Europeus atingiu todos os objectivos que se propôs desenvolver em 2010 e, superou mesmo um número importante destes, entre os quais se destacam os dois objectivos de *benchmarking* do Centro SOLVIT – Portugal.

Para além destes indicadores de benchmarking, e reportando-nos ao QUAR de 2010, que faz parte integrante deste Relatório, saliente-se a superação dos Indicadores 2,4,5,6,7,9,14 e 15. Ou seja, de um total de 16 Indicadores, foi registada uma superação em dez, incluindo os já citados indicadores de *benchmarking* do SOLVIT e ainda no indicador 14, referente ao Objectivo de Qualidade 07, em que a satisfação dos utilizadores da DGAE se situou nos 4.6%, ou seja, com uma taxa de realização de 115%.

Igualmente de destacar é o facto de a Direcção-geral dos Assuntos Europeus ter registado cumprimento em todos os restantes objectivos que estabeleceu no seu QUAR. Dito de outra forma, não existe nenhum objectivo que não tenha sido cumprido.

Acresce ainda que o cumprimento ou a superação, consoante os casos, destes objectivos foi conseguido com uma diminuição dos efectivos de recursos humanos que



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

sofreram, ao longo do ano, uma erosão de UERH 196 pontos.

E. 12. 2 - Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da auto-avaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

O Director-geral dos Assuntos Europeus propõe a atribuição da menção de **Excelente** para a Direcção-geral dos Assuntos Europeus, inteiramente justificada, a seu ver, pela quantidade e qualidade do trabalho efectuado, como bem ficou demonstrado no presente Relatório e na matriz de apuramento dos resultados do QUAR que situam o desempenho da DGAE na notação de 4,200.

Do ponto de vista substantivo, três intervenções merecem destaque especial:

- ✓ A distinção conferida pelas instâncias europeias e, em particular, a Comissão ao trabalho desempenhado pelo SOLVIT Portugal, conforme se pode ler no presente Relatório;
- ✓ Os progressos registados em termos de transposição de Directivas da U.E para o Direito nacional tendo Portugal registado, no último *score board* publicado, melhorias bastante expressivas no que se refere ao défice de transposição, que caiu de 2,3% – 31 directivas por transpor – em Maio de 2010, para 0,9% – 13 directivas por transpor – em Novembro de 2010, o melhor resultado alguma vez obtido, permitindo cumprir o limite máximo de 1% de défice estabelecido no Conselho Europeu de Bruxelas de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Março de 2007 e para o qual a DGAE contribuiu de forma empenhada.

✓ A excelência atribuída pela Avaliação Externa Independente e reconhecida pela Comissão Europeia ao desempenho do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) enquanto Organismo Intermediário da Comissão, responsável, no quadro da Parceria de Gestão, pela informação e comunicação sobre a UE.

E. 12. 3 - Conclusões prospectivas fazendo referência, nomeadamente, a um plano de melhoria a implementar no ano seguinte.

A DGAE necessita de continuar a reforçar o seu quadro de pessoal para fazer face às saídas que têm vindo a ocorrer, sobretudo devido a aposentações e a pedidos de mobilidade, considerando igualmente necessário e oportuno um esforço maior em termos de formação e actualização de conhecimentos dos funcionários actualmente em funções, não só como forma de manter a sua adequação funcional mas enquanto importante elemento de estímulo.

Ainda do ponto de vista funcional, e aproveitando os comentários feitos pelos trabalhadores aquando do preenchimento do questionário de satisfação dos colaboradores, julga-se importante reforçar a articulação entre os vários serviços da Direcção-geral e também, de forma vertical, dentro das próprias unidades orgânicas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Em termos de pessoal diplomático, continua a considerar-se desejável que o seu número possa vir a ser robustecido dada a importância das matérias da União Europeia no contexto da diplomacia portuguesa. Deverá ser, pela positiva, registado que em 2010 se verificou uma menor rotatividade de funcionários diplomáticos relativamente ao ano anterior mas continua a não existir um plano de colocações de diplomatas, sobretudo no quadro interno, que se encontra sujeito aos imponderáveis das comissões de serviço, para além, naturalmente, dos movimentos diplomáticos.

Outro aspecto importante, e que tem vindo a receber particular atenção dos dirigentes superiores da Direcção-geral, é o da correcta articulação com os diversos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros e com os Gabinetes dos membros do Governo, enquanto destinatários primaciais do trabalho aqui produzido. No primeiro caso, este desiderato tem sido prosseguido através da organização de reuniões semanais de coordenação. Com os Gabinetes, tem-se procurado ter uma noção mais precisa dos objectivos a prosseguir e da melhor forma de os concretizar, adaptando os documentos às especificações sugeridas.

A actualização e adequação dos meios informáticos constituiriam outro passo positivo no que concerne o funcionamento da DGAE. Com efeito, continua a aguardar-se a interligação do Edifício do Palácio da Cova da Moura ao Palácio das Necessidades por cabo de fibra óptica, necessária para facilitar o acesso à página da intranet do MNE, dificilmente acessível a partir das instalações da DGAE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direcção-Geral dos Assuntos Europeus

Concomitantemente, seria desejável que fosse instalado, com a maior brevidade, um novo sistema de gestão documental que possa vir a substituir o *software* aqui disponível.

Por último, reconhece-se a necessidade de melhorar o subsítio da DGAE na *Extranet* do MNE, tarefa que vem sendo dificultada pela falta de ligação por fibra óptica entre os dois edifícios, pelo desmantelamento do núcleo informático aqui existente e, ainda, pelas restrições impostas no acesso ao sistema.

Outras medidas se podem preconizar, de âmbito mais limitado à DGAE, como por exemplo, o continuado envolvimento dos colaboradores na elaboração de sugestões de melhoria; e a criação de equipas de *task-force* sempre que daí resulte a optimização de recursos humanos face ao trabalho a efectuar.

Lisboa, 15 de Abril de 2011

Rui Macieira
Director-geral

Maria João Botelho
Subdirectora-geral

Rosa Batoréu
Subdirectora-geral

Clotilde Câmara Pestana
Directora do CIEJD